

DINÂMICAS DO MERCADO DE DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL VOL. 2

GRAU DE PUREZA DE COCAÍNA EM QUATRO ESTADOS

DINÂMICAS DO MERCADO DE DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL VOL. 2

GRAU DE PUREZA DE COCAÍNA EM QUATRO ESTADOS

© Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc) – Novembro de 2023.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. A pesquisa apresentada reflete as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça - Edifício Sede. Brasília – DF. CEP: 70064-900.

Versão digital disponível em:

www.cdebrasil.org.br e <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas>

613.83

G744

Grau de pureza de cocaína em quatro estados / Gabriela Barros de Luca, coordenadora ; elaboração, Claudio Dantas Monteiro ... [et al.]. -- Brasília : Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

97 p. : il. color. -- (Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil ; v. 2)

Trabalho em parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc), com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

ISBN digital 978-65-87762-55-5

1. Cocaína, análise química, Brasil - 2. Política sobre drogas, Brasil. I. De Luca, Gabriela Barros (coord.). II. Monteiro, Claudio Dantas. III. Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social (Cdesc). IV. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). V. Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. VI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). VII. Título.

CDD

Idealização

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP)
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação

Gabriela Barros de Luca

Elaboração

Claudio Dantas Monteiro, Vinicius Assis Couto, Jairo Jesús Pinto Hidalgo, Bárbara Diniz, Gabriel Andreuccetti, Ana Carolina Fleury Nogueira e Pedro Maziero

Colaboração

Gustavo Camilo Baptista, Andréia de Oliveira Macêdo, Carlos Timo Brito, Brenda Silva e Grazielle Teles (Senad/MJSP) e Élvio Dias Botelho, Maurício Leite Vieira e Adriano Maldaner (Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal)

Revisão ortográfica

Rafael Rosa

Projeto gráfico e diagramação

Alveti Comunicação

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Flávio Dino

Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos: Marta Rodriguez de Assis Machado

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Gestão de Informações: Mauricio Fiore

Coordenadora-Geral de Ensino e Pesquisa: Andréia de Oliveira Macêdo

Coordenador de Formação e Pesquisa: Carlos Timo Brito

Técnicas Especializadas: Brenda Juliana da Silva, Grazielle Teles e Luana Sá

Diretora Nacional do Projeto BRA/15/009: Laís Gorski

Coordenadora do Projeto BRA/15/009: Solange Pereira Leal

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente: Cláudio Providas

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Gerente de Projeto: Rosana Tomazini

Assistente de Programa: Aline Santana

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC Brasil: Elena Abbati

Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc)

Coordenador: Gabriela Barros de Luca

Assessora Técnica: Bárbara Diniz

Especialista em Comunicação: Ana Carolina Fleury Nogueira

Especialista em Estatística: Vinicius Assis Couto

Especialista em Gestão de Ativos e Inteligência Financeira: Claudio Dantas Monteiro

Especialista em Tráfico de Drogas e Ilícitos Transnacionais: Jairo Jesús Pinto Hidalgo

Estagiárias: Bruna Perin, Luisa Oliveira e Rafaella Naves

NOTA AOS LEITORES: O Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc) – projeto fruto da parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) – foi intitulado, até o primeiro semestre 2023, Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). Dessa forma, ao longo desta publicação, haverá menções a ambos os nomes.

Agradecimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Polícia Federal

Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

Polícia Técnico-Científica de São Paulo

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná

Polícia Científica do Estado do Paraná

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Polícia Científica de Pernambuco

Governo do Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso

Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso

Em especial aos peritos criminais que gentilmente dedicaram-se às atividades de análise de drogas para este relatório. Na **Polícia Federal**, Adriano Maldaner, Maurício Vieira, Élvio Botelho e Amaury de Souza; Em **São Paulo** Kamila Vanini Leitão; No **Paraná** Marina Gomes Sobral Stroski; Em **Pernambuco** José Paulo Cauás Tenório e no **Mato Grosso** João Francisco Anache Leite.

Lista de Siglas

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARQ	Annual Report Questionnaire
BC	Base de Cocaína
CdE	Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas
Cdesc	Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário
CICAD	Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas
CND	United Nations Commission on Narcotic Drugs
EMCDDA	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
HCI	Cloridrato de Cocaína
INC	Instituto Nacional de Criminalística
INCB	International Narcotics Control Board
JIFE	Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
MAM	Mecanismo de Avaliação Multilateral
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
NSP	Novas Substâncias Psicoativas
Obid	Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas
OEA	Organização dos Estados Americanos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OND	Observatórios Nacionais sobre Drogas
ONU	Organização das Nações Unidas
PBC	Pasta Base de Cocaína
PeQui	Projeto Perfil Químico de Drogas
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
POP	Procedimentos Operacionais Padrão
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Senad	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Simci	Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sinesp	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas
Sisnad	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
TCU	Tribunal de Contas da União
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Sumário

Introdução.....	12
Estratégia Metodológica Piloto para coleta de informações sobre pureza de Cocaína.....	16
Capítulo 1. Grau de pureza da Cocaína benefícios da coleta deste tipo de informação	22
1.1. Processos de produção de cloridrato de cocaína	24
1.2. Infraestruturas associadas aos processos de produção de cloridrato de cocaína	29
1.2.1. Cocaína fumada (crack): imprecisões da informação	32
1.3. Projeto PeQui da Polícia Federal do Brasil.....	34
1.4. A adição de substâncias na cocaína: lógicas de mercado e impactos na saúde.....	35
1.5. Panorama dos graus de pureza de cocaína pelo mundo.....	39
Capítulo 2. Estudo de caso sobre o grau de pureza da cocaína nas capitais de 4 Estados do Brasil..	43
2.1. Mato Grosso.....	46
2.2. Pernambuco	49
2.3. Paraná	51
2.4. São Paulo	53
2.5. Distribuição da pureza.....	55
2.6. Os adulterantes encontrados.....	55
2.7. O que os dados de preço e pureza destes quatro estados podem revelar	61
Capítulo 3. Indicadores para uma Política sobre Drogas.....	64
3.1. Dados como subsídios para orientar ações governamentais: um esforço mundial	65
3.1.1. Observatórios de drogas – instrumentos para sistematização de dados e indicadores.....	68
3.2. Indicadores sobre drogas: um levantamento sobre o Brasil	71
3.2.1. Fluxos das informações de apreensões de drogas no Brasil.....	75
3.2.2. Dados oriundos de fontes abertas sobre apreensões de drogas	78
3.2.3. Mulheres no tráfico de drogas	80
Capítulo 4. Possibilidades para uma agenda de pesquisa para apoiar a política sobre drogas ...	84
4.1. Principais conclusões e recomendações	85
4.2. Recomendações para política pública	89
Referências Bibliográficas	91

Lista de Figuras

Figura 1. Visão Global da estratégia de coleta de informações.....	18
Figura 2. Distribuição de atores do mercado da cocaína	23
Figura 3. Plantas de coca e territórios afetados pelo cultivo ilícito de coca, região fronteiriça entre a Colômbia e a Venezuela	25
Figura 4. Estimativas da plantação de folha de coca (Hectares)	26
Figura 5. Estimativa da produção global de Cloridrato de Cocaína (em toneladas).....	28
Figura 6. Infraestruturas de Produção Primária para produzir Pasta Base de Cocaína (IFP-PBC).....	30
Figura 7. Complexos de Produção de Cloridrato de Cocaína (CPCC)	31
Figura 8. Processo de produção da cocaína, enfatizando produtos fumáveis	33
Figura 9. Teores médios anuais cloridrato de cocaína	34
Figura 10. Teores médios anuais de cocaína “base livre”/crack	35
Figura 11. Adulteração da Cocaína	35
Figura 12. Geografia da pureza do Cloridrato de Cocaína no atacado, 2020.....	40
Figura 13. Geografia da pureza do Cloridrato de Cocaína no varejo, 2020	41
Figura 14. Equipamento utilizado para exame das amostras de cocaína.....	44
Figura 15. Distribuição da pureza em MT, PE, PR e SP (agregado Base e HCl)	45
Figura 16. Distribuição da pureza nas capitais de MT, PE, PR e SP	46
Figura 17. Distribuição da pureza em MT (agregado Base e HCl)	47
Figura 18. Distribuição por tipo de droga - MT	48
Figura 19. Classificação por grau de purificação (oxidação) – MT.....	48
Figura 20. Distribuição da pureza em PE (agregado Base e HCl)	49
Figura 21. Distribuição da pureza em PE.....	50
Figura 22. Classificação por grau de purificação (oxidação) – PE.....	50
Figura 23. Distribuição da pureza em PR (agregado Base e HCl)	51
Figura 24. Distribuição da pureza em PR.....	52
Figura 25. Classificação por grau de purificação (oxidação) – PR	52
Figura 26. Distribuição da pureza em SP (agregado Base e HCl)	53
Figura 27. Distribuição da pureza em SP.....	54
Figura 28. Classificação por grau de purificação (oxidação) – SP	54
Figura 29. Distribuição da pureza em MT, PE, PR e SP	55
Figura 30. Distribuição da fenacetina em MT, PE, PR e SP.....	56
Figura 31. Distribuição da cafeína em MT, PE, PR e SP.....	57
Figura 32. Distribuição da lidocaína em MT, PE, PR e SP	58
Figura 33. Distribuição da aminopirina em MT, PE, PR e SP.....	59

Figura 34. Distribuição da levamisol em MT, PE, PR e SP	60
Figura 35. Levantamento de países com OND	69
Figura 36. Levantamentos epidemiológicos sobre drogas no Brasil (pelo ano da publicação).....	71
Figura 37. Quadro-síntese de variáveis que podem contribuir para uma política de drogas	73
Figura 38. Possibilidades corriqueiras do fluxo de trabalho de instituições de repressão e fiscaliza- ção às drogas	76

Lista de Boxes

Box 1. Caso da Cocaína adulterada em Buenos Aires.....	38
Box 2. Observatórios Nacionais sobre Drogas pelo Mundo.....	69
Box 3. Princípios das Nações Unidas para Estatísticas Oficiais.....	74
Box 4. O Sinesp como uma ferramenta de padronização de informações.....	77

Lista de Tabelas

Tabela 1. Produtos de consumo de Cocaína.....	27
Tabela 2. Adulterantes identificados em Lisboa/Portugal – março e abril de 2022.....	39
Tabela 3. Grau de pureza de “crack” (2020)	42
Tabela 4. Grau de pureza média em MT, PE, PR e SP	61
Tabela 5. Preços e pureza analisados no estudo “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil” ...	62
Tabela 6. Informações descritivas das apreensões de cocaína e HCl (em kg).....	79
Tabela 7. Informações descritivas das apreensões de crack e pasta base (em kg).....	79
Tabela 8. Situação prisional de mulheres no Brasil 2000-2021	81
Tabela 9. Quantidade apreendida em casos de apreensão de cloridrato de cocaína (em kg).....	82
Tabela 10. Quantidade apreendida em casos apreensão de Crack/Pasta base	83

Lista de Quadros

Quadro 1. Principais terminologias utilizadas	19
Quadro 2. Adulterantes mais comuns da cocaína.....	36
Quadro 3. Adulterantes em exame qualitativo.....	60
Quadro 4. Exemplos de indicadores para uma política sobre drogas - International Peace Institute	66
Quadro 5. Categorias criminais prioritárias para produção de informações sugeridas pelo UNODC.....	72

INTRODUÇÃO



Este relatório é a terceira publicação de projeto sobre Monitoramento do Mercado de Drogas Ilícitas que teve suas primeiras iniciativas no ano de 2021, momento em que as equipes do **Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário**¹ (Cdesc) e do **Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos**² (Simci - Colômbia) iniciaram tratativas para desenvolver acordo de cooperação técnica com o intuito de unir esforços para a elaboração de indicadores específicos a respeito do mercado ilícito. Como uma das ações previstas no referido acordo, foi estabelecida a prioridade, à época, de planejar a coleta de preços de drogas ilícitas no contexto brasileiro, como um benefício para o aprimoramento das informações no âmbito das políticas sobre drogas.

Neste projeto, a primeira publicação, produzida em março de 2022, no boletim denominado “Monitoramento de Preços de Drogas Ilícitas: Lições aprendidas na Colômbia e possíveis desafios no Brasil” (UNODC, CDE, SIMCI, 2022a), apresenta uma discussão técnica a respeito da coleta de preços de drogas, assim como um levantamento de experiências internacionais. A metodologia descrita com maior detalhamento foi a desenvolvida pelo Simci-Colômbia e seus possíveis desafios para aplicação no contexto brasileiro.

A segunda publicação, de dezembro de 2022, “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados” (UNODC, CDE, SIMCI, 2022b) trouxe, em caráter piloto, resultados obtidos nos estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso. Ao analisar especificamente a cocaína, em suas diversas formas de comercialização, fica evidente que o grau de pureza é bastante importante quando se analisa este mercado ilícito.

O estudo de 2022 revelou que o cloridrato de cocaína e o crack tiveram uma tendência de apresentar médias menores de preços no estado de São Paulo em comparação com os demais estados avaliados³. Além disso, foram observadas situações e informações inusitadas (e contraintuitivas), como o preço médio praticado no mercado atacadista do cloridrato de cocaína em SP ser superior ao observado no varejista⁴. Ainda no mesmo estado, o valor médio da base de cocaína foi mais elevado do que o de cloridrato de cocaína (produto que se esperava ter maior valor). Assim, a partir dessas revelações, surgiram dúvidas a respeito da composição da cocaína

1 *Projeto fruto da parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).*

2 *Do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul.*

3 *Embora nem todos os estados estudados apresentaram dados de todas as drogas e a amostra coletada seja relativamente pequena, é possível perceber uma tendência de drogas ofertadas a preços mais baixos no estado de SP.*

4 *No mercado lícito, geralmente os preços do mercado atacadista são menores do que aqueles praticados no varejista. Esperava-se que a reprodução desta lógica fosse praticada na economia ilícita. Contudo, carecem informações a respeito das ações do tráfico de drogas. Uma análise a respeito da composição das drogas pode fornecer subsídios para o melhor entendimento de situações como esta.*

comercializada no mercado ilícito, o que poderia trazer mais elementos para compreender as dinâmicas criminais do país. Para isso, faz-se necessário o levantamento de informações sobre graus de pureza dessa substância obtidas pelas polícias do Brasil.

No Brasil, no entanto, esta informação é coletada com periodicidade apenas pela Polícia Federal, instituição que acaba por investigar principalmente grupos que traficam grandes volumes, sobretudo aqueles com conexões internacionais⁵. Em outras palavras, as informações regionais e locais de cocaína traficada e utilizada nas cidades brasileiras, que geralmente são apreendidas pelas polícias estaduais, acabam não tendo a coleta dos graus de pureza ou a análise de seu perfil químico coletado de forma sistemática.

Com o objetivo principal de preencher essas lacunas identificadas pela ausência de informação a respeito do grau de pureza de cocaína, o presente relatório buscou: 1) contribuir com a discussão a respeito de indicadores no âmbito da política sobre drogas no Brasil; e 2) analisar a estratégia piloto de coleta de dados a respeito da pureza de cocaína e crack em quatro estados brasileiros, os mesmos utilizados como estados-pilotos desde o início do projeto de monitoramento das dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil.

Tendo em vista o caráter clandestino do mercado de drogas ilícitas, cada fragmento de informação deve ser compreendido como uma oportunidade de avançar no conhecimento a respeito desta temática, e, conseqüentemente, apoiar ações para o fortalecimento de políticas públicas baseadas em evidências científicas.

A análise química de cocaína é um dado fundamental, principalmente sob dois aspectos. Primeiramente, a pureza da cocaína está relacionada com seu valor no mercado de drogas ilícitas. As organizações criminosas frequentemente usam substâncias como diluentes/adulterantes, também conhecido como “corte”, que é o momento em que normalmente outras substâncias são adicionadas com objetivo de aumentar o volume do produto e/ou criar efeitos similares e/ou adicionais ao da droga comercializada. Em segundo lugar, tendo em vista ser uma droga com elevado consumo no mundo⁶, sem qualquer tipo de regulação, as autoridades de fiscalização e de saúde pública podem avaliar melhor a extensão do problema e projetar estratégias mais efetivas com base na informação da composição das substâncias consumidas por usuários. Compreender melhor os componentes químicos presentes na cocaína também significa entender seus potenciais riscos e prevenir acidentes decorrentes do uso, assim como aprimorar o atendimento do Estado em casos de emergência.

5 O projeto PeQui da PF faz análises em amostras de todas as apreensões de cocaína superiores a 20 kg.

6 Estima-se que no ano de 2021, ao menos 21 milhões de pessoas fizeram uso de algum tipo de cocaína (UNODC, 2023a).

O levantamento do perfil químico da cocaína também pode ser importante para identificar a fonte de produção, já que esta pode variar e ser rastreada por meio de métodos forenses capazes de identificar os componentes utilizados em sua elaboração, colaborando com a detecção de novas tendências na produção e na dinâmica do tráfico de cocaína. A identificação do grau de pureza da cocaína pode ser, ainda, um indicador de novas tendências no mercado de drogas, além de ser possível alertar os consumidores sobre os riscos associados com seu consumo.

As informações a respeito do preço e da pureza de substâncias também podem ser utilizadas em ações do Estado que buscam compreender aspectos relacionados ao uso de drogas. Além disso, podem ajudar a compreender as respostas da polícia⁷ no âmbito de uma política de segurança (CAULKINS, 2007). O conhecimento a respeito dos adulterantes mais frequentes utilizados por organizações criminosas pode ajudar, no caso do Brasil, a melhorar a compreensão de aspectos regionais. Também pode contribuir para aprimorar o controle de substâncias do mercado lícito. Por fim, conhecer os adulterantes utilizados pode contribuir para que a polícia e as autoridades possam direcionar investigações a partir das substâncias encontradas.

Levantar dados do preço e da pureza das drogas, tanto no mercado atacadista, quanto varejista, significa produzir informações cruciais para melhor compreender a economia ilegal. Estas informações podem trazer subsídios como o conhecimento mais apurado das dinâmicas das cadeias produtivas de drogas ilícitas. Em termos econômicos, as flutuações nos níveis de pureza ao longo do tempo podem indicar, por exemplo, interrupções no processo de produção e distribuição. Compreender essas dinâmicas pode ajudar formuladores de políticas e polícias a identificar vulnerabilidades nessas cadeias produtivas, para que possam elaborar estratégias mais eficazes em seus âmbitos de atuação.

Como estratégia para se analisar o grau de pureza de cocaína “de rua⁸”, foi aproveitada a articulação feita pelo Cdesc durante o projeto “Monitoramento do Mercado de Drogas Ilícitas”, nos quatro estados participantes, com apoio do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal (PF), para a realização de intercâmbio institucional entre as Polícias Científicas e a PF, no âmbito do Projeto Minerva, coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Algumas das atividades desenvolvidas fazem parte de uma iniciativa anterior, conhecida como

7 Por exemplo, uma diminuição significativa na pureza acompanhada de aumento acentuado no preço pode indicar esforços bem-sucedidos de interdição, o que poderia levar os fornecedores a misturar a droga com outras substâncias ou resultar em escassez de precursores. Por outro lado, níveis estáveis ou crescentes de pureza podem sinalizar ineficiência das políticas públicas de redução da oferta de drogas.

8 Utiliza-se essa expressão como forma de enfatizar que é a cocaína tipicamente apreendida pelas polícias estaduais, que acabam sendo encaminhadas para as polícias científicas dos estados brasileiros. Ela se diferencia da apreensão feita pela Polícia Federal, uma vez que são oriundas com maior frequência do tráfico de drogas no nível do varejo.

Projeto PeQui⁹, criado em 2006¹⁰. Nele, busca-se a coleta do perfil químico das drogas apreendidas pela PF, além de, ocasionalmente, se buscar a coleta feita pelas instituições estaduais.

Os dados produzidos neste intercâmbio buscaram compreender a substância apreendida de maneira mais complexa, ao analisar o detalhamento de variáveis como grau de pureza de cocaína e identificação de adulterantes (com as respectivas concentrações de alguns deles¹¹ – cafeína, lidocaína, fenacetina, aminopirina e levamisol) e grau de oxidação¹².

O compartilhamento deste tipo de informação permitirá melhor compreensão às dinâmicas do mercado de drogas ilícitas, assim como a identificação de possíveis alertas para saúde pública, uma vez identificadas substâncias nocivas na adulteração da droga. Além disso, este tipo de informação pode contribuir para a coordenação da Senad no âmbito da Política Nacional sobre Drogas (CONAD, 2022).

Estratégia Metodológica Piloto para coleta de informações sobre pureza de Cocaína

Considerando as Convenções internacionais a respeito do controle de drogas, assim como a diversidade de legislações nacionais, o debate sobre os indicadores de entendimento do fenômeno deve, necessariamente, ter aspectos compreendidos internacionalmente. Nesse sentido, em busca de apoiar o aprimoramento da disponibilidade e da sistematização de dados sobre o mercado de drogas ilícitas no Brasil, o Cdesc buscou evidências, recomendações e práticas promissoras de âmbito internacional que pudessem fundamentar a estratégia metodológica aqui descrita, ao mesmo tempo em que buscou ampliar o conhecimento sobre a realidade brasileira. Sendo assim, um ponto relevante do projeto “Monitoramento do Mercado de Drogas Ilícitas” se refere ao estabelecimento de uma cooperação com o Simci Colômbia como estratégia para orientação da atividade de coleta de dados no Brasil.

O Simci trabalha em parceria com o Governo colombiano desde 1999, através do monitoramento de cultivos ilícitos e outros aspectos do mercado de ilícitos usando um modelo de investigação com enfoque geográfico. Produzem dados e informações relevantes, como estimativas de preços de drogas ilícitas por região e suas variações, estudos sobre Novas Substâncias Psicoativas (NSP), entre outros,

9 Projeto Perfil Químico de Drogas, coordenado pela Polícia Federal.

10 Zacca et al. (2014)

11 O trabalho de estabelecer o grau de pureza de adulterantes necessita da criação de parâmetros e metodologia própria para cada uma das substâncias. Como se trata de uma dinâmica contínua e em adaptação constante, novas substâncias estão em constante utilização, o que torna a análise das concentrações dos adulterantes uma tarefa desafiadora, que está constantemente em construção. Contudo, as substâncias que não possuem metodologia de quantificação são identificadas de maneira qualitativa, ou seja, atestando a identificação delas, sem saber ao certo a quantidade existente dela na amostra.

12 Esta variável se refere ao processo de purificação da cocaína.

visando principalmente à prevenção e ao combate ao tráfico de drogas ilícitas. A metodologia de detecção e integração dos dados do Simci alcançou a expansão para o território nacional em 2001, período a partir do qual iniciou-se a construção de séries históricas que subsidiam relatórios anuais. Nesse sentido, o intercâmbio com o Simci possibilitou uma agenda de trabalho que beneficiou o Brasil, através da indução e da absorção da metodologia utilizada na Colômbia para profissionais da Senad/MJSP, assim como os policiais que colaboraram com a pesquisa em SP, PR, PE e MT.

A cooperação entre Simci e Cdesc busca aprimorar a compreensão e monitoramento de variáveis do mercado de drogas ilícitas no Brasil, como o índice dos preços. A melhoria da qualidade dos dados e variáveis relacionados ao mercado de drogas ilícitas e a criação e/ou integração de indicadores e estatísticas confiáveis são fundamentais para mensurar as mudanças nos níveis e padrões de criminalidade, além de favorecer o monitoramento das atividades vinculadas com o tráfico de drogas que ocorrem no Estado.

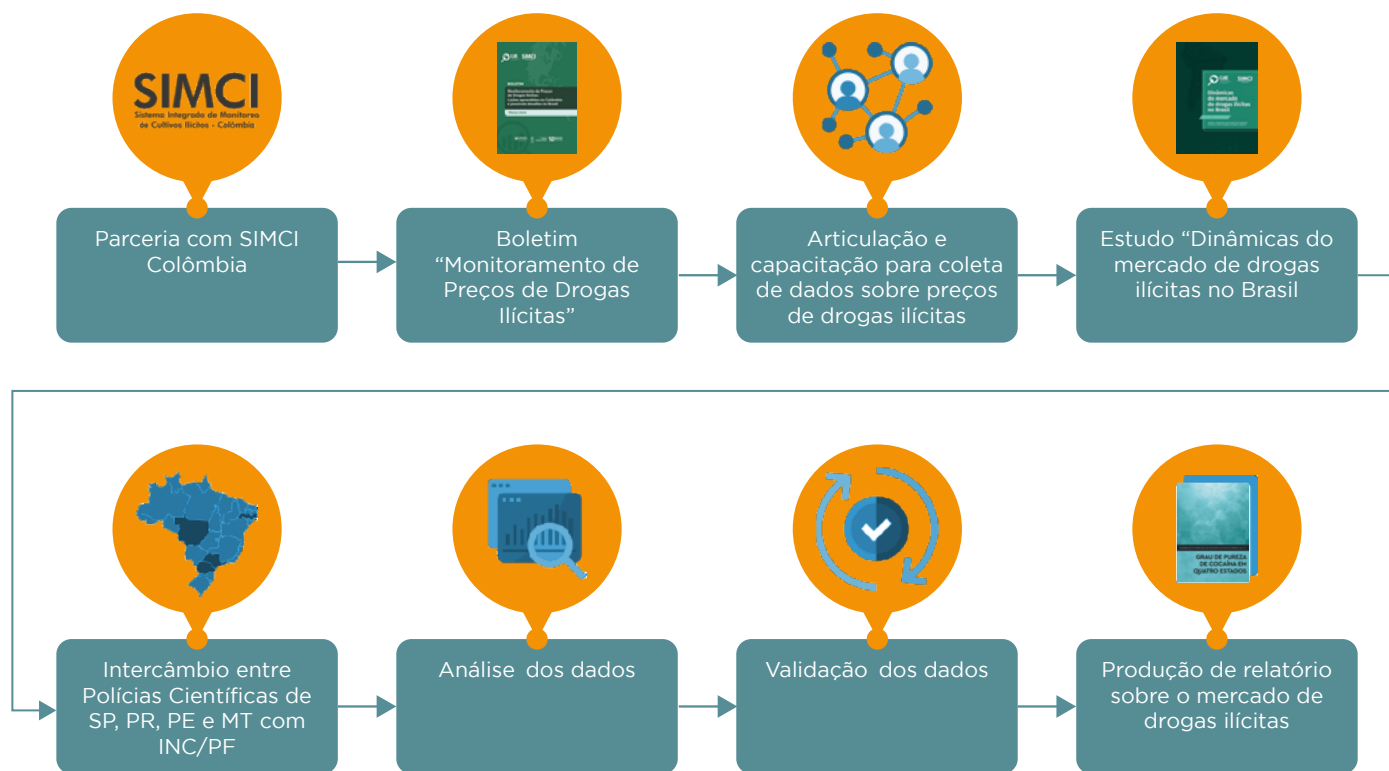
Inicialmente, buscou-se elaborar conteúdo a respeito da importância da coleta de preços de drogas ilícitas como uma importante variável para compreensão do mercado ilícito (UNODC, CDE, SIMCI, 2022a). A produção pioneira de publicação nesta área também colaborou com a articulação e o engajamento de instituições parceiras nos quatro estados em que o projeto desenvolveu atividades.

Por meio de uma pactuação com representantes das forças de segurança, foi elaborado instrumento de pesquisa aplicado entre os meses de maio a agosto de 2022 em São Paulo, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso, por meio do qual se levantou informações a respeito de preços de drogas ilícitas, embalagens das substâncias apreendidas, destino, quantidade, tipo de mercado¹³, entre outras. Como um desdobramento deste processo, também foram iniciadas tratativas com as polícias científicas de cada estado para definir estratégia da coleta do grau de pureza de cocaína apreendida, armazenada e analisada por instituições estaduais de segurança pública.

A decisão de fazer análise de cocaína apreendida pelos estados também se deve ao fato de não haver coleta sistemática deste dado no âmbito estadual. Trata-se, portanto, de um caráter inovador do projeto de possibilitar um debate ainda incipiente no país sobre a pureza de cocaína de “rua”. A SENAD/MJSP, então, viabilizou o intercâmbio dos peritos estaduais com o Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal (PF), no âmbito do Projeto Minerva, fornecendo o suporte necessário para a presença dos profissionais estaduais para trabalhar, em conjunto com peritos federais nas dependências do INC, na análise de 100 amostras selecionadas por cada um dos peritos criminais estaduais, as quais foram escolhidas segundo critério do que seria mais “comum” no trabalho deles. Destes, foi orientado que cada um selecionasse 50 amostras na forma de “pó” e 50 na forma de “base”.

¹³ Foi feita distinção entre mercado atacadista e varejista, considerando a familiaridade das categorias do mercado ilícito.

Figura 1 - Visão Global da estratégia de coleta de informações



Elaboração Própria

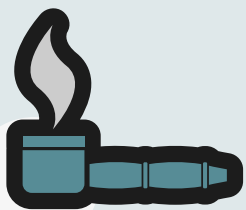
As amostras referem-se a apreensões realizadas ao longo do ano de 2022-2023 e foram analisadas em Brasília entre os meses de fevereiro e março de 2023, no laboratório do INC/PF. Os dados foram gerados e compilados sob a coordenação do INC/PF, por meio do intercâmbio com as Polícias Científicas estaduais, e a equipe do Cdesc analisou os resultados obtidos em conjunto com os peritos federais. O relatório apresentado foi submetido para validação e revisão para todos os profissionais envolvidos no processo. Por fim, o projeto teve, como um de seus resultados, a presente publicação, que tem o objetivo de informar a sociedade sobre os resultados alcançados, assim como subsidiar gestores públicos na adoção de estratégias baseadas em evidências no âmbito da política sobre drogas.

Ao longo da descrição dos resultados foram utilizados alguns conceitos para caracterizar diferentes formas de cocaína. Sendo assim, para facilitar a compreensão e assegurar a padronização, o Quadro 1 apresenta o resumo da terminologia utilizada no presente relatório.

Quadro 1 - Principais terminologias utilizadas

Coca (<i>Erythroxylum coca</i>)	
 Folha de Coca	Planta que pode atingir 2 a 3 metros de altura; casca avermelhada, folhas alternadas; forma elíptica, oval ou lanceolada. O arbusto de coca pode ter uma vida produtiva entre 10 e 15 anos. O número de colheitas é variável, dependendo dos tratamentos e condições ambientais. Nesta folha, encontra-se o alcaloide conhecido como cocaína, o qual é um potente estimulante do sistema nervoso central e foi colocado sob controle internacional pela Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972.
Pasta base de cocaína (PBC)	
 Pasta Base de Cocaína	Cocaína na forma química de base livre. É o primeiro produto obtido através do processo de extração dos alcaloides das folhas de coca a partir de combustíveis e ácido sulfúrico para produzir pasta base de cocaína. Algumas fontes se referem a esse produto como “pasta de coca”, mas também é frequentemente conhecido no Brasil como “pasta base de cocaína” ou “pasta base”.
Base de cocaína (BC)	
 Base de Cocaína	Cocaína na forma química de base livre. É o segundo produto intermediário entre a folha de coca e o cloridrato de cocaína. É obtido pela purificação (oxidação) da pasta base de cocaína (PBC), e como resultado, seu teor de cocaína é maior (em relação a PBC), estimado em cerca de 80% na Colômbia. O principal método de purificação da PBC envolve a oxidação através da adição de permanganato de potássio em solução ou álcool etílico. A substância pode ser fumável, como forma de consumo, dada sua natureza alcalina.

Crack



Crack

Cocaína na forma química de base livre. Corresponde à cocaína que passou por um processo de fusão seguido de resfriamento e solidificação, resultando em um material rígido que pode ser diferenciado da PBC e da BC. Comumente encontrado no mercado ilegal brasileiro na forma de pequenas pedras ou fragmentos. A substância pode ser fumada ou misturada com tabaco ou Cannabis (ZACCA, *et al.* 2014).

Os termos “crack” e “freebase” são usados para se referir a diferentes formas de base de cocaína que podem ser obtidas do cloridrato de cocaína purificado por processos de transformação específicos ou da pasta base de cocaína para obter uma substância fumável. O crack fabricado a partir do cloridrato de cocaína é comumente comercializado nos mercados da Europa e da América do Norte (UNODC, 2021). Ao contrário do “crack” produzido nestes países, o produto comercializado no Brasil é uma forma sólida de BC. É provável que seja fabricado no país a partir de PBC ou BC (UNODC, 2021).

Cloridrato de cocaína



Cloridrato de Cocaína

Cocaína na forma química de sal. Produto gerado a partir da transformação da pasta base de cocaína ou base de cocaína, através de um processo de cristalização do alcaloide (cocaína) utilizando ácido clorídrico e solventes orgânicos como substâncias precursoras. É o produto que geralmente chega aos mercados internacionais e é comercializado em uma infinidade de mercados atacadistas, semiatacadistas e varejistas. Devido a sua natureza ácida, sua forma de consumo é pela inalação ou também pode ser dissolvido em água e ser usado via endovenosa.

Fonte: UNODC, CDE, SIMCI (2022b); UNODC (2021); ZACCA *et al.* (2014)

Os processos de transformação das substâncias listadas acima serão detalhados no capítulo 1 deste relatório. Por ora, vale a pena enfatizar que os entendimentos a respeito do crack costumam ser ambíguos. Também no capítulo 1, será fornecida uma visão abrangente a respeito da cocaína, desde sua produção, passando pela adulteração e pureza.

No capítulo 2, encontram-se os dados coletados das amostras obtidas em SP, PR, PE e MT. Também são fornecidas informações sobre como são feitas as análises no âmbito do INC/PF. Chama atenção o fato de a cocaína na forma de base/crack nestas amostras tender a ser mais pura nos estados de SP, PR e PE, aproximando-se, neste caso, das amostras nacionais apreendidas pela PF. O cloridrato de cocaína analisado, por sua vez, revelou ter graus de pureza menos elevados, principalmente em SP, PE e MT, o que diverge das amostras coletadas pela PF.

O capítulo 3 faz uma breve discussão sobre indicadores que podem colaborar para melhor compreender o mercado ilícito. O debate é importante, uma vez que, no Brasil, muitas instituições atuam na repressão e fiscalização das drogas ilícitas. Assim, as informações também acabam sendo pulverizadas em cada um dos órgãos federais e estaduais.

Por fim, no capítulo 4, são desenvolvidas algumas reflexões mais gerais a respeito dos indicadores preço e pureza de drogas com o objetivo de trazer recomendações para as políticas públicas.

CAPITULO 1

GRAU DE PUREZA DA COCAÍNA

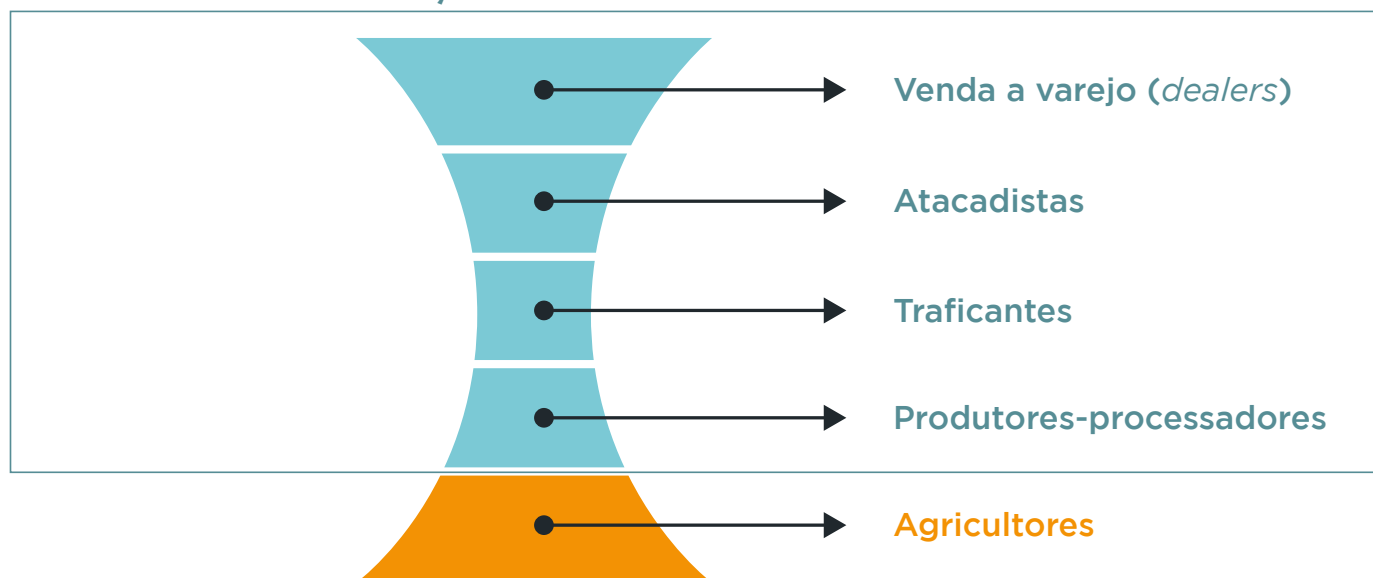


BENEFÍCIOS DA
COLETA DESTE TIPO
DE INFORMAÇÃO

Uma visão integral a respeito da temática do mercado de drogas requer a compreensão das diferentes etapas envolvidas, desde a produção, sua comercialização e consumo. Segundo célebre modelo trabalhado por diversos autores (REUTER, 2003; BERGMAN, 2018), considerando a quantidade de pessoas envolvidas em uma divisão das etapas do tráfico de drogas, esta costuma assemelhar-se a uma ampulheta, em que a maior parte se concentra nas extremidades (produtores e vendedores do varejo), e uma menor entre essas extremidades (produtores-processadores, traficantes e atacadistas). Como é uma atividade sem qualquer regulamentação, cria-se a possibilidade de ocorrer processos de adulteração em quase todas as etapas deste mercado, a despeito de haver controles por parte das organizações criminosas no processo de adição de substâncias na cocaína.

Figura 2 - Distribuição de atores do mercado da cocaína

Possibilidade de adulteração da cocaína



Fonte: Adaptado a partir de BERGMAN (2018)
Elaboração própria

Além destas etapas mencionadas na figura acima, salienta-se que os lucros gerados em cada uma delas, muitas vezes são geridos por pessoas com habilidades contábeis, as quais buscam de alguma maneira ocultar a sua origem ilegal¹⁴. Adicionalmente, são adquiridos ativos de valor a partir destes recursos, que em muitas ocasiões são apreendidos pelas polícias e geridos pelo Estado, sendo um desafio sua manutenção e alienação da forma que gere maiores benefícios para sociedade como um todo.

¹⁴ Nesse sentido, pesquisas que gerem conhecimento a respeito da economia ilegal, assim como dos fluxos financeiros ilícitos ganham importância com intuito de fortalecer estratégias de investigações e de ações de combate à lavagem de ativos.

Vale salientar que o mercado das drogas não deve ser compreendido apenas sob aspectos racionais e econômicos. O “comportamento real” e a “experiência subjetiva” das pessoas que fazem uso de drogas ilícitas costumam sofrer influências socioculturais, assim como a forma em que utilizam estas substâncias e o grau de pureza delas. Portanto, é importante considerar a diversidade socioeconômica, cultural e política, assim como as propriedades químicas das drogas, quando se avalia o quão prejudicial elas podem ser (MEASHAM; SOUTH, 2012, p. 686).

A pureza da cocaína parece influenciar nos preços praticados por este segmento do mercado ilícito. Contudo, o aumento do valor não segue uma lógica matemática exata a respeito da pureza, ou seja, o consumidor também faz uso da cocaína pela “pureza esperada”, o que entraria em uma lógica de uma expectativa presumida a respeito desta droga. Por exemplo, as purezas de amostras de cocaína tendem a possuir diversas variações dentro de uma mesma localidade. No entanto, o padrão é que em grandes apreensões feitas pela polícia verifica-se um maior grau de pureza (CAULKINS, 1994).

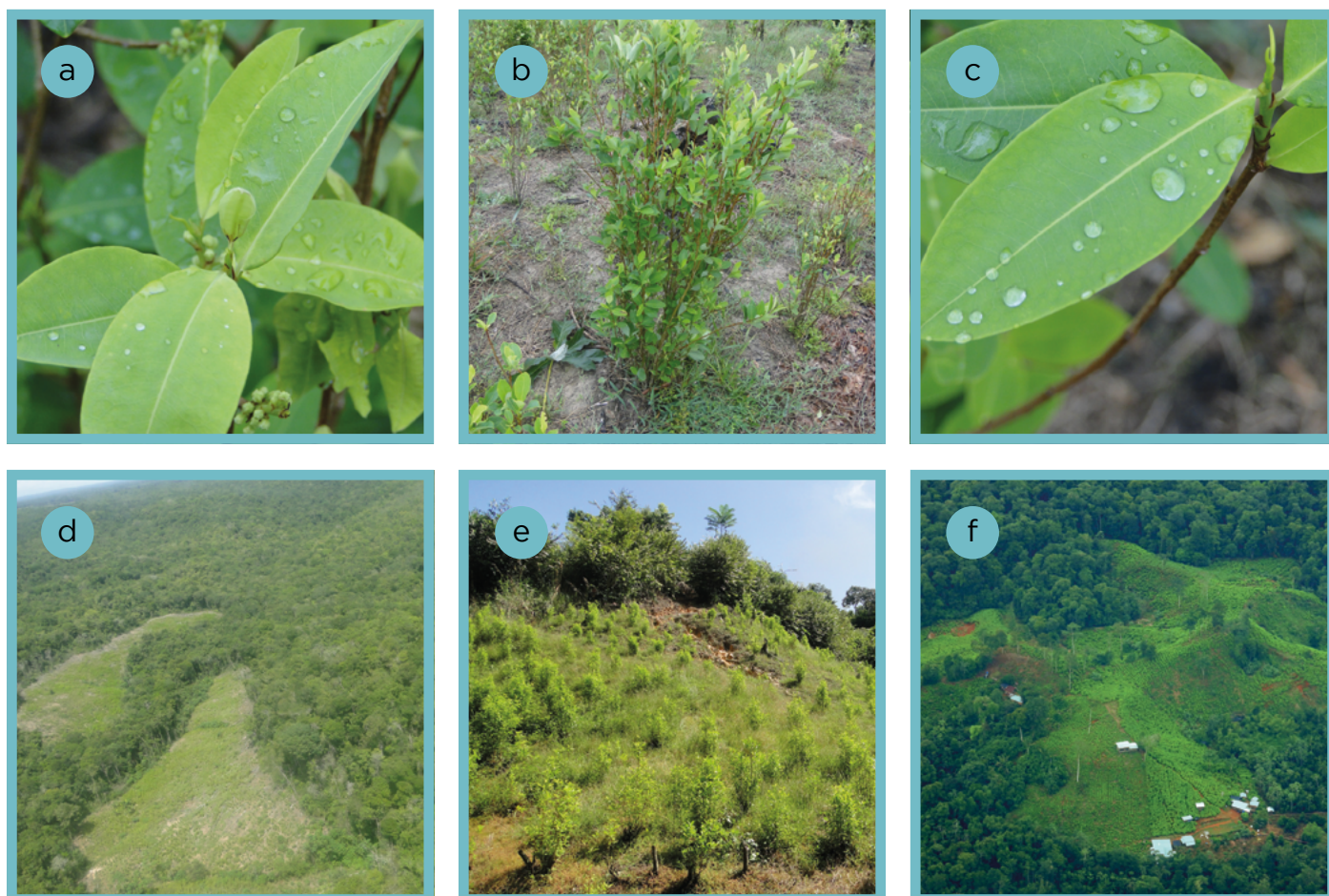
Em um cenário que parece tão heterogêneo, seja na forma em que a cocaína pode apresentar mais riscos a alguns grupos do que em outros, ou nas dinâmicas do tráfico de drogas, a informação do grau de pureza pode trazer aspectos essenciais para fundamentar políticas de redução de danos, de tratamento e de prevenção ao uso, assim como elaborar ações mais qualificadas no enfrentamento às organizações criminosas.

1.1. Processos de produção de cloridrato de cocaína

O cloridrato de cocaína é a forma mais comum de sal utilizada em produtos destinados ao consumo de cocaína, sendo encontrado em estado de pó e podendo conter diversas outras substâncias que se classificam como impurezas (como alcaloides, solventes e base de cocaína) ou como agentes de corte (diluantes e adulterantes) (UNODC, 2021). O processo de produção do cloridrato de cocaína geralmente é dividido em quatro etapas, iniciando-se com: 1) folha de coca; 2) pasta base de cocaína (PBC); 3) base de cocaína (BC); e, finalmente, 4) cloridrato de cocaína (HCl) (UNODC, 2021).

Neste sentido, a cocaína é o principal alcaloide obtido das **folhas da planta de coca** (UNODC, 2018a), substância controlada internacionalmente pela Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 (ONU, 1961). Embora existam mais de 250 espécies, na prática a cocaína é extraída principalmente das espécies *Erythroxylum coca* e *Erythroxylum novogranatense* (UNODC, 2021). Globalmente, esses cultivos estão concentrados na região andina, principalmente na Colômbia (66%), Peru (23%) e Bolívia (11%) (UNODC, 2021). No entanto, qualquer território nos trópicos situado além de 1.800 metros acima do nível do mar pode ser favorável para o cultivo de coca (UNODC, 2022c). Além disso, há evidências de que o cultivo de coca ocorre em outros países da região, como Honduras, Guatemala, Panamá, Equador e Venezuela (INSIGHT CRIME, 2022; CIENA, 2020; UNODC, 2010, UNODC, 2018b; PINTO, 2022). (Figura 3).

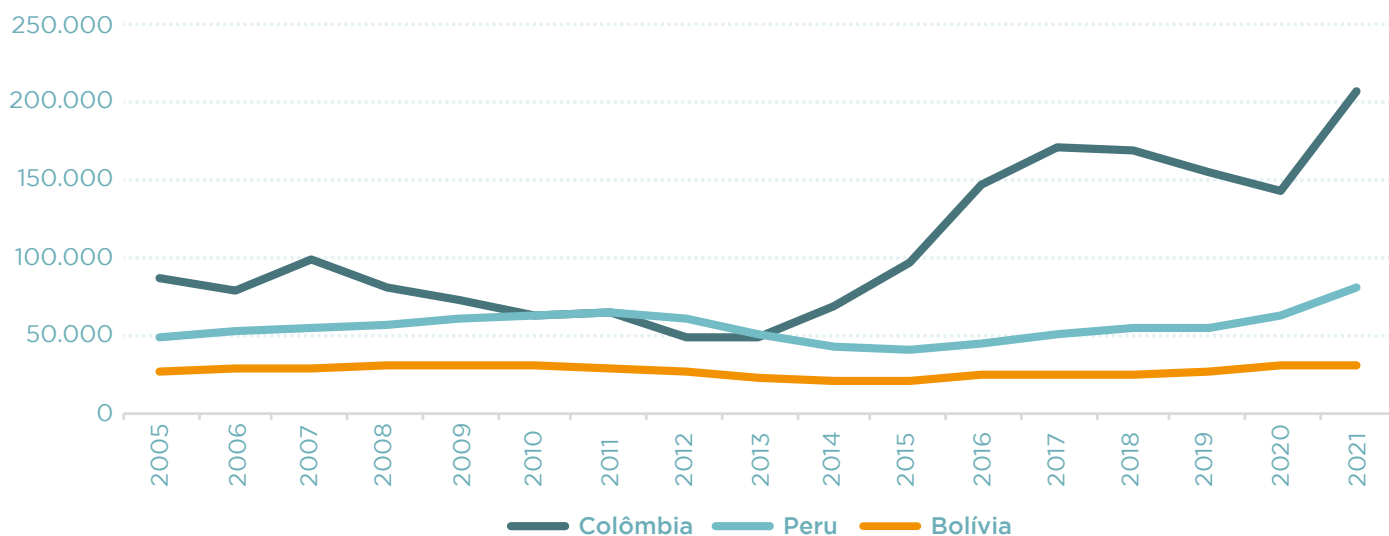
Figura 3 - Plantas de coca e territórios afetados pelo cultivo ilícito de coca, região fronteira entre a Colômbia e a Venezuela



Fonte: (a), (b), (c), (d), (e) (PINTO, 2022); (f) (SIMCI, 2021)

Estimativas a respeito da plantação de folha de coca mostram um considerável aumento nos últimos anos, o que pode indicar também um crescimento da oferta da cocaína no mundo. Embora possa haver condições para o plantio da folha de coca em diversas partes do mundo, sua produção se concentra na Colômbia, Peru e Bolívia, o que afeta diretamente toda a região com diversas formas de desdobramentos bastante complexos a partir da questão da produção, tráfico e uso da cocaína. Verifica-se um aumento da estimativa das plantações de coca nos três países pesquisados. Destaca-se, entre eles, um aumento mais substantivo na Colômbia (sobretudo a partir de 2014).

Figura 4 - Estimativas da plantação de folha de coca (Hectares)



*Estimativa de cultivo de coca na Bolívia em 2021 não foi confirmada pelo governo da Bolívia

Fonte: UNODC (2023). Cálculos do UNODC baseados em dados do UNODC e dados dos respectivos governos e pesquisas de cultivo de coca realizadas na Bolívia, Colômbia e no Peru em 2020 e anos anteriores

Na sequência do processo, o primeiro produto obtido na fase de extração de alcaloides da folha de coca é a **PBC**, produzida a partir de combustíveis, como a gasolina e ácido sulfúrico. Nesta etapa, a substância contém alta porcentagem de resíduos orgânicos, açúcares, taninos e outras substâncias presentes na folha de coca (UNODC-SIMCI, 2018).

A **base de cocaína** é o segundo produto intermediário entre a folha de coca e o cloridrato de cocaína, obtido durante o processo de refinamento (oxidação) da PBC, onde substâncias oxidantes, como o permanganato de potássio, são utilizadas para remover impurezas e obter altos níveis de pureza, geralmente entre 80% e 95% (UNODC-SIMCI, 2018; UNODC, 2021). Posteriormente, ocorre a reoxidação, processo realizado para homogeneizar a PBC e a base de cocaína antes do processo de conversão em cloridrato de cocaína (CIENA, 2020). Finalmente, o **cloridrato de cocaína** é produzido a partir da PBC/base de cocaína, através de uma série de reações que incluem mudanças de pH e processos de precipitação, sendo adicionado ácido clorídrico ou cloreto de hidrogênio para formar o sal (UNODC-SIMCI, 2018).

A produção da cocaína é um processo complexo que exige plantações em grandes dimensões. Da folha de coca, chega-se à alguma diversidade de produtos, os quais podem ser consumidos de diferentes formas. Assim, a dinâmica do mercado ilícito pode acabar por se adaptar a esta variedade. A lógica da produção de cocaína, a dinâmica das organizações criminosas e o trabalho das instituições de fiscalização e repressão às drogas também podem impactar na forma como o mercado ilícito atua. Portanto, compreender os processos e etapas da produção da cocaína são de relevância para adoção de estratégias de repressão e prevenção ao uso de drogas.

Neste sentido, a presença da cocaína é comum em diversos produtos consumíveis, sendo encontrada em duas formas químicas distintas: o sal (cloridrato de cocaína) e a base (WEXLER, 2014). Conforme descrito na Tabela 1, é possível distinguir três grupos de produtos derivados dessas formas químicas, levando em consideração o componente principal e o método de fabricação.

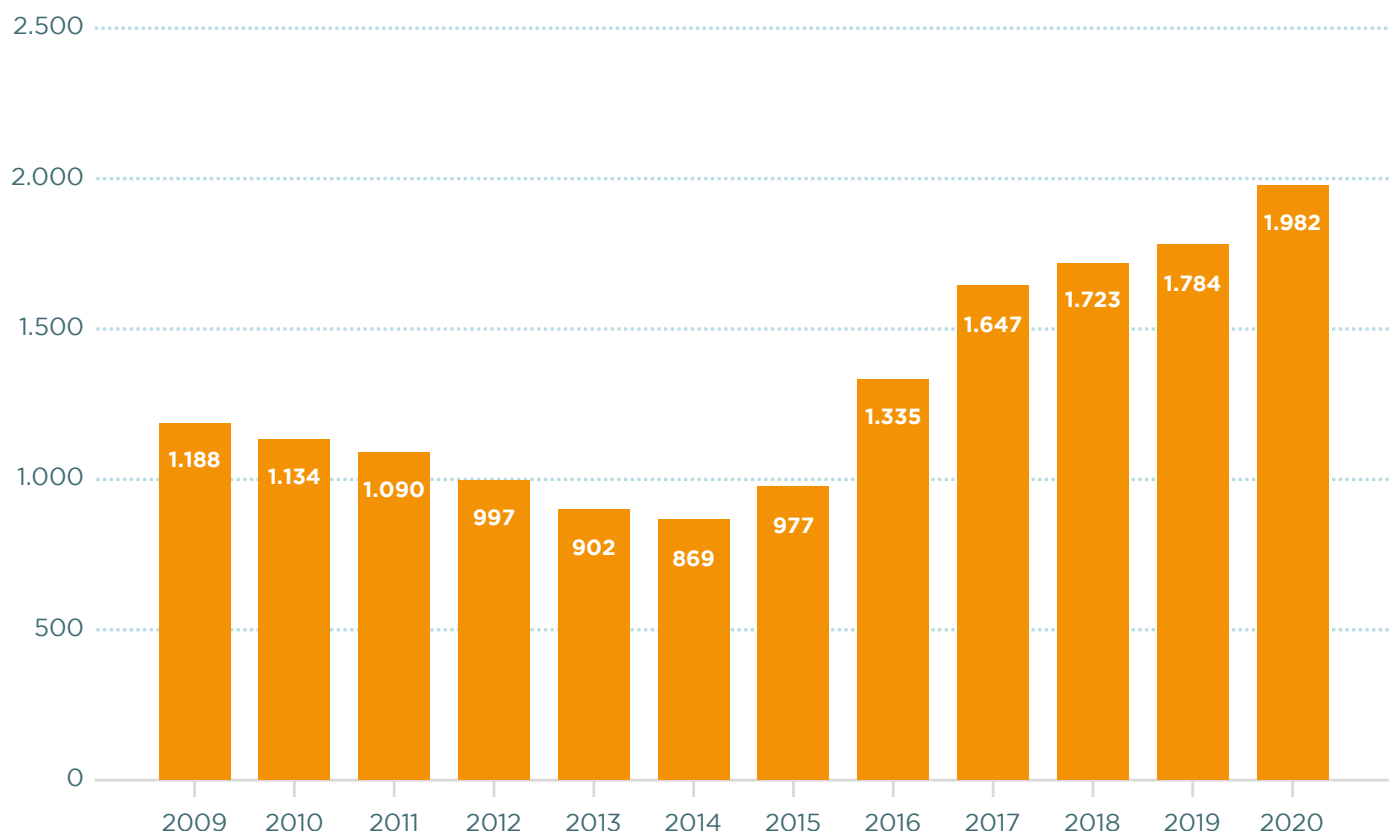
Tabela 1 - Produtos de consumo de Cocaína

Grupo	Componente principal	Nomes comuns e embalagens de alguns subprodutos	Forma de consumo
Produtos de consumo de processo de fabricação	Derivados da PBC e da base de cocaína	Brasil: pedras/crack (fabricado com PBC ou BC, diferente do crack dos mercados norte-americano e europeu), oxi, merla, tijolo/tablete/barra de PBC. Outros países da América do Sul: PBC, paco, <i>basuco</i> (<i>basura sucia de cocaína</i> em espanhol), <i>pitillo</i> , <i>mono</i> , <i>baserolo</i> , <i>piedra</i> , entre outros.	Substância fumável
Produtos de consumo de base livre ou <i>freebase</i>	Derivados da conversão do sal de cocaína em sua forma de base	Comumente conhecido como crack nos mercados europeu e norte-americano. <i>Freebase</i> (feito pelo próprio consumidor).	Substância fumável
Produtos de consumo à base de cloridrato de cocaína	Cloridrato de cocaína (geralmente em pó)	Brasil: <i>tijolo/tablete/barra de cocaína</i> , <i>pacote</i> , <i>papelote</i> , <i>porções</i> , <i>trouxinha</i> , <i>pino</i> , <i>escama de peixe</i> . Outros países da América do Sul: Colômbia, Venezuela: <i>paquete/ bloque/ panelas de cocaína</i> , <i>blanca</i> , <i>coca</i> , <i>nieve</i> , <i>perico</i> , <i>cocaína</i> , <i>mandanga</i> , entre outros.	Insuflação nasal ou uso injetável

Fonte: UNODC, CDE, SIMCI, 2022b; EMCDDA, 2022b; UNODC, 2021.

A respeito do potencial de produção de cloridrato de cocaína, é possível observar um contínuo aumento na oferta desta droga, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 5 - Estimativa da produção global de Cloridrato de Cocaína (em toneladas)



Fonte: UNODC (2023). Cálculos do UNODC baseados em dados do UNODC e dados dos respectivos governos e pesquisas de cultivo de coca realizadas na Bolívia, Colômbia e Peru em 2020 e anos anteriores

O Brasil é especialmente afetado pelo fato de sua infraestrutura de portos e aeroportos ser utilizada como uma das principais rotas do tráfico de cocaína para Europa e África (UNODC, 2023b). O tipo mais comum traficado por essas vias é a forma de cloridrato de cocaína, devido ao seu elevado valor comercial e, em teoria, maior pureza. Devido à produção se concentrar nos países andinos, produtos anteriores à etapa do cloridrato de cocaína acabam gerando dinâmicas bastante únicas em relação aos outros países do mundo.

Segundo o Relatório Mundial de Drogas de 2023 do UNODC, no ano de 2021, estima-se que ao menos 21 milhões de pessoas fizeram uso de algum tipo de substância derivada da cocaína. O número representa uma tendência global de aumento de pessoas que fazem uso desta substância entre 2010 e 2019. Além disso, é a droga do tipo estimulante mais utilizada nas Américas do Sul, Central e Norte, e também na Europa Ocidental (UNODC, 2022b, 2023a).

1.2. Infraestruturas associadas aos processos de produção de cloridrato de cocaína

A produção do cloridrato de cocaína envolve o uso de infraestruturas básicas e adaptações rudimentares para transformar a folha de coca em um produto químico refinado. Para realizar esse processo, várias etapas são necessárias, que incluem a extração do alcaloide e o refinamento usando produtos químicos indispensáveis (CIENA, 2018). Existem diversos tipos de infraestruturas, cada uma com suas próprias características, cuja localização geográfica, vigilância dos atores envolvidos, riscos, elementos e estruturas, variam de acordo com os processos realizados. Geralmente, são classificadas em três categorias principais: 1) Infraestruturas de Produção Primária para produzir Pasta Base de Cocaína (IFP-PBC); 2) Infraestruturas de Produção Primária para produzir Base de Cocaína (IFP-BC); e 3) Complexos de Produção de Cloridrato de Cocaína (CPCC) (CIENA, 2018; UNODC-SIMCI, 2018).

As infraestruturas de extração, conhecidas como **Infraestruturas de Produção Primária para produzir Pasta Base de Cocaína (IFP-PBC)**, são onde o processo de extração do alcaloide é iniciado. Na linguagem criminal, elas recebem diversos nomes (em espanhol), como “*cocinas*”, “*chagras*”, “*chongos*” (CIENA, 2018) ou “*picaderos*”. Geralmente, são construídas próximas às áreas de cultivo de coca, em distâncias que não ultrapassam os 100 metros e, em algumas ocasiões, são construídas como casas de madeira com telhado coberto por plástico preto, vegetação seca (palha) ou lâminas de zinco (PINTO, 2022) (Figura 6). Nessas infraestruturas são realizados diversos processos, como corte das folhas de coca, maceração, extração de alcaloides e produção de PBC ou diretamente a base de cocaína. Lá, são comuns recipientes plásticos e metálicos, gasolina, ácido sulfúrico, cimento (CIENA, 2018), cal, soda cáustica, ureia, ferramentas agrícolas, cultivos ilícitos nos arredores, balanças mecânicas, entre outros materiais.

Figura 6 - Infraestruturas de Produção Primária para produzir Pasta Base de Cocaína (IFP-PBC)



(a) vista aérea; (c) vista aérea e cultivo ilícito de coca; (d) estrutura interna; (e), folhas de coca picada; (f) recipientes plásticos e metálicos. Fonte: (PINTO, 2022); (b) vista aérea e cultivo ilícito de coca (CIENA, 2018)

Nas **Infraestruturas de Produção Primária para produzir Base de Cocaína (IFP-BC)** ou infraestruturas de oxidação, ocorrem processos de refinamento de alcaloides da coca, cujo objetivo é produzir base de cocaína por meio da oxidação da PBC, geralmente usando permanganato de potássio (UNODC-SIMCI, 2018). Essas estruturas são componentes de grandes **Complexos de Produção de Cloridrato de Cocaína (CPCC)**. Em algumas regiões, tem sido identificada a existência de infraestruturas de reoxidação, que são utilizadas como processo intermediário para a homogeneização química do alcaloide antes de entrar no processo de conversão em cloridrato de cocaína, a fim de obter o máximo de pureza (CIENA, 2018, 2020).

Nesses locais, é possível encontrar diversos elementos, como máquinas de lavar, equipamentos de filtragem rústicos, aquecedores de banho-maria conhecidos como “*gusanos*” em espanhol, entre outros equipamentos (PINTO, 2022). Os CPCC são infraestruturas interconectadas que funcionam como uma unidade estrutural para a produção ilegal de cloridrato de cocaína. A dinâmica desse processo vai além das estruturas de conversão conhecidas como “*cristalizaderos*”¹⁵ em

¹⁵ São infraestruturas complexas, que demandam um maior número de produtos químicos (CIENA, 2018), como ácidos (ácido sulfúrico, ácido clorídrico); bases (amônia, hidróxido de sódio); sais (cloreto de cálcio, permanganato de potássio, metabissulfito de sódio); e solventes (acetato de etila, álcool isopropílico, metil-etil-cetona, misturas e reciclados) (OEA, 2018). São considerados a estrutura central onde são realizadas as atividades voltadas para a fabricação de HCl (UNODC-SIMCI, 2017).

espanhol, pois conecta diferentes estruturas com funções específicas, como armazenamento de produtos químicos, oxidação, reciclagem, sistemas de aquecimento, áreas de embalagem, áreas de recuperação de solventes, dormitórios, cozinha, entre outros, em uma sinergia que resulta na produção de grandes quantidades de cloridrato de cocaína a partir da PBC ou base de cocaína (CIENA, 2018; UNODC-SIMCI, 2019).

Também é possível encontrar equipamentos como máquinas de filtragem rústicas, “gusanos”, fornos de micro-ondas, etiquetas para identificar tijolos de cocaína (logos ou “marquillas”, em espanhol), secadores com grandes lâmpadas (caixas de madeira com lâmpadas e na frente cobertos por um pano branco espesso), embaladoras a vácuo, moldes de metal, destiladores artesanais conhecidos como “marcianos”, em espanhol, mesas com panos grossos (“escurrideros” ou “hamacas” em espanhol), plantas elétricas, prensas hidráulicas, compressores de ar, balanças, equipamentos de comunicação, painéis solares, bombas de água, entre outros elementos (CIENA, 2018; PINTO, 2022) (Figura 7).

Figura 7 - Complexos de Produção de Cloridrato de Cocaína (CPCC)



(a) cristalizador (fachada externa); (b) gusano; (c) recipientes plásticos com insumos líquidos; (d) planta elétrica; (e) micro-ondas e materiais de embalagem; (f) área de secagem e embalagem (micro-ondas, secadores com lâmpadas, materiais de embalagem, produtos químicos); (g) marciano; (h) máquina de filtragem rústica; (i) máquinas de lavar, secadores com lâmpadas; (j) área de secagem (secador com lâmpadas); (k) escurrideros ou hamacas; (l) recipientes plásticos com suprimentos líquidos; (m) logos ou marquillas; (n) balanças; (o) prensa hidráulica; (p) compressor de ar. Fonte: (PINTO, 2022).

Os CPCC são construídos em locais remotos e isolados, como montanhas ou densas florestas, onde o acesso é difícil, e geralmente próximo a fontes de água e distante das áreas de cultivo de coca. Eles podem ser encontrados em proximidade com a fronteira, e alguns são localizados em território compartilhado entre países vizinhos, como por exemplo as regiões fronteiriças entre Colômbia e Venezuela (CEOFANB, 2021; SUNAD, 2021). Além disso, sua dinâmica caracteriza-se pela proteção por grupos armados que têm forte controle territorial, o que significa que existe uma alta probabilidade de emboscadas e resistência quando as atividades de interdição e desmantelamento são executadas.

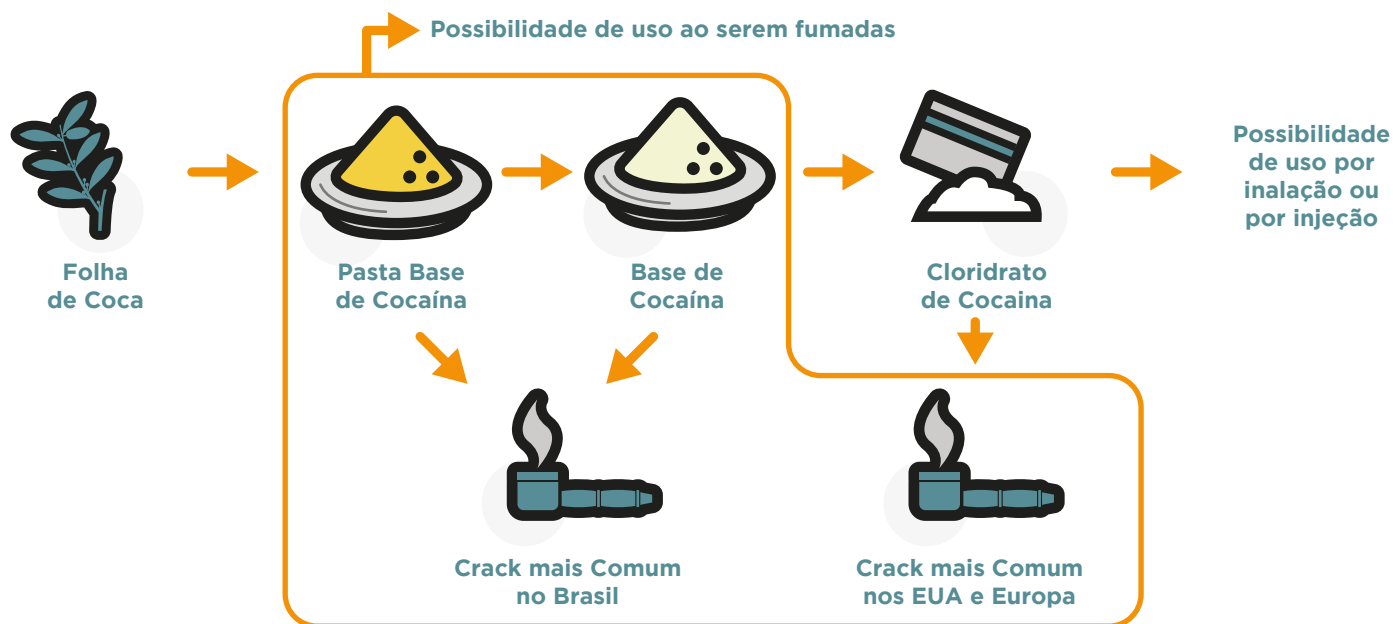
Essas características geográficas e táticas lhes proporcionam uma vantagem para operar em condições clandestinas e evitar serem detectados por dispositivos aéreos, como helicópteros, drones ou satélite de observação da Terra. Os CPCC geralmente são encontrados em diversos países da América do Sul, principalmente naqueles que são produtores de coca (INCB, 2020). No entanto, eles também têm sido identificados na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia (O GLOBO, 2022), bem como na Europa (EMCDDA, 2022b), representando uma ameaça global significativa em termos de disseminação de organizações criminosas.

1.2.1 Cocaína fumada (crack): imprecisões da informação

O processo de produção do cloridrato de cocaína passa por uma diversidade de etapas, as quais acabam por gerar a possibilidade de criação de substâncias que podem ser consumidas por meio de inalação (fumando). Em regiões próximas às zonas de produção da cocaína, é possível inferir que circulam com maior frequência produtos anteriores à fabricação do cloridrato da cocaína (como pasta base de cocaína e base de cocaína). Duas consequências na dinâmica do mercado da cocaína na América do Sul podem ser constatadas a partir disso. A primeira sendo a existência de uma maior oferta de cocaína na forma de “base”, com diferentes formas de fabricação. A segunda, refere-se à possibilidade das formas de cocaína fumáveis possuírem menores níveis de adulteração, uma vez que logo após a transformação em forma de pasta base já estariam prontas para o consumo.

Em relação aos países distantes da produção da cocaína, principalmente EUA e Europa, em que a droga chega com maior frequência na forma de cloridrato de cocaína, a demanda por fumar esta droga necessita de um processo para transformá-la do estado de “pó” e, assim, voltar à sua forma de “base”. A imagem abaixo resume o processo de fabricação da cocaína, dando ênfase às formas fumáveis, as quais se encontram destacadas dentro da forma geométrica azul.

Figura 8 - Processo de produção da cocaína, enfatizando produtos fumáveis



Fonte: ZACCA *et al.* (2014); UNODC (2021)
Elaboração Própria

A figura acima não deve ser lida compreendendo estes processos como estáticos e imutáveis. Não se deve desconsiderar a possibilidade de exportação/importação de cocaína na forma de base para outros países, assim como não é impossível que haja conversão de cloridrato de cocaína em crack no Brasil.

Entender as nuances que envolvem as formas fumáveis de cocaína é de grande importância para formulação de políticas públicas baseadas nas melhores evidências. Em geral, toda vez que se menciona a forma fumável da cocaína, faz-se determinadas associações equivocadas a respeito do processo de sua criação ou sua diversidade. Soma-se a esta questão a ausência de análises a respeito do perfil químico das apreensões de cocaína no Brasil no âmbito dos estados, principalmente quanto à “cocaína de rua”.



O **nome comercial** da forma fumada da cocaína no Brasil normalmente é **crack**. Como se trata de um mercado ilegal e complexo, as definições a respeito das substâncias não são parametrizadas. Verifica-se que o crack pode significar, na prática, todo o espectro de cocaína na forma de base.

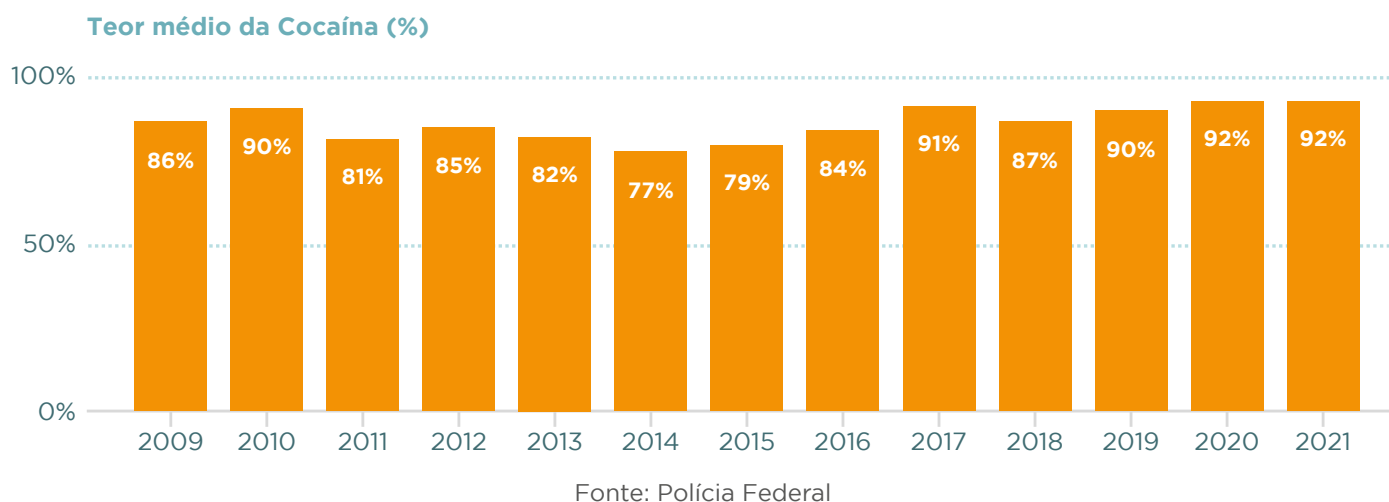
Segundo interlocutores peritos criminais, a adulteração da cocaína na forma de base ou crack seria um procedimento mais complexo do que em sua forma de “pó”, devido ao fato da substância na forma de base se apresentar no atacado como grandes tijolos de cocaína fundida (como “rapaduras”) e, portanto, não se mistura com facilidade a outros elementos sólidos, e para esse procedimento, ser necessário o manuseio de algum tipo de estrutura e técnica.

1.3. Projeto PeQui da Polícia Federal do Brasil

O projeto PeQui foi criado com intuito de fornecer informações científicas a respeito da composição das drogas que circulam no Brasil. O estabelecimento de informações mais detalhadas a respeito dos componentes químicos de drogas é uma das formas de contribuir para inteligência policial, a qual pode estabelecer correlações a respeito das apreensões realizadas (ZACCA *et al.*, 2014).

As figuras abaixo se referem à coleta de informações a partir das análises feita pelo INC/PF em 844 amostras de cloridrato de cocaína e 213 de base de cocaína/crack. A amostra é resultado de 267 apreensões em 23 estados¹⁶ do Brasil. É possível observar elevados valores de grau de pureza. Com relação ao cloridrato de cocaína, a pureza se manteve estável em um patamar próximo de 90% entre os anos de 2009 e 2021:

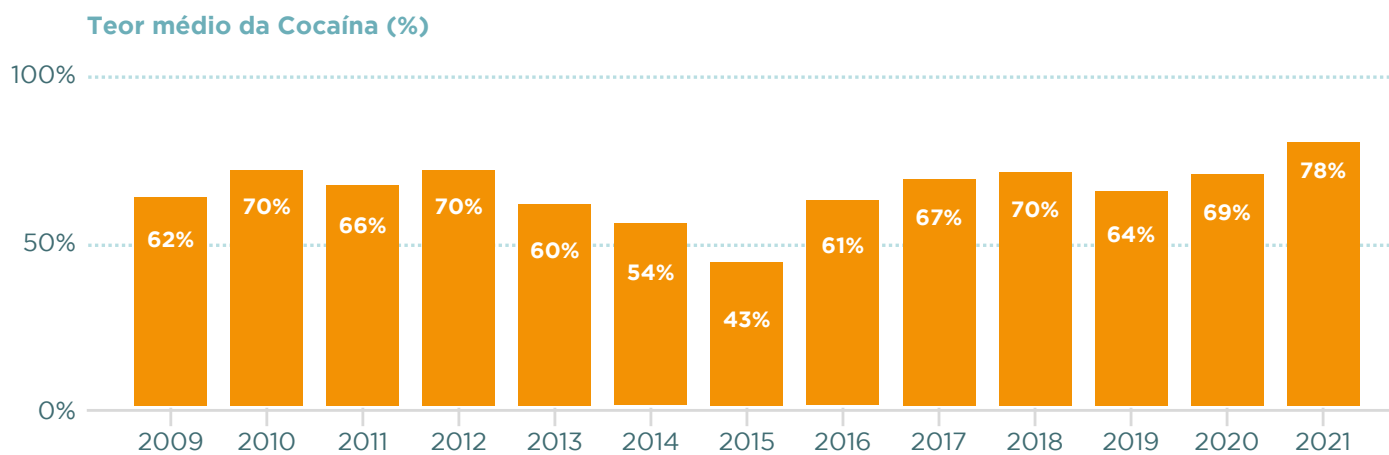
Figura 9 - Teores médios anuais cloridrato de cocaína



Com relação à média histórica de base de cocaína/crack apreendido pela PF, chega-se ao valor de 63% entre os anos de 2009 e 2021:

¹⁶ AC, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP.

Figura 10 - Teores médios anuais de cocaína “base livre”/crack



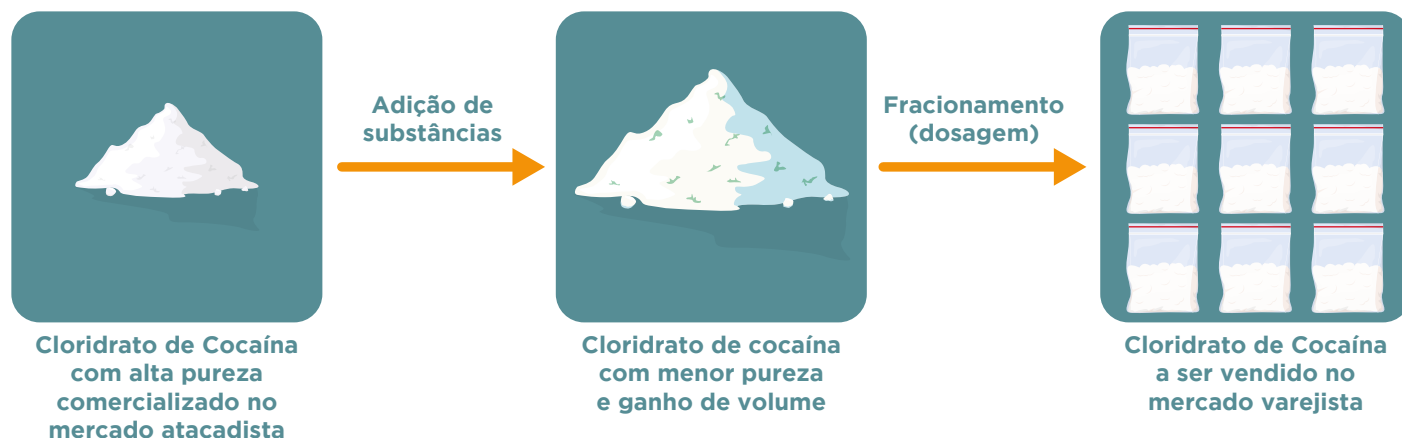
Fonte: Polícia Federal

Com relação aos adulterantes, nas amostras de cloridrato de cocaína apreendidas pela PF, a substância mais comum é o levamisol, enquanto na base de cocaína/crack é a fenacetina. Contudo, segundo análise do INC/PF, verifica-se baixa incidência de adulteração, constatando-se que apenas 10% das amostras continham algum destas substâncias (UNODC, CDE, SIMCI, 2022b). Estes elevados graus de pureza revelam a tendência da PF atuar com maior frequência em grandes apreensões do mercado atacadista.

1.4. A adição de substâncias na cocaína: lógicas de mercado e impactos na saúde

A adição de substâncias na cocaína pode estar relacionada com algumas lógicas do mercado ilícito. Dentre elas, o aumento do volume da mercadoria a ser comercializada, a qual será fracionada e posteriormente vendida no mercado varejista (para usuário final).

Figura 11 - Adulteração da Cocaína



Elaboração própria

Uma importante discussão a respeito da adição de substâncias na cocaína é a distinção entre **diluyente** e **adulterante**:



Diluyente: Normalmente as substâncias classificadas como diluentes possuem a função de proporcionar volume à cocaína. Portanto, seguem uma lógica do mercado ilícito de aumentar a quantidade da mercadoria, a qual será fracionada e vendida. A adição destas substâncias também pode ter uma função “estética”, ou seja, criar uma aparência que seja demandada pelos consumidores (UNODC, 2021). São menos frequentes estudos sobre essa classe de substâncias do que adulterantes, uma vez que os diluentes são vistos com menor potencial de risco à saúde (SOLOMON; HAYES, 2017 *apud* UNODC, 2021).

Adulterante: A adição de adulterantes na cocaína significa a introdução de alguma substância dentro de uma ampla possibilidade de compostos com um princípio ativo, os quais frequentemente incluem fármacos, e em menor escala outras drogas ilícitas e novas substâncias psicoativas (NSP), podendo ser mais caros e difíceis de se obter (UNODC, 2021).

Sobre alguns adulterantes descritos na literatura especializada, o seguinte quadro faz um resumo de algumas substâncias e seus possíveis usos.

Quadro 2 - Adulterantes mais comuns da cocaína

Adulterante	Funções descritas na bibliografia
Lidocaína	A lidocaína é um anestésico local comumente utilizado em ambientes clínicos para procedimentos de menor risco. Durante a década de 1980, foi considerada o principal agente adulterante da cocaína e, na atualidade, ainda é encontrada com grande frequência em preparações adulteradas da droga (SANT'ANA <i>et al.</i> , 2019; PAWLIK <i>et al.</i> , 2015). A lidocaína é utilizada como adulterante pois, além de possuir ação semelhante à da cocaína, pode potencializar seus efeitos, aumentando a dormência oral, o que imita as sensações resultantes do consumo de uma cocaína de alta qualidade (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015; KUDLACEK <i>et al.</i> , 2017). A lidocaína é distribuída rapidamente pelo tecido pulmonar e, dentre os vários efeitos colaterais do seu uso, é possível citar a insuficiência respiratória e a hipertensão (PAWLIK., 2015). Ademais, aumenta a potência convulsiva da cocaína quando são consumidas simultaneamente (SANT'ANA <i>et al.</i> , 2019).
Tetracaína	A tetracaína é um anestésico local que se diferencia principalmente por causa da duração do seu efeito que é longa e da sua rápida absorção (KRUSCHINSKI, 2019). As evidências da utilização da tetracaína como adulterante de amostras de cocaína são recentes no Brasil, segundo interlocutores policiais. Um dos motivos que explica sua utilização como um adulterante está relacionado à capacidade de potencializar e prolongar os efeitos da droga (KRUSCHINSKI, 2019). Além disso, assim como outros anestésicos, a tetracaína simula concentrações maiores de cocaína (KUDLACEK <i>et al.</i> , 2017).

Adulterante	Funções descritas na bibliografia
Fenacetina	A fenacetina é um analgésico derivado do paracetamol (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015). No Brasil, a fenacetina é considerada um dos principais adulterantes da cocaína (BOTELHO <i>et al.</i> , 2014). Isso porque, apesar de não exercer efeitos psicoestimulantes, a substância reduz alguns efeitos colaterais da cocaína, como a dor que pode ocorrer após a administração da droga devido ao seu caráter analgésico (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015; KRUSCHINSKI, 2019). Quando usada regularmente, como em caso de adição à cocaína, a fenacetina pode causar mortalidade por doenças cardiovasculares, urológicas ou renais (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015).
Cafeína	A cafeína é um estimulante do Sistema Nervoso Central (SNC) comumente consumida através de fontes dietéticas, como café, chá e bebidas energéticas. Todavia, a cafeína é também uma das substâncias mais utilizadas como adulterante em drogas ilícitas no geral e, atualmente, é um dos principais adulterantes da cocaína, em particular (PIETRO <i>et al.</i> , 2016). Acredita-se que a cafeína seja adicionada à cocaína para aumentar o peso e o volume do produto comercializado, mas também por potencializar os efeitos psicoestimulantes da droga. Além disso, apesar de ser considerada uma droga atípica de dependência, ao ser consumida juntamente à cocaína, a cafeína aumenta os efeitos de reforço da última (PIETRO <i>et al.</i> , 2016). Por fim, o uso da cafeína como adulterante da cocaína também se explica pois o seu sabor amargo, análogo ao da cocaína, ajuda a disfarçar a presença de aditivos em testes simples de pureza da droga, aumentando o valor do produto comercializado (KUDLACEK <i>et al.</i> , 2017). Dentre os riscos do consumo simultâneo da cafeína e da cocaína, é possível citar convulsões, problemas cardiovasculares e morte (SANT'ANA <i>et al.</i> , 2019).
Levamisol	O levamisol é um anti-helmíntico veterinário (utilizado no combate de vermes) que, a partir dos anos 2000, tornou-se um dos principais adulterantes da cocaína, em especial, no continente europeu (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015; JONG <i>et al.</i> , 2018). Várias são as hipóteses sobre o uso do levamisol como um adulterante para a cocaína. Em primeiro lugar, devido a suas propriedades semelhantes, o levamisol pode alterar os resultados de testes de detecção da cocaína: por um lado, em testes colorimétricos, a presença do levamisol aponta falsamente a presença de cocaína nas amostras (resultados falso-positivos); por outro, em testes eletroquímicos, quando o levamisol está presente em proporções superiores a 1:1, a cocaína não é mais detectada, levando a resultados falsos-negativos (JONG <i>et al.</i> , 2018). Além das propriedades semelhantes, o levamisol tem custo razoável e ampla disponibilidade (PAWLIK <i>et al.</i> , 2015). Outra possível explicação seria que o levamisol potencializa os efeitos da cocaína, pois aumenta a transmissão de dopamina. Portanto, pode intensificar e prolongar as sensações de dormência da cocaína quando os efeitos psicoativos próprios da cocaína desaparecem (KUDLACEK <i>et al.</i> , 2017; PAWLIK <i>et al.</i> , 2015). Há ainda a hipótese de que esse adulterante é utilizado como “credencial”, uma marca do traficante, servindo para rastrear a distribuição da cocaína (KRUSCHINSKI, 2019). O uso do levamisol misturado à cocaína pode gerar riscos à saúde como a necrose cutânea ou a leucoencefalopatia (JONG <i>et al.</i> , 2018).

Fonte: Baseado e adaptado a partir da pesquisa bibliográfica realizada por KRUSCHINSKI (2019)
Elaboração própria

Para além dos exemplos de adulterantes mencionados no quadro acima, destaca-se o fentanil, anestésico comum em hospitais que tem provocado preocupações em autoridades dos EUA, devido ao uso indiscriminado (ou como adulterante de outras drogas) e seu impacto na saúde pública deste país. No Brasil, desde 2009, a PF realizou algumas operações com apreensões de frascos de fentanil desviados de hospitais para traficantes. Mais recentemente, em 2023, a Polícia Civil do Espírito Santo apreendeu diversos frascos desta droga associada ao crime organizado (SAR, 2023). O uso do adulterante de cocaína à base de fentanil tem potencial de risco à saúde pública, situação já vivenciada na Argentina com um análogo do fentanil (carfentanil) em 2022.

Box 1 - Caso da Cocaína adulterada em Buenos Aires



O caso conhecido como cocaína “envenenada” ou “adulterada” de Buenos Aires, na Argentina, ocorreu em função do adulterante carfentanil. Embora a palavra envenenada possa ser um termo pouco adequado para o caso, foi como se difundiu essa informação e como até hoje se refere ao caso em que 24 pessoas morreram e mais de 80 se intoxicaram ao fazer uso de cloridrato de cocaína no dia 2 de fevereiro de 2022, sendo vendida no “Villa Puerta 8”, em Buenos Aires¹⁷. A cocaína estava adulterada com carfentanil, um potente opioide sintético. Conforme relatado, só não houve mais mortes porque, assim que começaram a surgir notícias da tragédia, os próprios traficantes determinaram a imediata retirada deste produto.

No próprio dia deste evento, as autoridades argentinas soltaram um alerta epidemiológico a esse respeito e houve divulgação na mídia de contatos da Secretaria de Prevenção às Drogas. Os envelopes com a cocaína haviam sido vendidos por 200 pesos (R\$ 10) e afetaram principalmente pessoas moradoras de bairros e comunidades mais pobres de Buenos Aires¹⁸.

O *Drug Enforcement Administration* (DEA) dos EUA publicou um alerta no ano de 2018 classificando o carfentanil como um novo fator de risco da crise de uso de opioides vivenciada por este país. No comunicado, o carfentanil é informado como um opioide sintético aproximadamente 10 mil vezes mais potente do que a morfina e 100 vezes que o fentanil. Esta potência traz um risco associado à sua fiscalização, recomendando-se que as agências que atuam na área sigam protocolos de manuseio para que não haja contaminação acidental. Estima-se que uma dose de 2 miligramas possa ser potencialmente letal para seres humanos (DEA, 2018).

17 Disponível em: https://www.clarin.com/policiales/cocaina-envenenada-quedan-detenedos-masacre-carfentanilo_0_h86KhkHasw.html. Acesso em 6 mar. 2023.

18 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60241344>. Acesso em 6 mar. 2023.

Alguns trabalhos no campo da medicina têm estudado efeitos nocivos do levamisol, sendo identificadas lesões na pele e inflamações nos vasos sanguíneos (JUANENA *et al.*, 2017), assim como possível intoxicação cerebral (ALLARD, *et al.*, 2021).

Os exemplos de danos à saúde expostos aqui mostram a importância da realização de levantamentos sobre os componentes encontrados na cocaína. Estas informações podem facilitar a geração de alertas, assim como fortalecer o controle de determinadas substâncias que são mais nocivas à saúde.

1.5. Panorama dos graus de pureza de cocaína pelo mundo

Alguns programas pelo mundo fazem coleta dos adulterantes comumente utilizados para cocaína. Um exemplo, em Lisboa/Portugal, é o Serviço de *Drug Checking* Móvel, organizado pela organização não-governamental Kosmicare, que coleta informações diretamente com pessoas que fazem uso de drogas, com intuito de elaborar informações sobre o que é consumido. Em relatório elaborado em 2022, foram coletadas informações sobre heroína e cocaína. Das 24 amostras de cocaína coletadas, apenas 2 (8%), não continham adulterantes, sendo a substância mais comumente encontrada a fenacetina, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Adulterantes identificados em Lisboa/Portugal – março e abril de 2022

Substâncias Identificadas	Frequência	Porcentagem
Cocaína + Fenacetina	11	45,8%
Cocaína + Fenacetina + Cafeína	6	25%
Cocaína + Fenacetina + Levamisol	3	12,5%
Cocaína	2	8,3%
Cocaína + Lidocaína	1	4,2%
Cocaína + Fenacetina + Paracetamol + Cafeína	1	4,2%
Total	24	100%

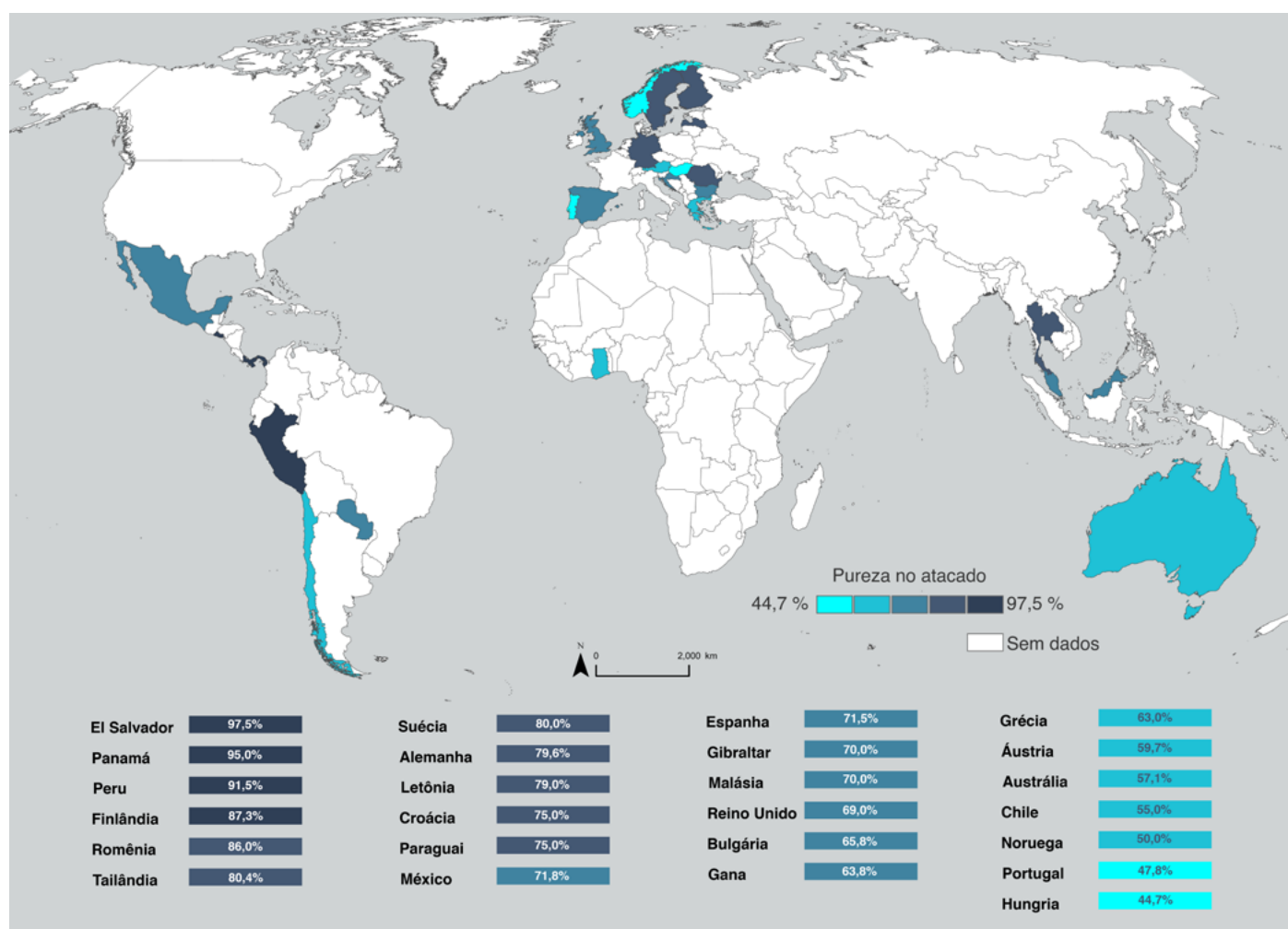
Fonte: KOSMICARE (2022)

Exames mais complexos como o grau de pureza de cocaína geralmente são realizados por unidades de perícia em laboratórios vinculados aos órgãos públicos. Estudo conduzido na Itália, a partir de apreensões entre 2013 e 2016 constatou que, neste país, o adulterante mais comum nas amostras coletadas¹⁹ foi o levamisol, presente em 81% das análises, enquanto o menos presente foi a cafeína, em 18,9% (PICHINI, 2017).

¹⁹ Em cloridrato de cocaína.

No âmbito do UNODC, o *Annual Report Questionnaire* (ARQ) é distribuído anualmente, o qual é disponibilizado para Estados-membros e abre a possibilidade para inserção de dados sobre a pureza da cocaína. Estas informações são disponibilizadas na plataforma DataUNODC²⁰. O mapa abaixo apresenta um panorama dos graus de pureza informados através do ARQ²¹ em 2020.

Figura 12 - Geografia da pureza do Cloridrato de Cocaína no atacado, 2020



As fronteiras e nomes mostrados, bem como as designações utilizadas neste mapa, não implicam endosso ou aceitação pela Organização das Nações Unidas.

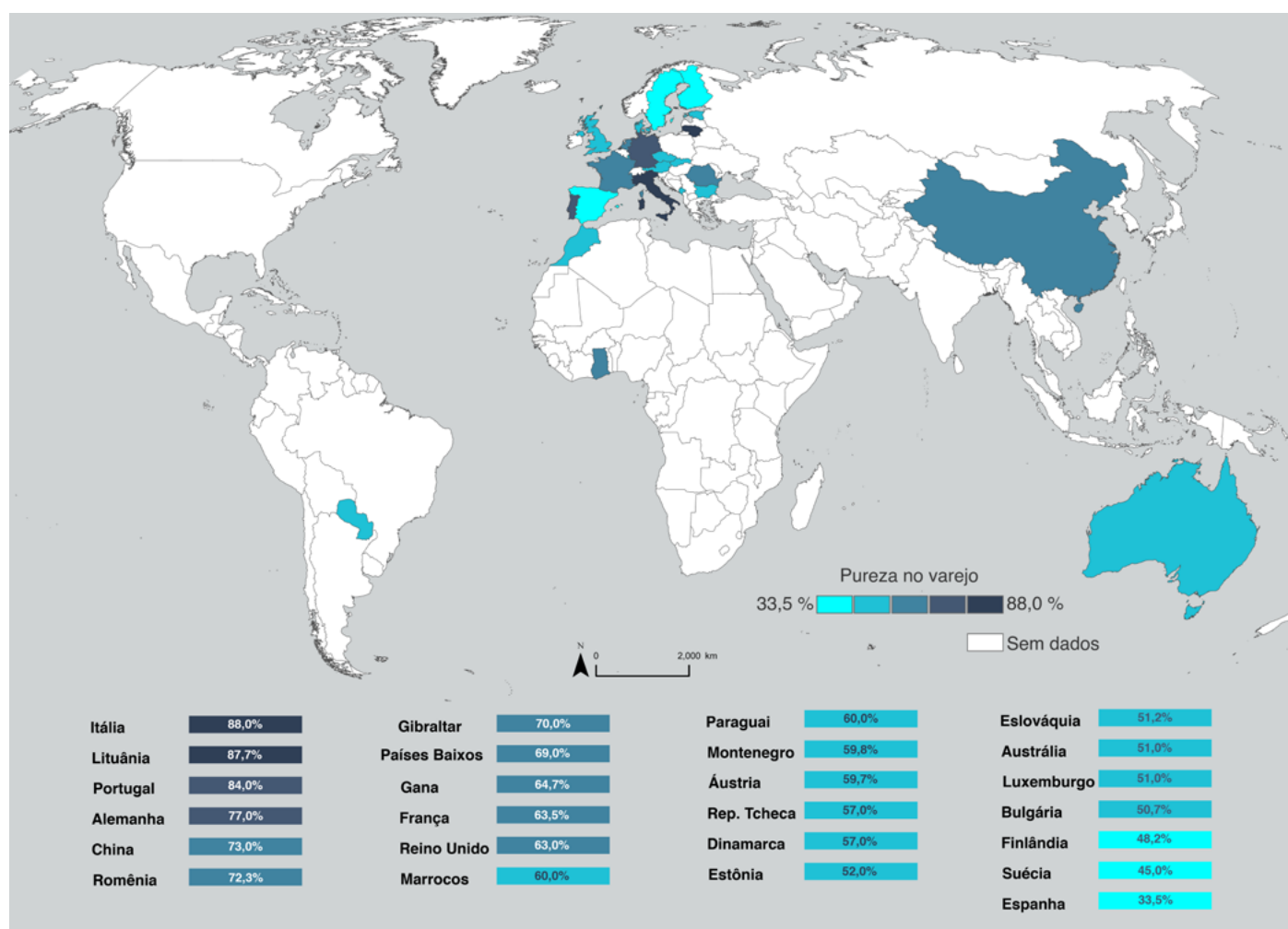
Fonte: Levantamento realizado pelo CdE. Dados: UNODC, 2020.

Os graus de pureza referem-se a valores tipicamente conhecidos e informados ao UNODC. Os valores do Chile, El Salvador, Peru e Romênia correspondem aos valores máximos de pureza.

²⁰ Disponível em: <https://dataunodc.un.org/>. Acesso em 24 abr. 2023.

²¹ Como estratégia para realização dos mapas acima, buscou-se privilegiar o dado sobre os graus de pureza médio. Com intuito de obter um mapeamento mais abrangente, foi também compilado informações sobre grau de pureza máximo.

Figura 13 - Geografia da pureza do Cloridrato de Cocaína no varejo, 2020



As fronteiras e nomes mostrados, bem como as designações utilizadas neste mapa, não implicam endosso ou aceitação pela Organização das Nações Unidas.

Fonte: Levantamento realizado pelo CdE. Dados: UNODC, 2020.

Os graus de pureza referem-se a valores tipicamente conhecidos e informados ao UNODC. Os valores da Itália, Lituânia e Romênia correspondem aos valores máximos de pureza.

Embora as metodologias de análises e fluxos de trabalho das instituições de cada estado-membro da ONU possa variar consideravelmente, é possível verificar uma tendência dos graus de pureza serem mais elevados nas apreensões relacionadas ao mercado atacadista.

A respeito dos graus de pureza do crack, é possível verificar pouca disponibilidade da informação, como pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 3 - Grau de pureza de “crack” (2020)

País	Varejo	Atacado
Paraguai	40%	-
Chile	-	41,3%
China	67%	-
Portugal	24,6%	42,7%
Reino Unido	67%	55%

Fonte: DataUNODC
Elaboração Própria



CAPITULO 2

ESTUDO DE CASO SOBRE O GRAU DE PUREZA DA COCAÍNA NAS CAPITALIS DE 4 ESTADOS DO BRASIL

Por meio da parceria já estabelecida entre o Cdesc e os sistemas de segurança pública dos quatro estados envolvidos nesse estudo, foi possível construir mais um tipo de análise no intuito de entender o mercado de drogas ilícitas, avançando, assim, em mais uma etapa do processo de monitoramento desse tipo de mercado. Com o envolvimento da Polícia Federal (PF), nesta última etapa do projeto, por meio do INC, foram feitas análises de pureza das drogas advindas da folha da coca, seja na sua forma de cloridrato (chamado de “HCl”) ou no formato de Base (chamado de “crack”).

O processo de análise de pureza se deu por meio de uma seleção amostral por conveniência de pelo menos 100 casos em cada uma das quatro unidades federativas, no decorrer dos anos de 2021 e 2023²². As amostras se originam de apreensões rotineiramente encaminhadas para as respectivas perícias estaduais, realizadas tanto por polícias civis como militares e, neste caso, foram realizadas nos respectivos municípios das capitais de cada estado. Essas amostras locais foram divididas entre os tipos HCl e Base, bem como foi sugerido aos estados selecionarem as amostras dentre os universos mais comumente apreendidos.

A PF viabilizou o deslocamento dessas amostras para a sede em Brasília. Assim, os peritos criminais realizaram análises no INC/PF durante duas semanas com os equipamentos e metodologias desenvolvidas pelos peritos federais, utilizando uma mesma metodologia, o que permitiu estabelecer uma comparação padronizada dos derivados de cocaína coletados.

Os exames foram feitos em equipamentos de cromatografia gasosa acoplados à detectores de espectrometria de massas (CG-MS), que identifica os tipos de substâncias que compõem a droga, e de ionização de chama (CG-FID), que quantifica uma série de analitos relacionados com a cocaína (alcaloides e adulterantes).

Figura 14 - Equipamento utilizado para exame das amostras de cocaína



Fonte: Imagem feita pela equipe do Cdesc em visita à PF

Dessa forma, os dados apresentados abaixo são os resultados dos esforços de uma ação conjunta entre diferentes instituições, com o objetivo de mensurar a pureza de amostras de cocaína e seus derivados que foram apreendidas no mercado varejista da cocaína de Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e São Paulo.

Iniciando pelo conjunto de informações de todos os estados, isto é, pela soma de todas as amostras dos quatro estados, buscou-se primeiro interpretar os resultados sobre o grau de pureza a partir do

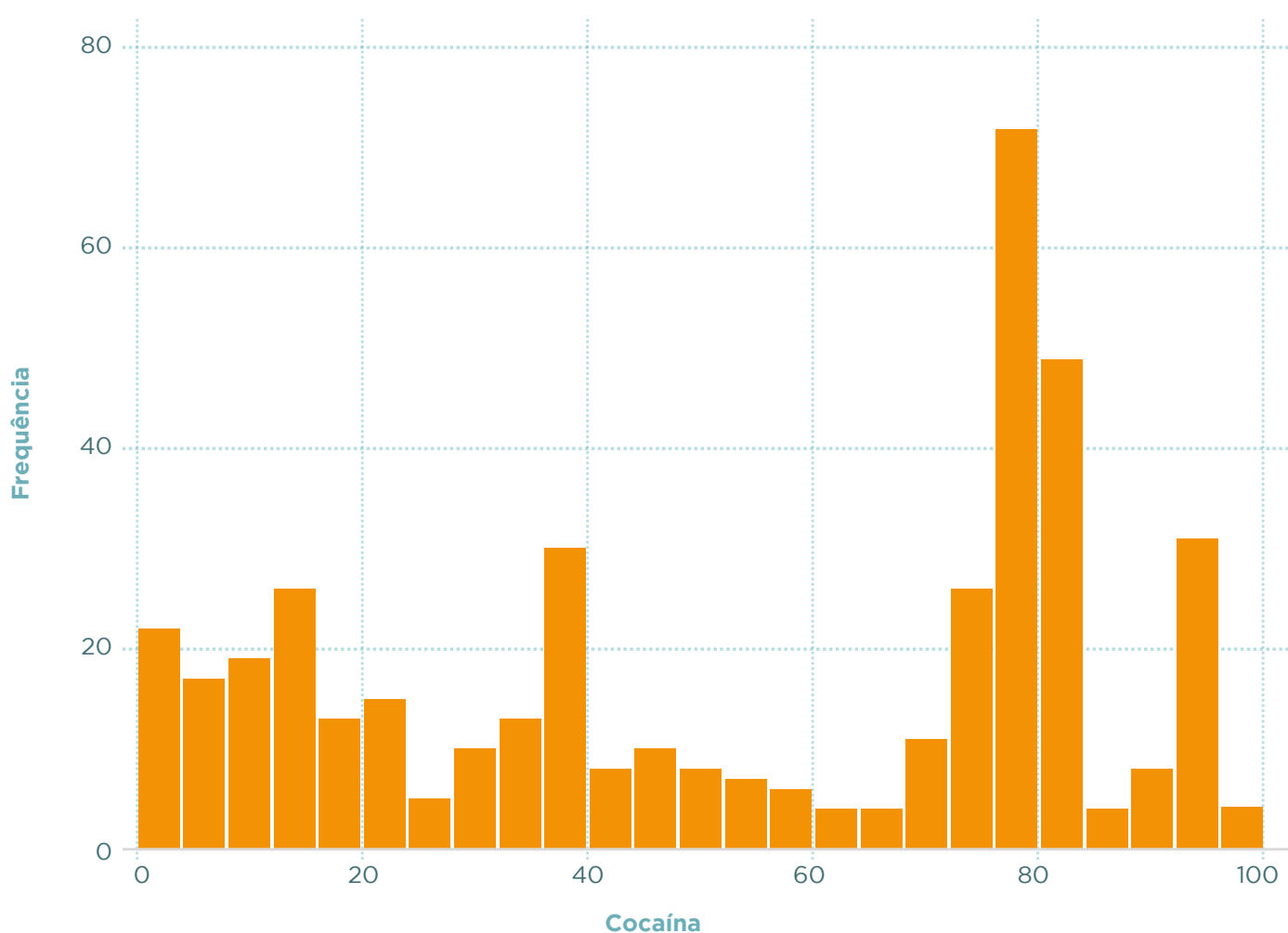
²² As amostras de PE se referem ao ano de 2022, PR 2021 e 2022, MT e SP, 2022 e 2023.

percentual de cocaína constante em cada amostra. Assim, na distribuição, 100% significa uma amostra mais pura, enquanto 0% significa uma amostra composta inteiramente de outras substâncias, embora vendida como HCl ou Base.

Há três picos de grandezas diferentes que ocorrem abaixo de 20%, entre 20 e 40% e acima de 80% de pureza. Contudo, observa-se que a maior frequência (moda) é de amostras próximas de 80% de pureza.

Figura 15 - Distribuição da pureza em MT, PE, PR e SP (agregado Base e HCl)

Histograma



Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

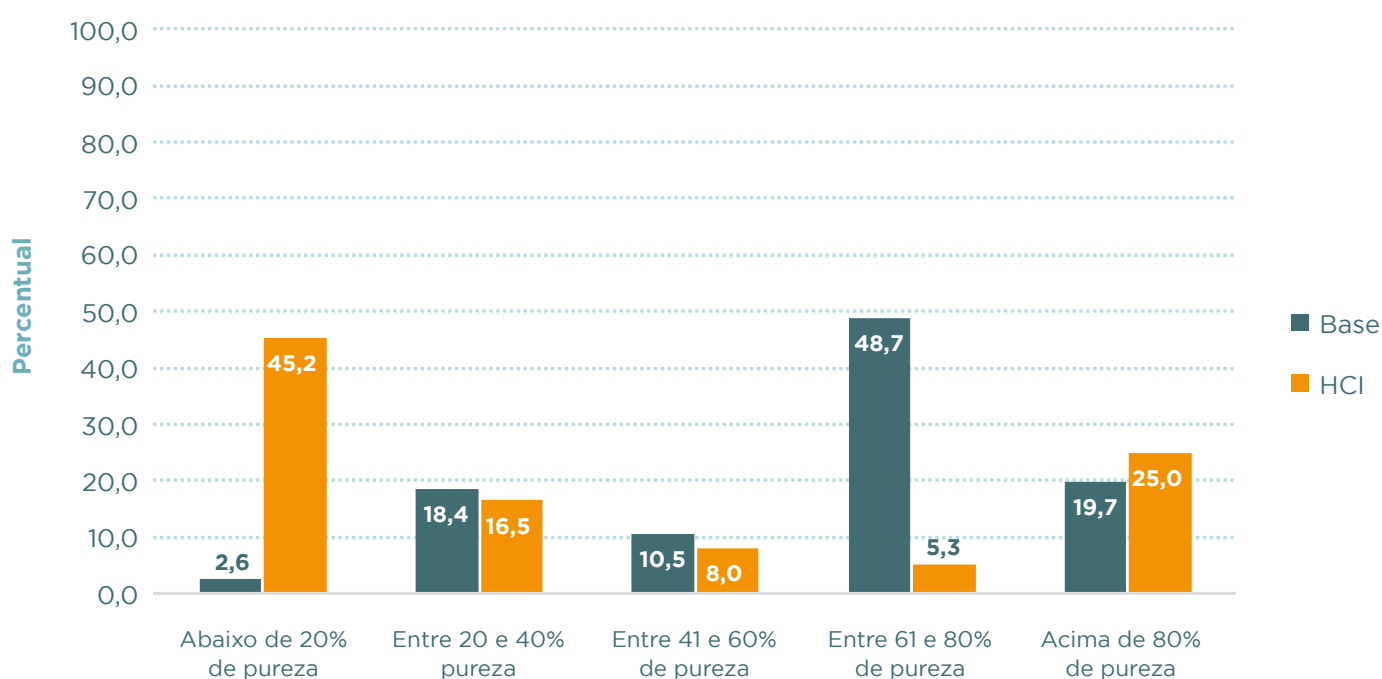
Interessante observar que, embora não explícito no gráfico, das 44 amostras mais puras, todas são compostas por HCl, o que indica que, de maneira geral, essa substância é mais pura quando comparada à Base. Em um sentido inverso, quando se verifica substâncias menos puras, em sua imensa maioria, também são as HCl. Dessa forma, é possível concluir que o formato de Base se

encontra no meio dessa distribuição de pureza, enquanto o HCl está nas extremidades, sendo responsável pelas amostras mais e menos puras da distribuição.

Dividindo as amostras dos quatro estados por tipo de droga, observa-se que a tipo Base possui um maior nível de pureza, tendo 68% das amostras com a pureza acima de 60%. Por sua vez, o tipo HCl observa-se uma amplitude maior, tendo as categorias no extremo do espectro (pureza menor de 20% e maior de 80%) as maiores frequências. Assim sendo, o destaque é a alta frequência de amostras com baixo grau de pureza (45%).

Figura 16 - Distribuição da pureza nas capitais de MT, PE, PR e SP

Distribuição por tipo de droga - 4 estados

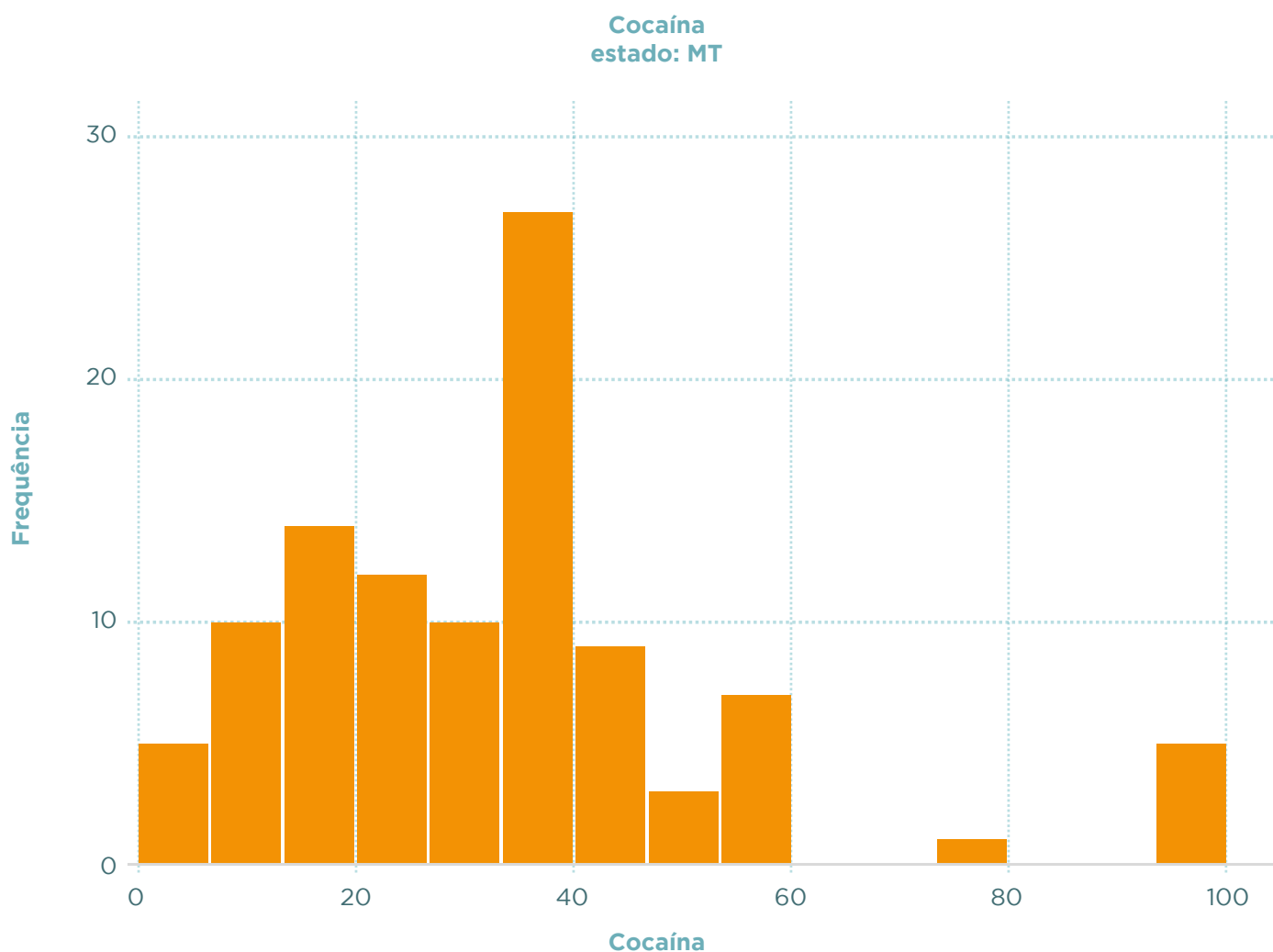


Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

2.1. Mato Grosso

Um segundo processo analítico executado foi dividir a distribuição apresentada anteriormente por suas territorialidades. A partir dessa divisão é possível inferir como se dá a distribuição nas capitais de cada estado. Iniciado pela distribuição do Mato Grosso (Cuiabá), é possível determinar que nesta localidade foram observadas as amostras menos puras. Conforme visto no histograma abaixo, existem alguns *outliers* com alto grau de pureza, mas a grande maioria da amostra se concentra abaixo dos 40% de pureza. Dividindo a amostra em percentis, é possível afirmar que 80% de todos os casos não alcançam 45% de pureza, enquanto 60% dos casos não chegam à 38% de pureza.

Figura 17 - Distribuição da pureza em MT (agregado Base e HCl)

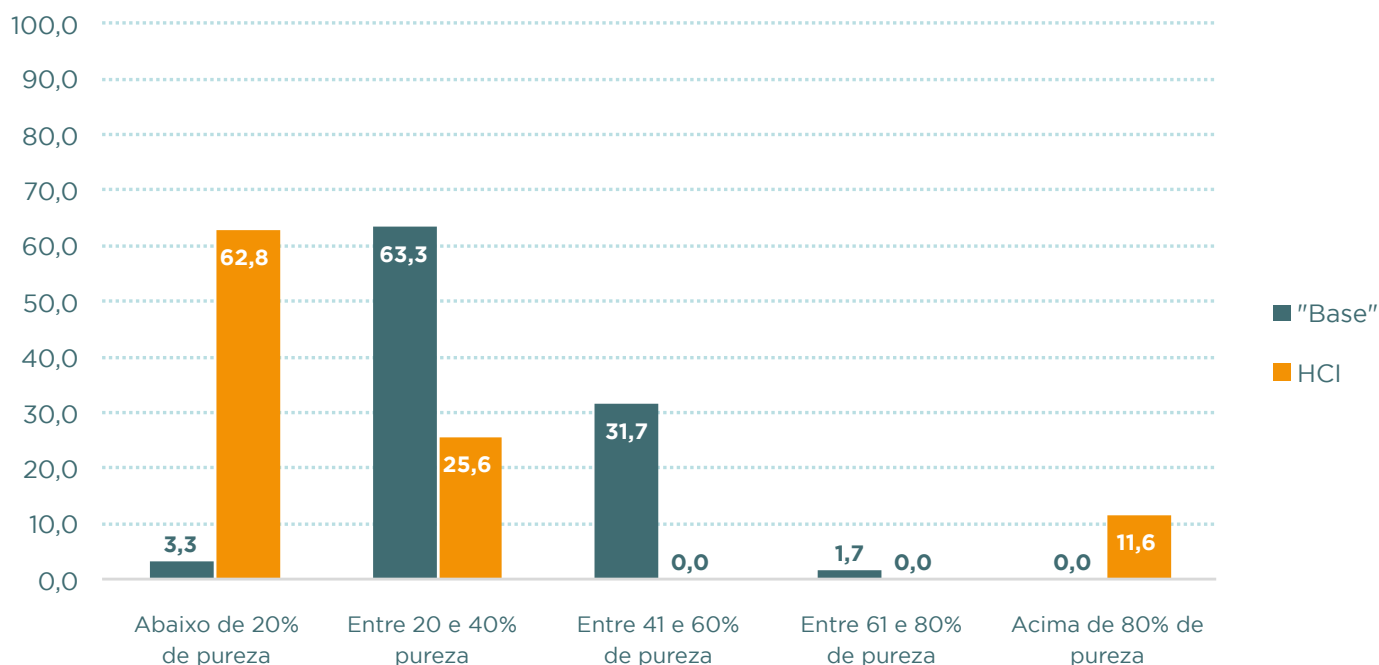


Fonte: Polícia Federal, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

Ao dividir a distribuição das amostras do Mato Grosso por tipo de droga ilícita (HCl ou Base) observa-se algumas diferenças interessantes. O gráfico de barra abaixo demonstra que 63% das amostras de HCl não alcançam 20% de pureza, embora em 12% a pureza é acima de 80%. A distribuição do tipo Base também possui um baixo grau de pureza, na qual 63% dos casos ficam entre 20% e 40% de pureza.

Figura 18 - Distribuição por tipo de droga - MT

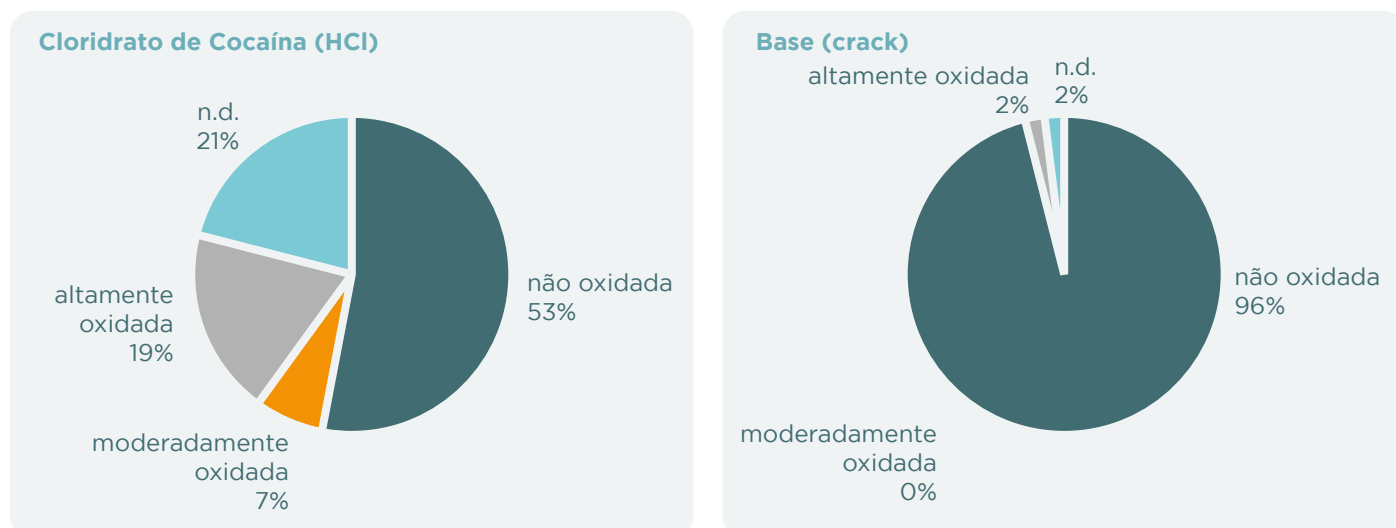
Distribuição por tipo de droga - MT



Fonte: Polícia Federal, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

A respeito do grau de oxidação, verifica-se maiores incidências deste procedimento no cloridrato de cocaína.

Figura 19 - Classificação por grau de purificação (oxidação) - MT

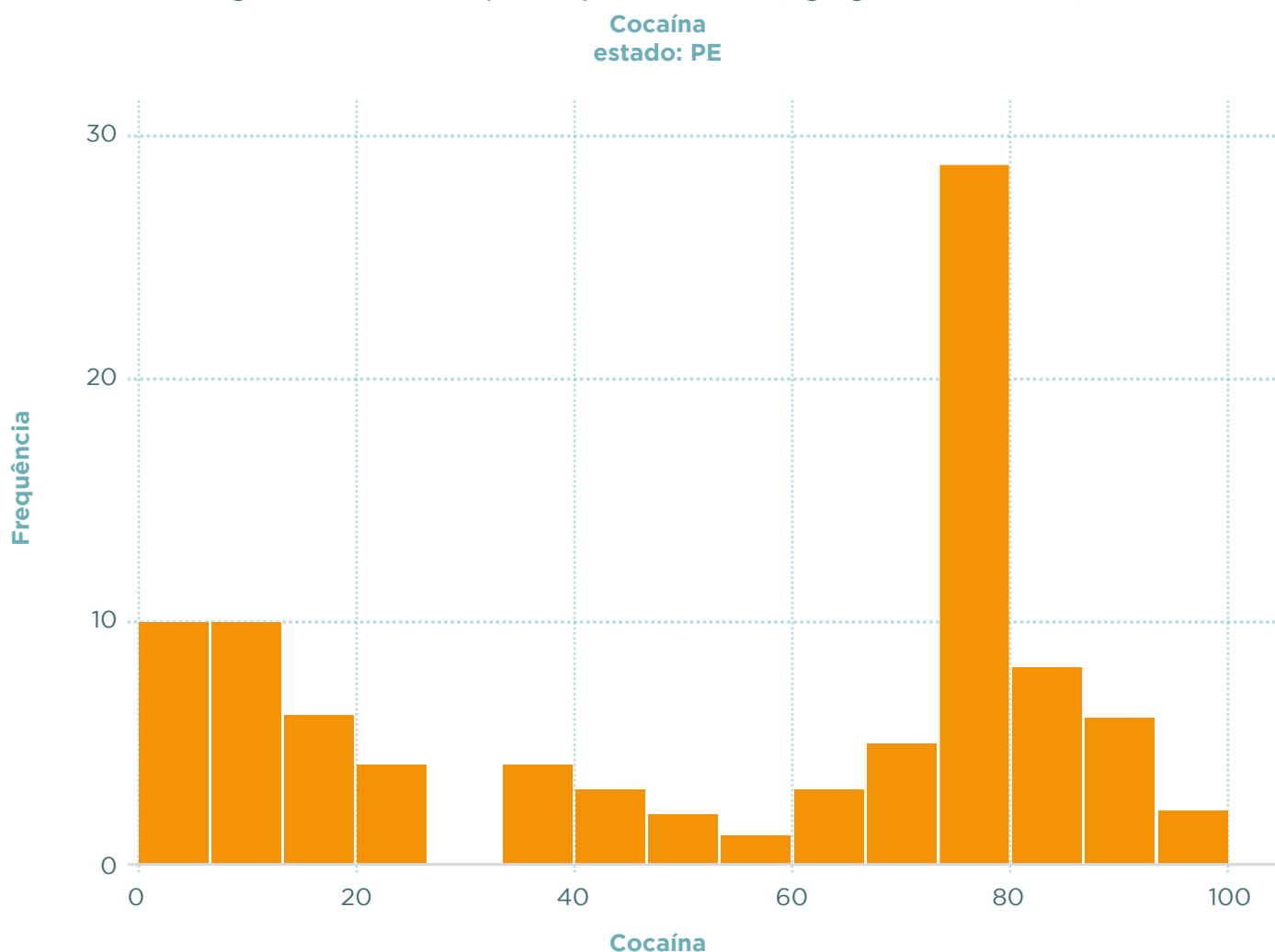


Fonte: Polícia Federal, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

2.2. Pernambuco

Quando analisadas todas as amostras do estado de Pernambuco (Recife), verifica-se que a localidade possui uma distribuição invertida se comparada ao Mato Grosso. Assim, no estado nordestino, as ocorrências mais comuns são aquelas perto de 80% de pureza. Embora a maioria das amostras tenha um grau de pureza acima de 60%, é possível encontrar casos de baixo grau de pureza. Em termos de percentis, é possível afirmar que 20% dos casos não ultrapassam 12% de pureza.

Figura 20 - Distribuição da pureza em PE (agregado Base e HCl)

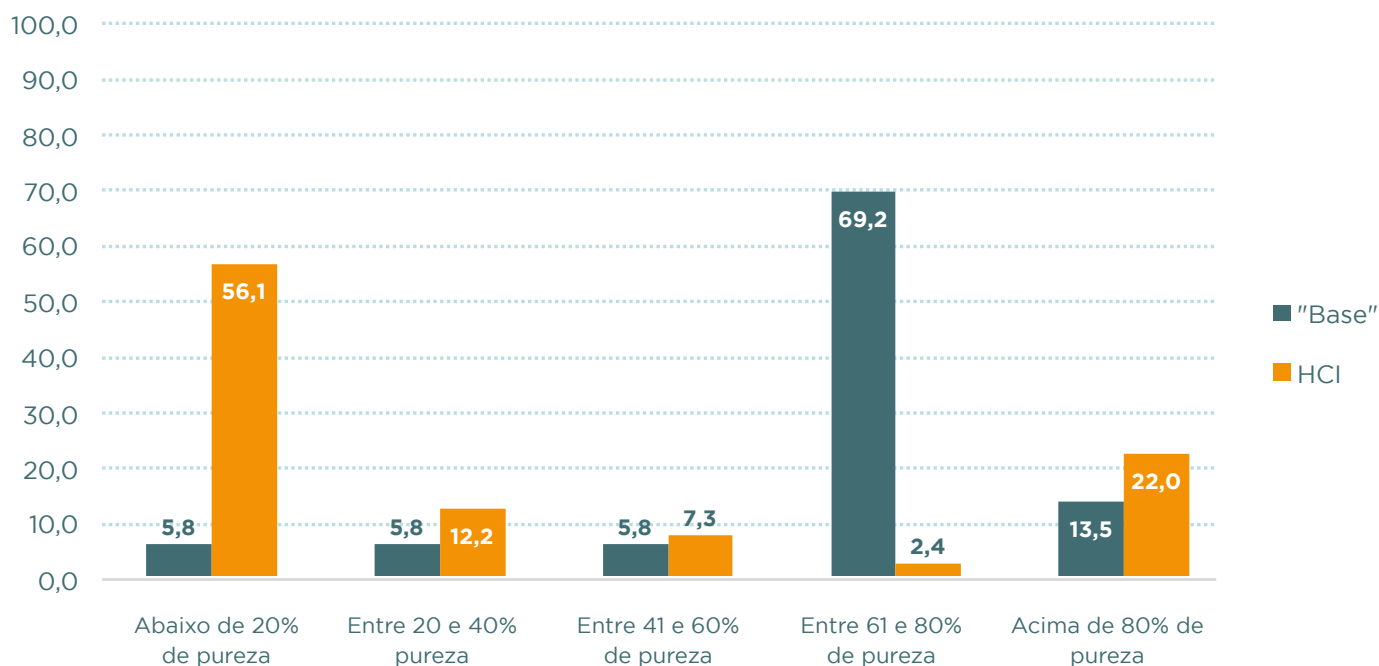


Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica de Pernambuco, 2023
Elaboração própria

Ao dividir a distribuição pernambucana das amostras pelo tipo de droga fica clara a disparidade da pureza entre HCl e Base. Dessa forma, enquanto o Base possui cerca de 83% das amostras com grau de pureza acima de 60%, o formato HCl, com esse grau de pureza, é visto em apenas um quarto dos casos. Do mesmo modo, casos com pureza abaixo de 20% formam a maioria das amostras de HCl, enquanto representam apenas 6% das amostras de Base, isto é, no menor nível de pureza, o tipo HCl tem 10 vezes mais amostras nessa categoria do que o tipo Base.

Figura 21 - Distribuição da pureza em PE

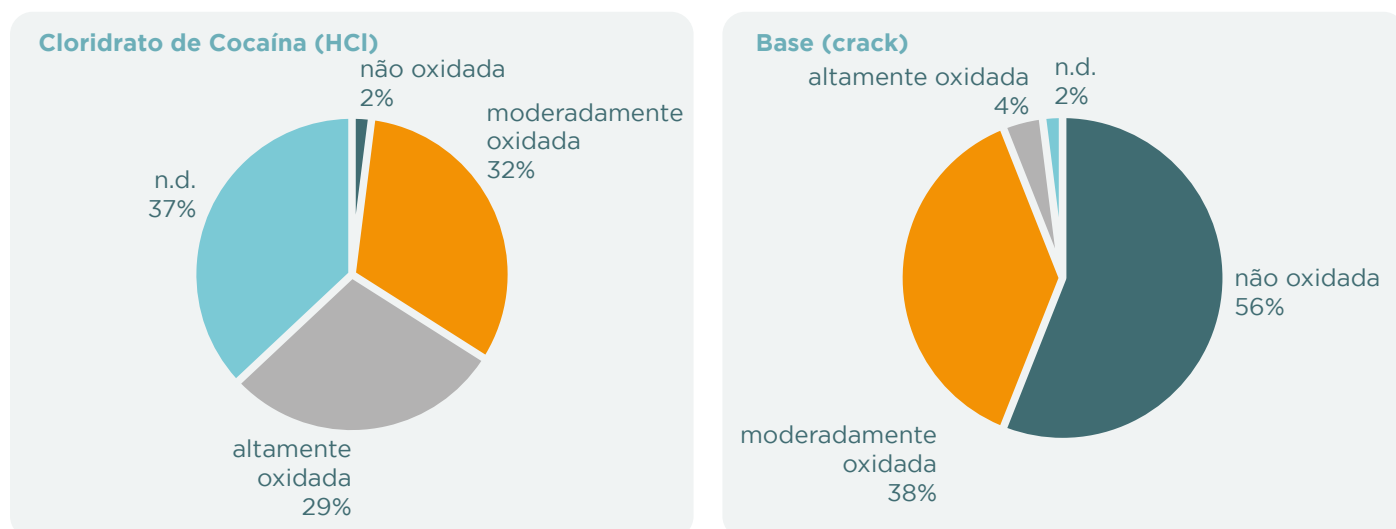
Distribuição por tipo de droga - PE



Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica de Pernambuco, 2023
Elaboração própria

A respeito do grau de oxidação, verifica-se uma maior frequência de purificação no cloridrato de cocaína. Contudo, PE se destaca por ter um processo de purificação relevante na Base de cocaína/crack quando comparado aos dos outros estados deste estudo.

Figura 22 - Classificação por grau de purificação (oxidação) - PE

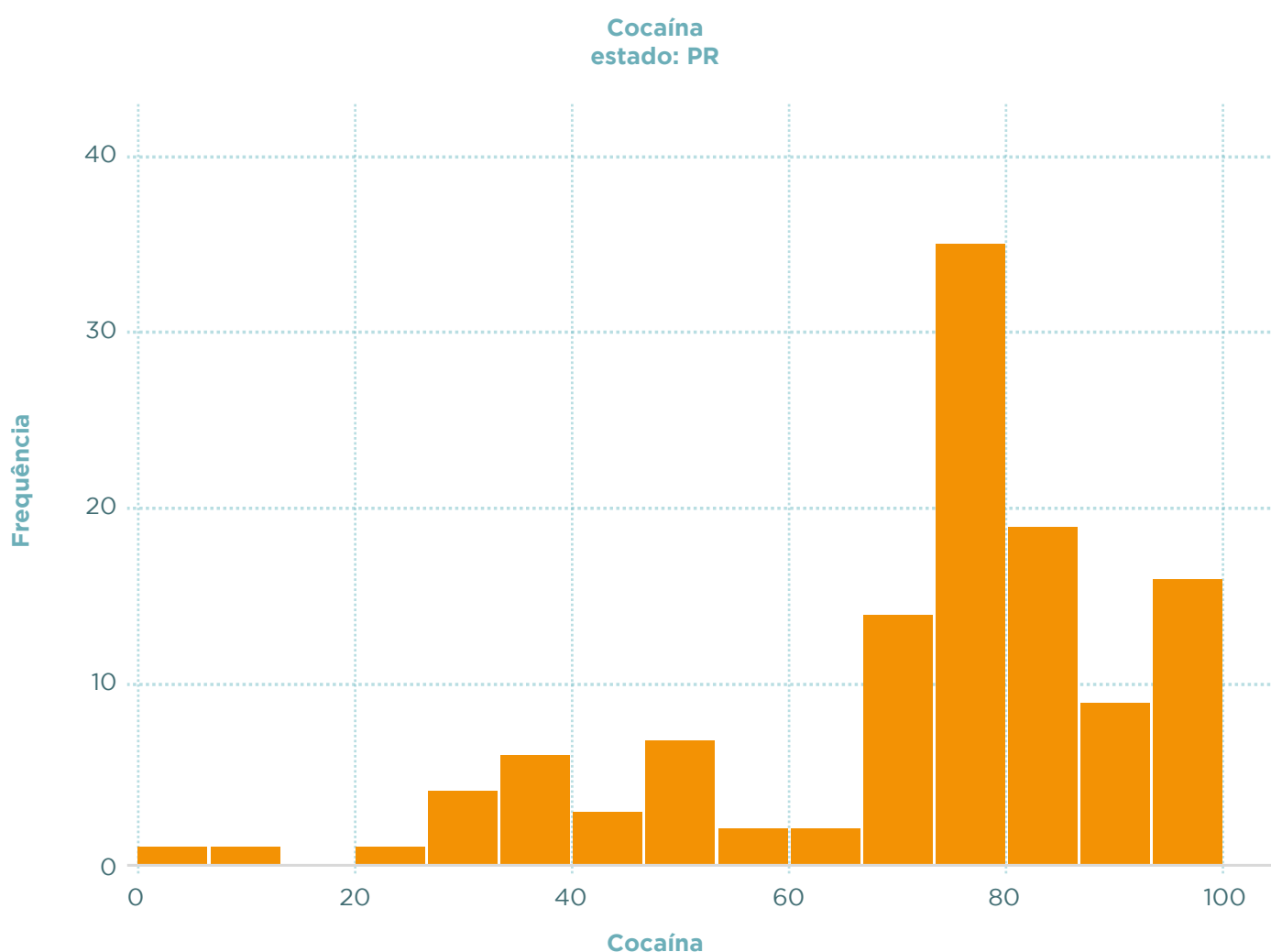


Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica de Pernambuco, 2023
Elaboração própria

2.3. Paraná

É no Paraná (Curitiba) que se observa mais amostras com graus de pureza elevados. Com uma distribuição assimétrica à esquerda, o estado apresenta pelo menos 19% dos seus casos com pureza acima de 90%. Desta forma, o Paraná possui uma distribuição quase inversa ao Mato Grosso, tendo *outliers* em graus de pureza baixo e concentrando a imensa maioria nos patamares elevados. Considerando os percentis, é possível afirmar que pelo menos 60% dos casos amostrados estão acima de 75% de pureza.

Figura 23 - Distribuição da pureza em PR (agregado Base e HCl)



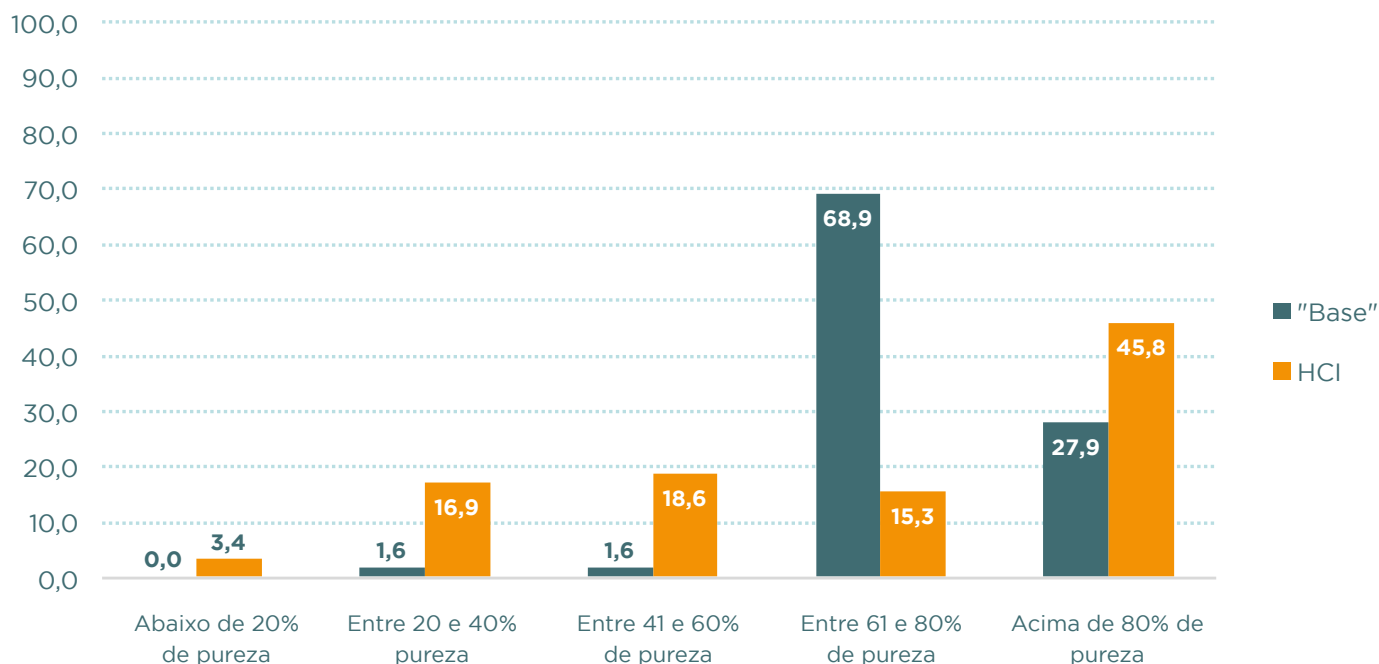
Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica do Estado do Paraná, 2023
Elaboração própria

Quando a amostra é dividida por tipo de drogas, observa-se que o HCl possui uma distribuição ampla, com amostras em todo o espectro categórico de percentual de pureza utilizado. Por sua vez, o tipo Base se concentra nos valores de pureza elevados (acima de 60%). Destaca-se ainda que quase metade da amostra (46%) de HCl encontra-se no nível mais elevado de pureza. O HCl

também possui a maior distribuição no patamar mais baixo de pureza, quando comparado ao tipo Base, respectivamente, 3% e 2%.

Figura 24 - Distribuição da pureza em PR

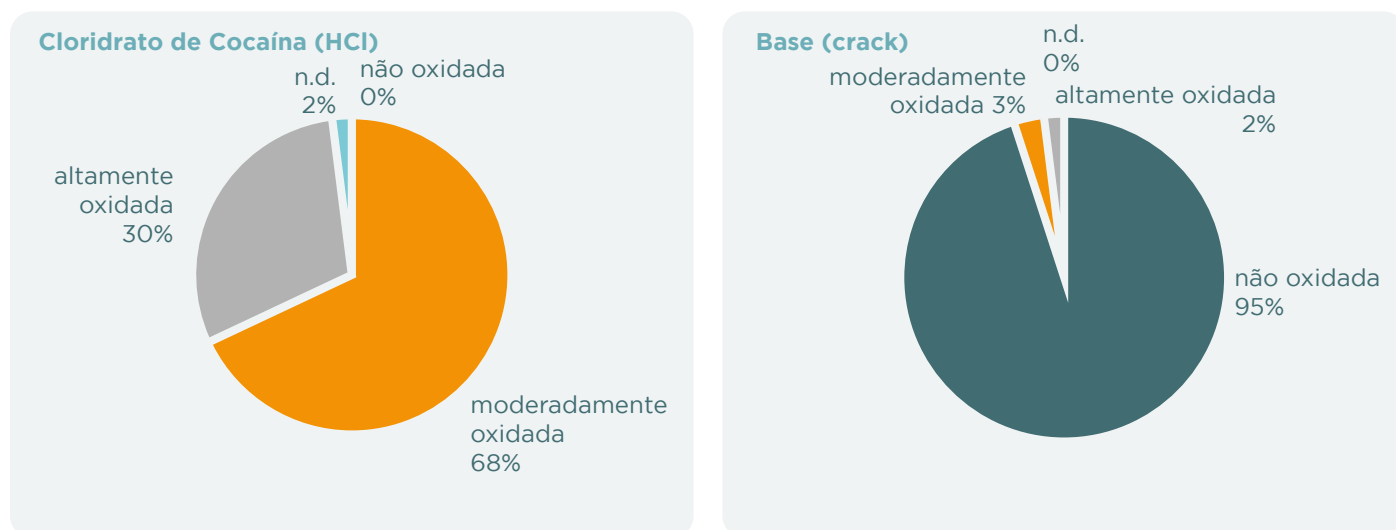
Distribuição por tipo de droga - PR



Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica do Estado do Paraná, 2023
Elaboração própria

A respeito do grau de oxidação, verifica-se maior incidência de processos de oxidação no cloridrato de cocaína.

Figura 25 - Classificação por grau de purificação (oxidação) - PR

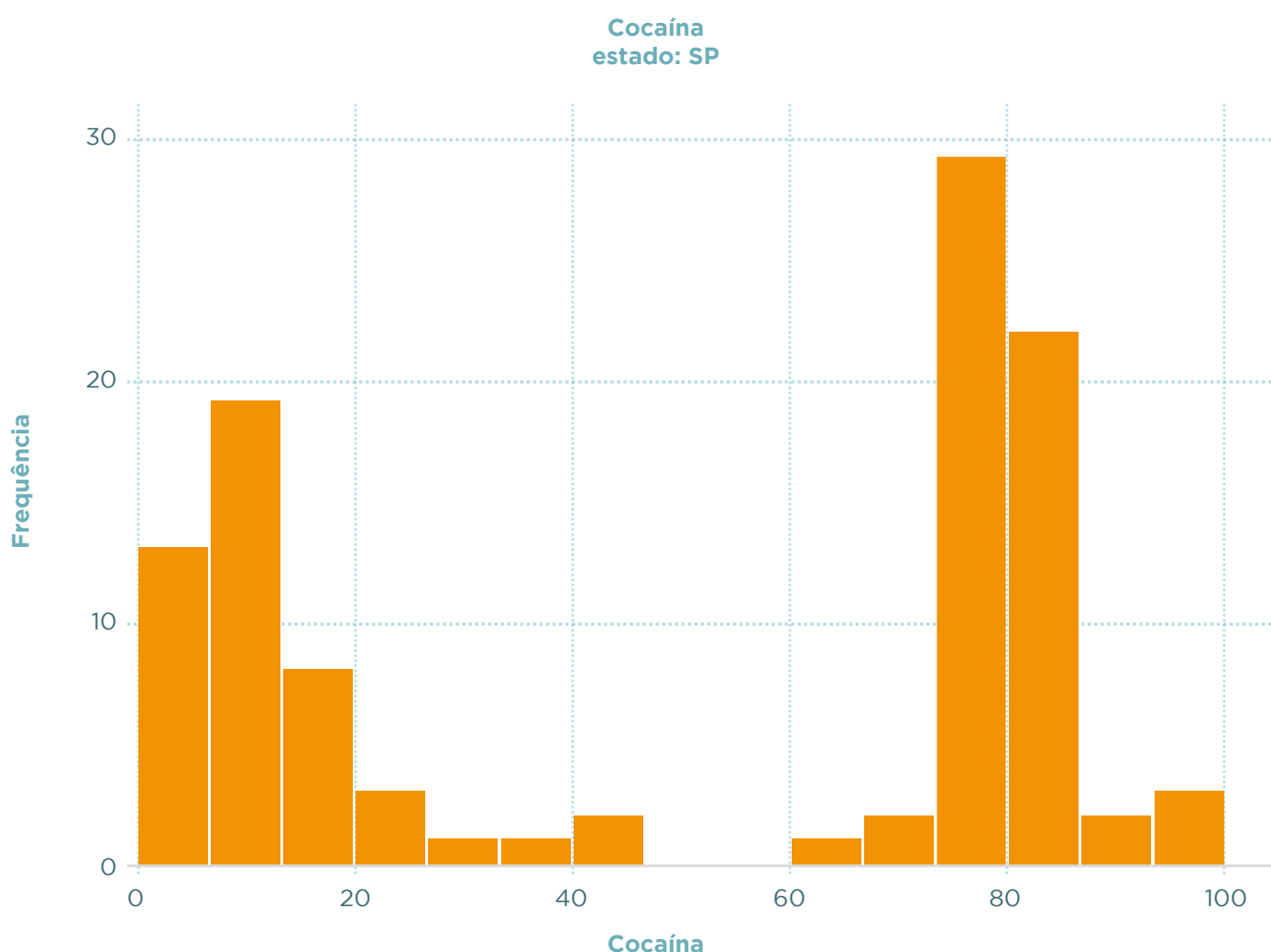


Fonte: Polícia Federal, Polícia Científica do Estado do Paraná, 2023
Elaboração própria

2.4. São Paulo

A última localidade analisada, São Paulo (São Paulo), possui a distribuição mais voltada para os extremos entre os quatro estados. Praticamente, é possível afirmar que a distribuição paulista das amostras possui duas regiões prevalentes. Esse modelo bimodal concentra os casos nas categorias de pureza nos patamares mais elevados, bem como, em menor grau, nos níveis mais baixos de pureza. Está no estado de São Paulo o segundo (o primeiro é o Paraná) percentual mais alto de caso com nível de pureza acima de 80%.

Figura 26 - Distribuição da pureza em SP (agregado Base e HCl)

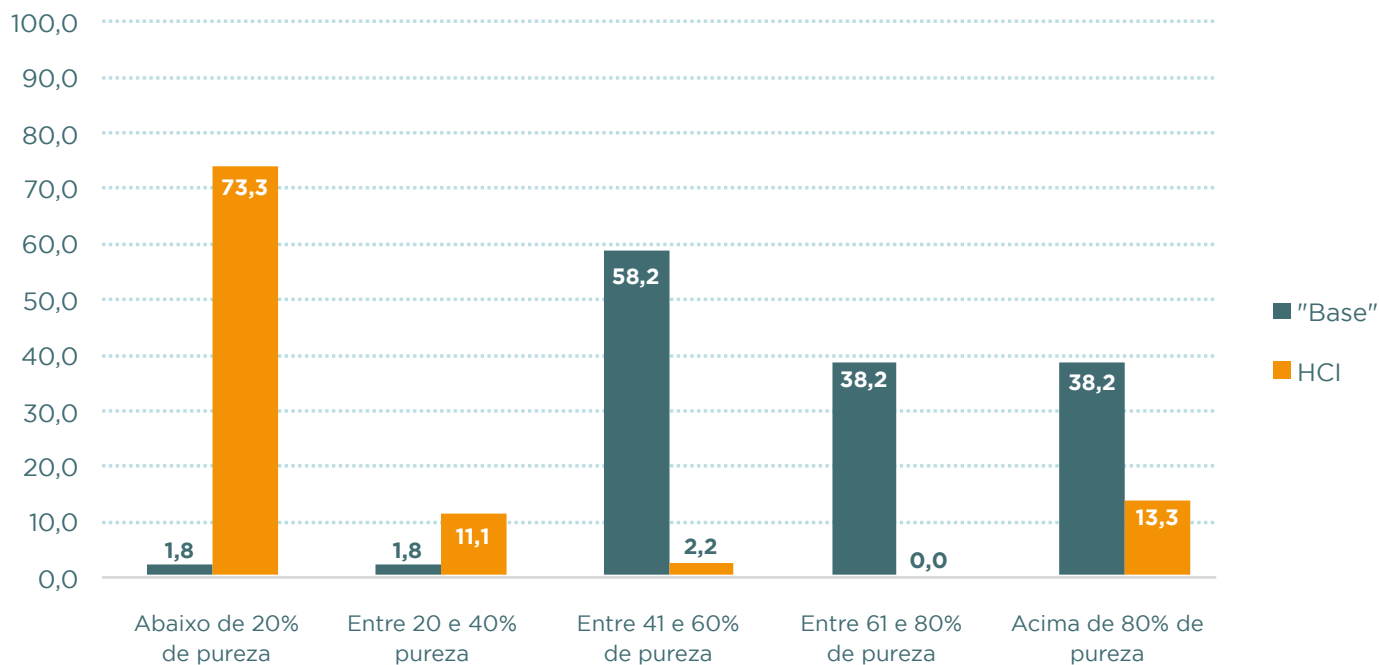


Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, 2023
Elaboração própria

A distribuição bimodal do estado de São Paulo é traduzida na diferença encontrada nos graus de pureza entre os tipos de drogas, tendo o HCl mais impuro e ao mesmo tempo a Base mais pura de todos os estados. Ou seja, é no estado do Sudeste que 7 em cada 10 casos de HCl tem níveis de pureza abaixo de 20%, ao mesmo tempo em que 76% do tipo Base possuem pureza acima de 60%.

Figura 27 - Distribuição da pureza em SP

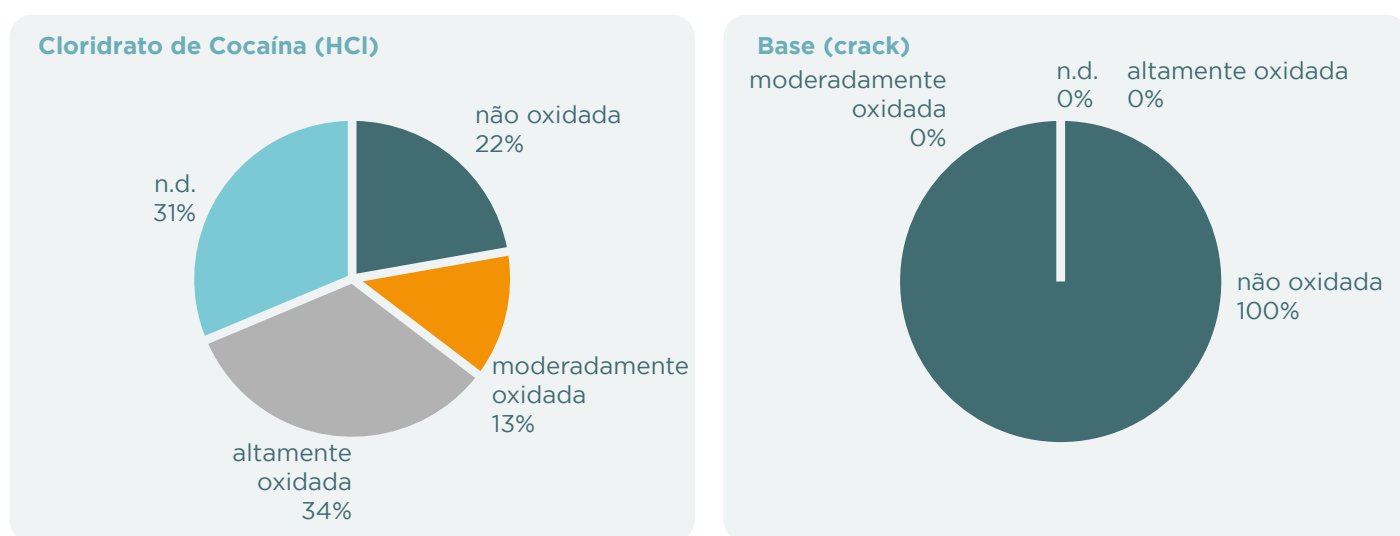
Distribuição por tipo de droga - SP



Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, 2023
Elaboração própria

A respeito do grau de oxidação, verifica-se maior incidência de processos de oxidação no cloridrato de cocaína.

Figura 28 - Classificação por grau de purificação (oxidação) - SP

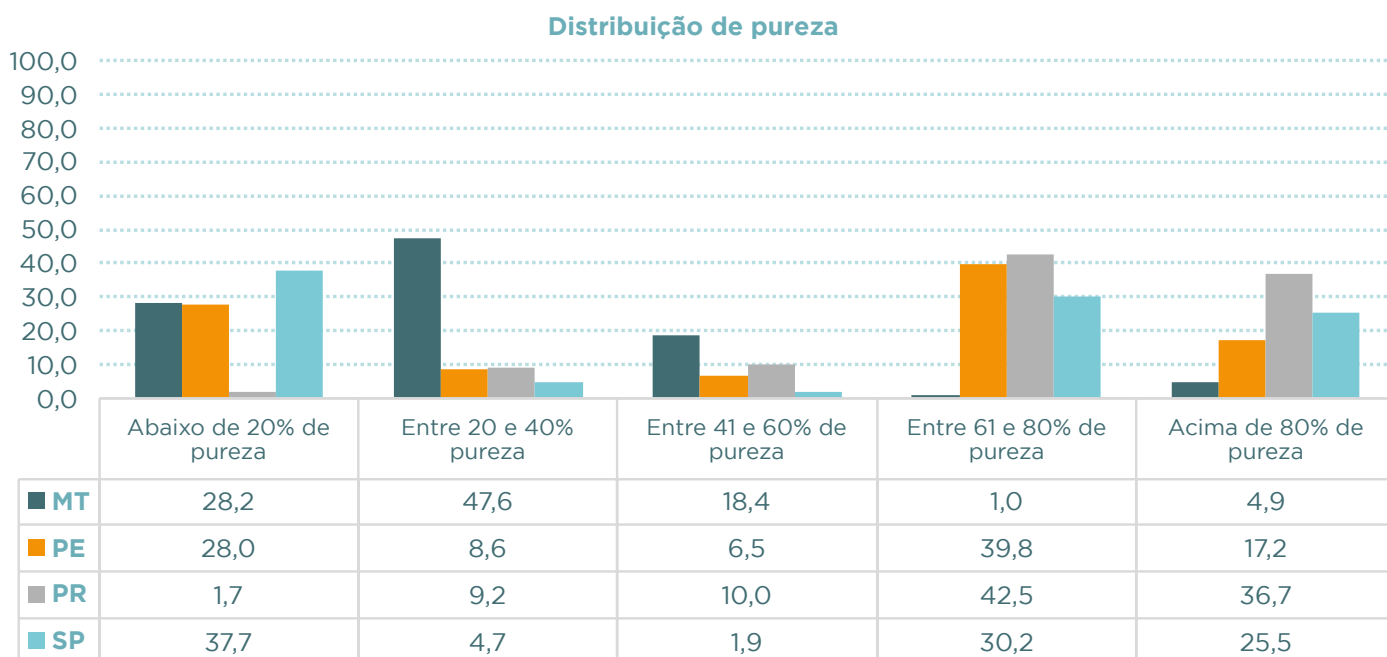


Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, 2023
Elaboração própria

2.5. Distribuição da pureza

O gráfico abaixo com o conjunto das distribuições da pureza de cocaína, nas formas Base e HCl, dos estados resume as considerações anteriormente realizadas. O interessante é que cada estado possui em maior ou menor grau uma distribuição com singularidades.

Figura 29 - Distribuição da pureza em MT, PE, PR e SP



Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

Assim, destaca-se a concentração de amostras com baixa pureza em Mato Grosso. Por sua vez, Paraná ocorre o inverso, a concentração das amostras está nas categorias com alto grau de pureza. São Paulo é o estado com amostras concentradas nos extremos, capaz de alegar que a unidade federativa possui uma distribuição bimodal. Por fim, Pernambuco é caracterizado por uma distribuição mais dispersa entre as categorias ao comparar com os outros estados.

2.6. Os adulterantes encontrados

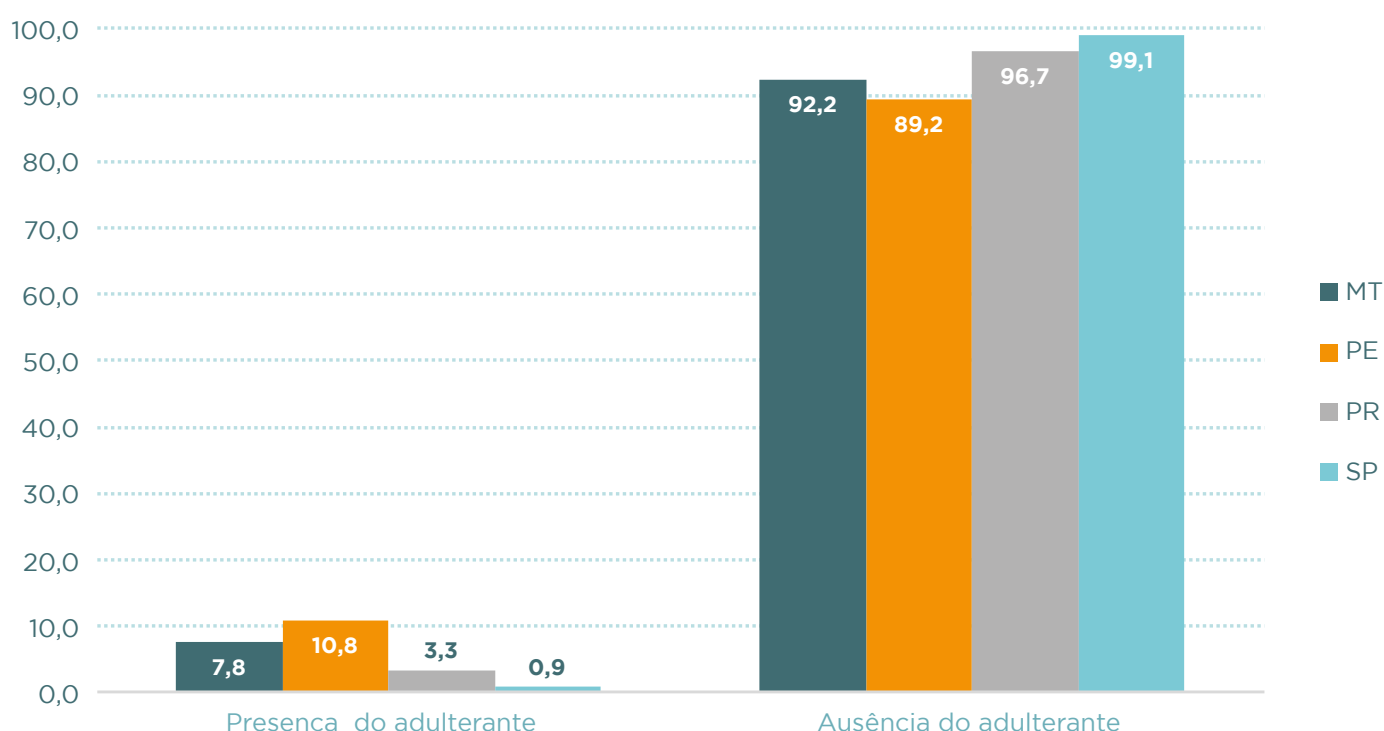
Superada a discussão acerca do grau de pureza encontrado nos estados, uma questão que se impõe é entender quais são as substâncias que são misturadas à cocaína que foram encontradas. Tais substâncias são utilizadas como adulterantes e são responsáveis pela diminuição dos graus de pureza encontrados nas análises. De forma consistente, foram encontradas cinco substâncias principais, são elas: fenacetina, cafeína, lidocaína, aminopirina e levamisol. Abaixo serão apresentados gráficos com a informação da presença de cada uma das cinco substâncias para cada estado.

a. Fenacetina:

A fenacetina foi encontrada em todos os estados e seu uso foi mais comum em Pernambuco, onde pelo menos 1 em cada 10 amostras possui a presença da substância. Por sua vez, São Paulo é o estado em que a substância praticamente não é utilizada, sendo encontrada em 1 caso a cada 100 amostrado.

Figura 30 - Distribuição da fenacetina em MT, PE, PR e SP

Distribuição da substância fenacetina



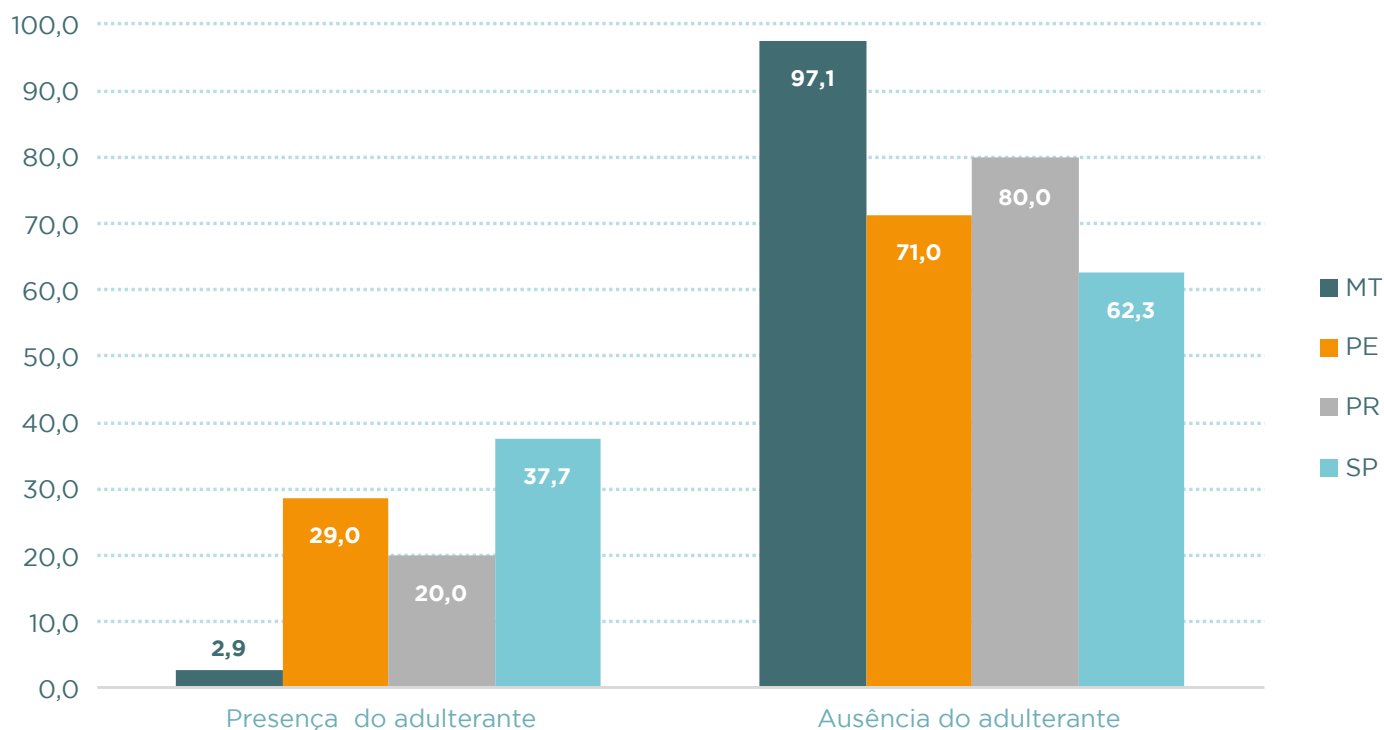
Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

b. Cafeína:

De modo geral, a cafeína é a substância mais utilizada como adulterante das cinco principais encontradas. São Paulo é o estado que mais utiliza cafeína como adulterante, onde mais de um terço dos casos amostrados possui a substância. O padrão de utilização é também difundido no Pernambuco e Paraná, estados que possuem 29% e 20%, respectivamente, de suas amostras com presença da cafeína. Destaca-se, por fim, a baixa utilização de cafeína em Mato Grosso, onde apenas em 2,9% constam a presença da substância.

Figura 31 - Distribuição da cafeína em MT, PE, PR e SP

Distribuição da substância cafeína



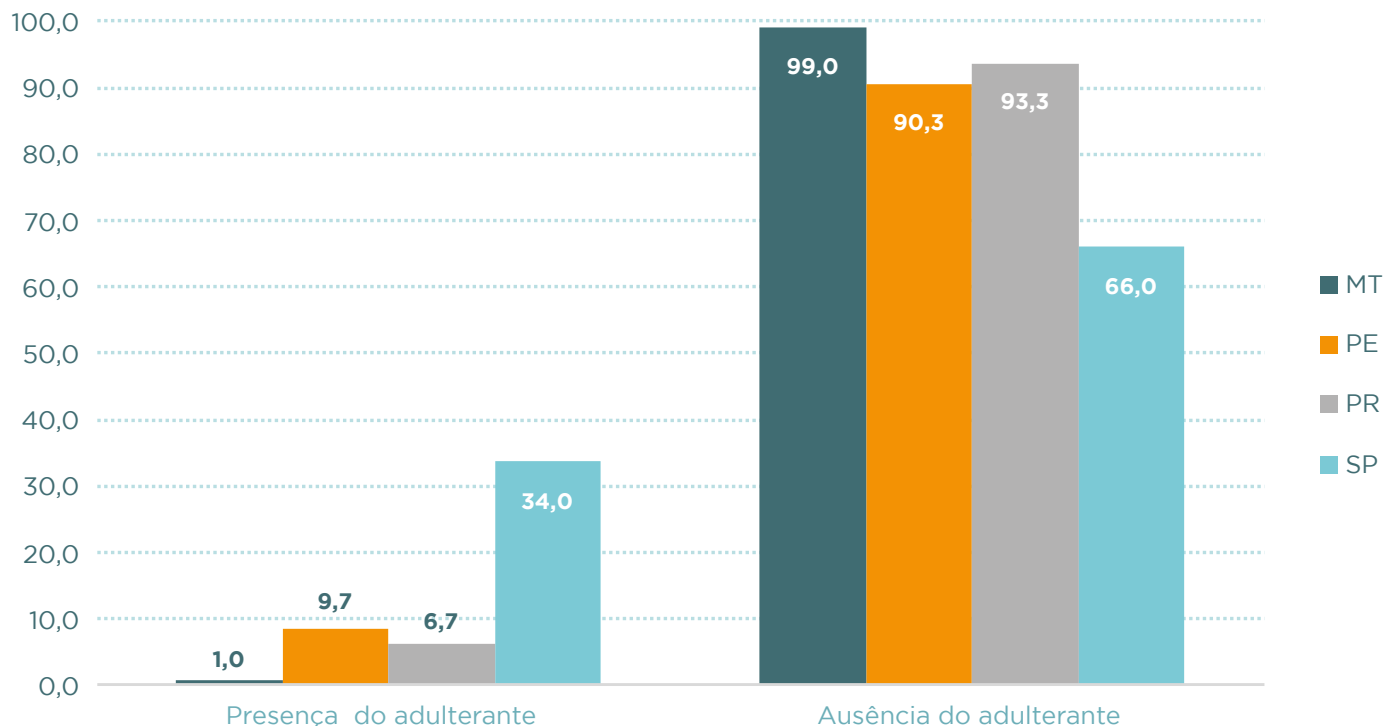
Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

c. Lidocaína:

A substância lidocaína possui uma distribuição nos estados parecida com a cafeína, embora com menos presença que a última. Assim como ocorre com a cafeína, São Paulo é o estado com maior presença da substância (34%), seguindo por Pernambuco (10%) e Paraná (7%). Mais uma vez, o Mato Grosso é o estado com menos presença de lidocaína: apenas uma em cada 100 amostras a substância encontra-se presente.

Figura 32 - Distribuição da lidocaína em MT, PE, PR e SP

Distribuição da substância lidocaína

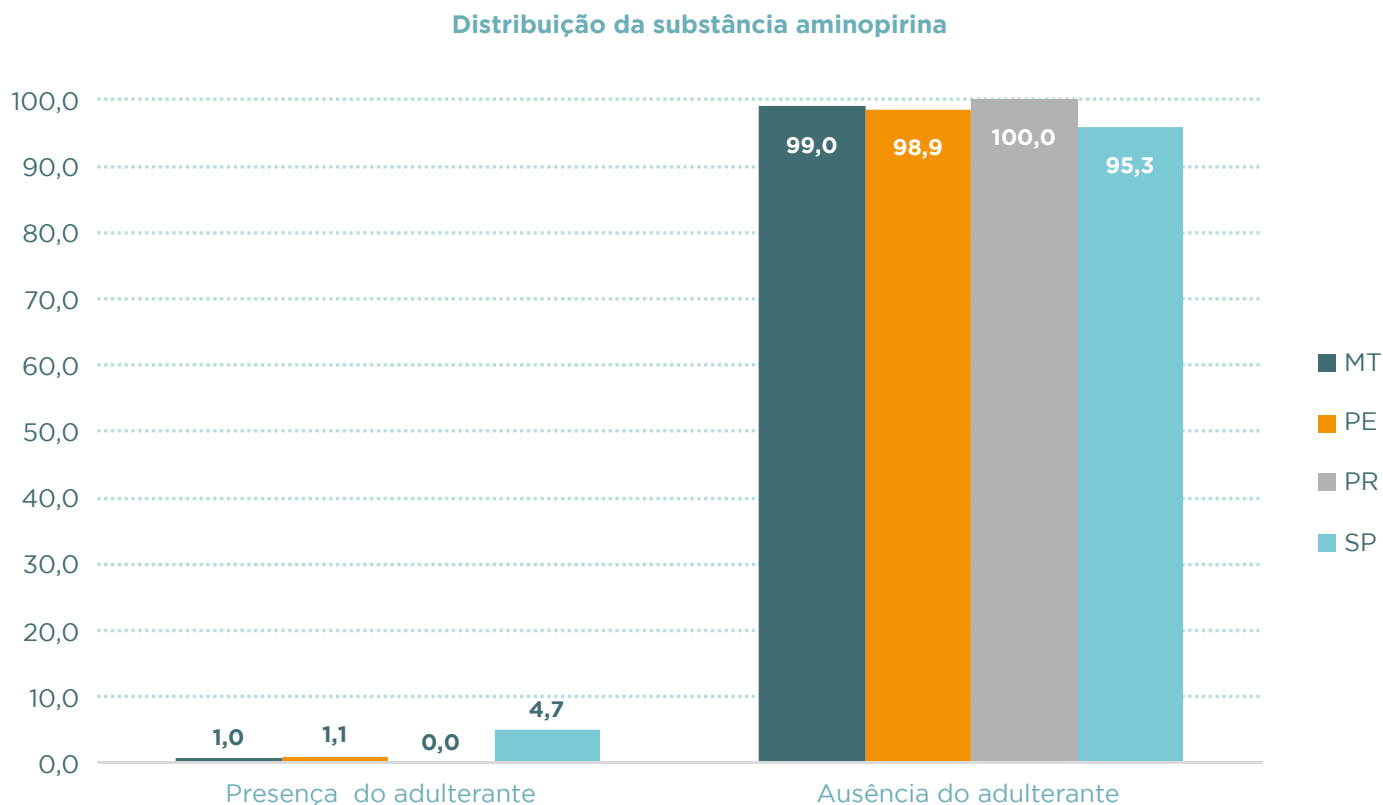


Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

d. Aminopirina

Aminopirina é a substância menos presente entre os cinco adulterantes aqui reportados. Diferentemente das outras substâncias até agora citadas, a aminopirina não é encontrada em todos os estados, posto que nenhuma amostra do Paraná consta sua presença. Em Mato Grosso e Pernambuco, em apenas uma amostra em cada 100 há presença do adulterante. Essa proporção é quase cinco vezes maior em São Paulo, o que o torna o estado com a maior presença da substância (4,7%).

Figura 33 - Distribuição da aminopirina em MT, PE, PR e SP



Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023

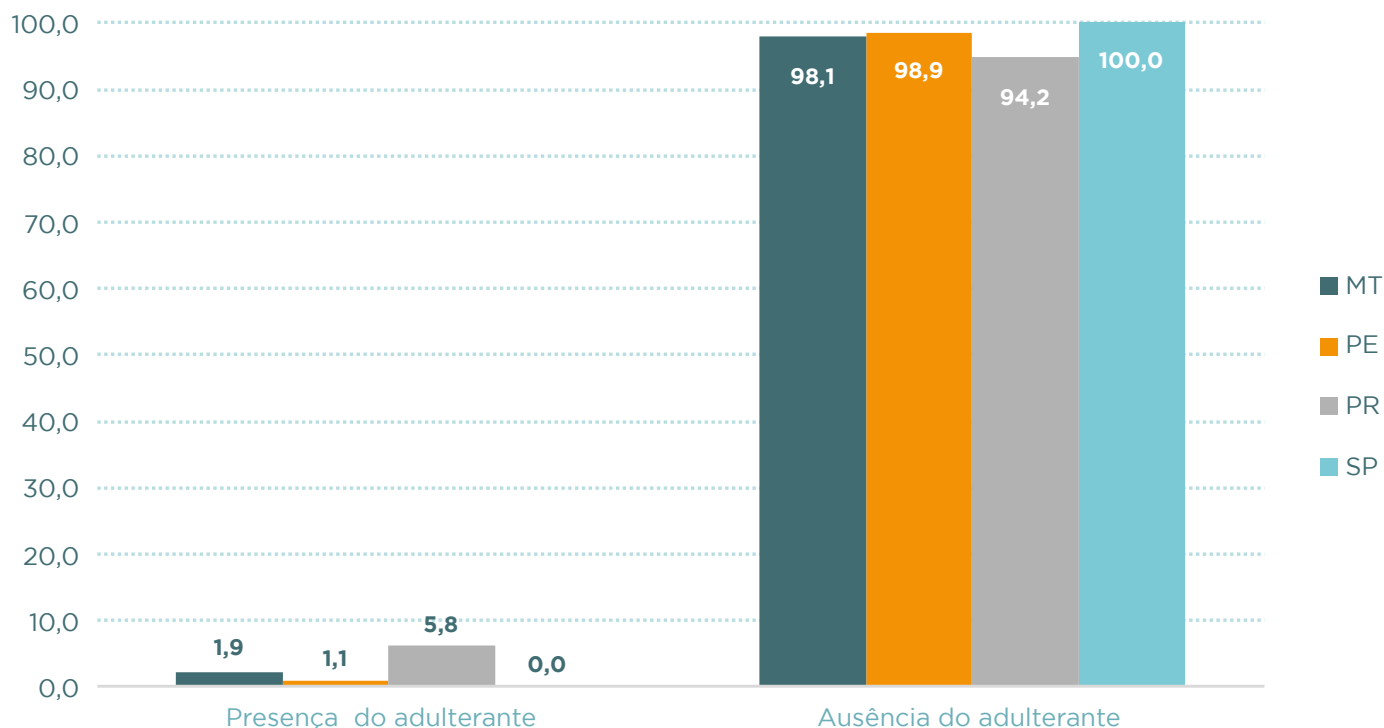
Elaboração própria

e. Levamisol

Enquanto a aminopirina é inexistente nas amostras do Paraná, o adulterante levamisol não consta em nenhum caso amostrado em São Paulo. A substância também não é muito utilizada quando comparada com a cafeína, fenacetina e lidocaína. Entre todos os estados, o levamisol é mais presente no Paraná (5,8%), que possui um percentual expressivo quando comparado aos demais (1,1% em Pernambuco e 1,9% em Mato Grosso).

Figura 34 - Distribuição da levamisol em MT, PE, PR e SP

Distribuição da substância levamisol



Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

As substâncias descritas acima referem-se apenas àquelas que o INC/PF desenvolveu metodologia quantitativa para mensurar nas amostras apreendidas. Contudo, como vem sendo descrito nos estudos realizados, as organizações criminosas têm se mostrado bastante resilientes e se adaptam a novos cenários (CDE, 2021). Assim, outras substâncias são frequentemente adicionadas à cocaína, sem que o Estado tenha criado padrões confiáveis para sua mensuração. O quadro abaixo relata as outras substâncias não listadas acima, mas que foram identificadas a partir de metodologia qualitativa.

Quadro 3 - Adulterantes em exame qualitativo

Mato Grosso	Das 43 amostras de cloridrato de cocaína, como substância não-quantificável, foi encontrada em 29 o irganox, a tetracaína em 3, ketamina em 2 e o metilenodioxianfetamina (MDA) em 1 caso. Das 60 amostras de Base, as adulterações não quantificáveis, foram encontrados 55 casos de irganox e 2 de ketamina.
Pernambuco	Das 41 sobre cloridrato de cocaína, os adulterantes não quantificáveis são 22 casos de tetracaína, 2 de ácido bórico, 2 de bicarbonato de sódio, 1 de metamilizol, 1 de creatina, 1 de irganox e de 1 borato de sódio. Das 52 amostras de Base, identificaram 3 com irganox.

Paraná	Das 59 amostras de cloridrato de cocaína, dos adulterantes não quantificáveis, foram identificados 12 com tetracaína, 1 de acetaminofeno, 1 de orfenadrina e 1 de metamizol.
São Paulo	Das 45 amostras de cloridrato de cocaína, como adulterante não quantificável, encontrou-se a presença de tetracaína em 18 amostras e irganox em 8.

Fonte: Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023

Elaboração própria

Chama atenção, no caso do Mato Grosso, que 81% das amostras analisadas continham Irganox, sendo que no caso da Base de cocaína, quase a totalidade (91%) da adulteração se referia a esta substância, com 55 dos 60 casos analisados. Essa pode ser uma das explicações para a Base de cocaína do MT apresentar as menores concentrações de pureza de cocaína dos quatro estados analisados, com 67% das amostras com menos de 40% de grau de pureza de cocaína.

Das substâncias quantificáveis pelo INC/PF, São Paulo se destaca como o estado que apresentou maiores identificações, das cinco substâncias, SP, tem os maiores níveis em três delas (Cafeína, Aminopirina e Lidocaína). O cloridrato de cocaína deste estado foi aquele que apresentou menor nível de grau de pureza de cocaína, com 73% dos casos abaixo de 20%.

2.7. O que os dados de preço e pureza destes quatro estados podem revelar

Ao calcular os graus de pureza média dos quatros estados que participaram deste levantamento, chega-se ao seguinte resultado:

Tabela 4 - Grau de pureza média em MT, PE, PR e SP

Forma		N	Média
Base	MT	60	39%
	PE	52	69%
	PR	61	76%
	SP	55	77%
HCl	MT	43	25%
	PE	41	33%
	PR	59	68%
	SP	45	23%

Fonte: Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023

Elaboração própria

De forma geral, verifica-se que o grau de pureza da Base e do HCl em Mato Grosso apresenta níveis baixos e o Paraná níveis altos, enquanto SP e PE apresentam níveis mais altos de pureza para a Base e baixos para HCl.

O levantamento de preços nos estados de SP, PR, PE e MT se refere aos meses de junho, julho e agosto de 2022. Esta estratégia piloto de fluxo contínuo de levantamento de informações buscou desenvolver análises a respeito da sazonalidade e regionalidade dos preços. Atrélado a isso, buscou também agregar informações qualitativas levantadas por meio de workshops realizados nos quatro estados que participaram do projeto. A seguinte tabela resume os preços de produtos derivados da cocaína:

Tabela 5 - Preços e pureza analisados no estudo “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil”

	São Paulo	Paraná	Pernambuco	Mato Grosso ²³
 Pasta Base de Cocaína	Atacado R\$ 22.000/kg	Atacado R\$ 67.500/kg Varejo R\$ 35.000/kg	Atacado R\$ 50.000/kg	Atacado R\$ 18.000/kg
 Crack	Atacado R\$ 14.300/kg Varejo R\$ 14.700/kg Pureza 77%	Atacado R\$ 9.600/kg Varejo R\$ 18.200/kg Pureza 76%	Varejo -- Pureza 69%	Varejo -- Pureza 39%
 Cloridrato de Cocaína	Atacado R\$ 13.700/kg Varejo R\$ 8.100/kg Pureza 23%	Atacado R\$ 23.500/kg Varejo R\$ 46.600/kg Pureza 68%	Varejo -- Pureza 33%	Atacado R\$ 23.800/kg Varejo -- Pureza 25%

Fonte: (UNODC, CDE, SIMCI, 2022b), Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Polícia Científica do Estado do Paraná, Polícia Científica de Pernambuco, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso, 2023
Elaboração própria

²³ Com relação ao estado do Mato Grosso, os preços levantados na ocasião não devem ser comparados com as informações a respeito da pureza da cocaína deste relatório. A fonte da informação de preço naquele caso se refere à região de fronteira, remetendo ao trabalho do Gefron/Sesp-MT. Aqui, as amostras de pureza analisadas se referem a drogas apreendidas na capital, Cuiabá-MT. Embora nos outros estados (PR, SP e PE) haja informações de diversos municípios, a coleta se concentrou na capital.

Na ocasião em que estas informações foram levantadas, chamavam atenção algumas informações aparentemente atípicas, como o fato de o cloridrato de cocaína no mercado atacadista ser mais caro do que aquele praticado no varejo em São Paulo, assim como no caso da pasta base/base de cocaína no Paraná. Também chama atenção o fato de a pasta base/base de cocaína ser mais cara do que o cloridrato em São Paulo e no Paraná no varejo.

As análises da pureza da cocaína podem ser um caminho para compreensão das diferenças regionais. Como pode ser observado, o cloridrato de cocaína no Paraná custa mais de cinco vezes o valor praticado em São Paulo no mercado varejista. Os dados de pureza de cloridrato de cocaína no Paraná apresentaram níveis mais elevados, considerando que 60% das amostras analisadas, possuem mais do que 60% de grau de pureza de cocaína. Em São Paulo, a pureza desta mesma droga, concentra-se em mais de 73% em níveis inferiores a 20% de pureza.

Em Pernambuco, sobre o preço elevado da base de cocaína (R\$ 50 mil), verifica-se que é o estado em que se identificou o maior grau de pureza deste tipo de droga, com mais de 82% das amostras analisadas apresentando mais de 60% de pureza de cocaína.

Em SP, a base de cocaína/crack possui níveis médios de pureza de 77% e é vendida no varejo a R\$ 14.700/kg, sendo esse um possível fator explicativo pelo preço mais elevado do que o HCl no varejo, que possui nível médio de pureza de 23% e é vendido a R\$ 8.100/kg. No PR, o nível médio de base de cocaína/crack é de 76%, sendo esta droga no varejo vendida a R\$ 18.200/kg e o HCl no varejo 68% ao custo de R\$ 46.600/kg. Essa relação de preços e pureza parece seguir uma tendência de valorização da cocaína a partir da qualidade apresentada.

As informações a respeito dos graus de oxidação do cloridrato de cocaína e da base podem trazer importantes evidências a respeito da droga que circula no país, assim como possibilidades de mapear diferentes fluxos comerciais no mercado da cocaína. Por exemplo, no MT, o HCl possui elevada porcentagem de não oxidação. Este tipo de informação foge ao que era esperado para este tipo de produto que, em condições normais de produção, costuma passar por processo de refino com utilização de permanganato de potássio. Dentre algumas possíveis hipóteses: o MT pode estar recebendo, ou mesmo sendo local de conversão em cloridrato de cocaína, de base de cocaína não refinada por meio de processos diferentes daqueles que são realizados nos países tradicionalmente produtores.

Outra informação que chama atenção a respeito do grau de oxidação é o caso de PE que, diferentemente dos outros estados analisados, a base de cocaína/crack possui maiores graus de oxidação. Isso pode significar que este produto pode ter origem diversa daquela dos outros locais, e que pode se tratar do produto “base de cocaína” (diferentemente da pasta base, ela é purificada com permanganato de potássio, e tende a apresentar maior pureza).

Embora possa haver lacunas nos dados apresentados neste estudo, por se tratar de uma estratégia piloto, foi possível levantar hipóteses que abrem espaço para mais investigações e levantamentos sobre o mercado ilícito, para que haja avanço neste campo.



CAPÍTULO 3

INDICADORES PARA UMA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Dentre as diversas formas de se classificar os dados a respeito de questões relacionadas às drogas, podemos dividir em duas grandes áreas: 1) informações sobre o uso de drogas (demanda), que normalmente são levantadas por pesquisas amostrais, e 2) informações sobre o mercado de drogas ilícitas (oferta), que comumente ficam registrados em instituições que controlam estas substâncias, as quais podem se referir a apreensões, dados oriundos de investigação, realização de perícias, percepção policial, entre outras.

Para uma visão global sobre questões relacionadas às drogas, considera-se importante a adoção de estratégias para elaboração de informações sobre as duas áreas mencionadas, uma vez que estão intimamente relacionadas.

3.1. Dados como subsídios para orientar ações governamentais: um esforço mundial

Os esforços para o controle de determinadas substâncias são históricos e globais. Muitos países do mundo passaram a estabelecer políticas sobre drogas a partir da Convenção Internacional do Ópio, no ano de 1912. Uma primeira legislação aprovada no Brasil foi introduzida pelo Decreto-Lei nº 891 de 1938, o qual listava uma série de substâncias que deveriam ser reguladas pelo Estado.

Atualmente, o sistema internacional de controle de drogas é estruturado por três convenções da ONU: a Convenção Única sobre Entorpecentes (1961); a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971); e a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988). Por meio das Convenções foram sistematizadas medidas de controle de entorpecentes, para garantir a disponibilidade de drogas para uso medicinal e científico, e para prevenir o desvio das substâncias controladas para o tráfico ilícito. A primeira Convenção sobre drogas, de 1961, estabeleceu a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes²⁴ (JIFE), a qual tem a função de supervisionar a implementação das convenções internacionais da ONU e os sistemas de controle de drogas nacionais e internacionais, com base nas “listas”²⁵ de substâncias controladas das Convenções que são atualizadas periodicamente no âmbito da Comissão de Narcóticos²⁶ (CND).

Outro esforço global relacionado ao monitoramento comum de indicadores são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abordam aspectos fundamentais para aprimorar a

24 Com a nomenclatura em inglês *International Narcotics Control Board (INCB)*. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/jife.html>. Acesso em 03 abr. 2023.

25 A convenção de 1961 criou a *Yellow List*: <https://www.incb.org/incb/en/narcotic-drugs/Yellowlist/yellow-list.html>. A convenção de 1971 criou a *Green List*. Disponível em: <https://www.incb.org/incb/en/psychotropics/green-list.html>. A convenção de 1988 criou a *Red List*: https://www.incb.org/incb/en/precursors/Red_Forms/red-list.html.

26 Estabelecida pelo Conselho Econômico e Social da ONU como o órgão central das Nações Unidas para políticas relacionadas a drogas, a *Commission Narcotics on Drugs* (conforme nomenclatura em inglês) permite que os Estados-membros analisem a situação mundial das drogas e tomem medidas articuladas para a implementação dos compromissos assumidos frente as questões relacionadas às drogas.

qualidade de vida da população mundial. Durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2015, 193 Estados-membros decidiram aprovar um plano²⁷ com 17 metas, as quais são conhecidas como ODS's, com previsão de serem alcançados em 2030. Os objetivos de número 3 - "Saúde e Bem-Estar", 5 - "Igualdade de Gênero" e 16 - "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", destacam-se como áreas de interesse (entre outros) que podem fundamentar aspectos de uma política pública que lide com questões sobre drogas.

Considerando os ODS's, o International Peace Institute produziu importante mapeamento para pensar indicadores mensuráveis para uma política sobre drogas que articule as metas da agenda 2030 da ONU (INTERNATIONAL EXPERT GROUP ON DRUG POLICY METRICS, 2018).

Nesse sentido, a publicação faz uma discussão a respeito de pobreza, saúde, igualdade de gênero e no âmbito do sistema de justiça criminal, trazendo exemplos de indicadores que possam ser pensados em uma política sobre drogas, convergindo ações que considerem também estas áreas. Embora a realidade brasileira possa ser específica, a reflexão pode ser importante para o desenvolvimento de métricas adaptadas para realidade do país. O quadro abaixo resume a discussão feita no documento. Este exercício também pode ser explorado para outros ODS.

Quadro 4 - Exemplos de indicadores para uma política sobre drogas - International Peace Institute

	Questões relacionadas ao cultivo, produção e tráfico de drogas ilícitas acabam afetando em maior intensidade populações mais vulneráveis. Políticas públicas que lidam com a questão devem considerar a complexidade das dinâmicas sociais, assim como sua multidimensionalidade. Nesse sentido, sugere-se exemplos de indicadores como: • "Níveis de pobreza das famílias onde a plantação de drogas ilícitas são a fonte primária de renda". • "Níveis de pobreza de entre jovens (e/ou suas famílias) processados/presos por delitos de drogas/tráfico, inclusive em áreas urbanas". • "Mudanças nos níveis de pobreza antes e dois anos depois da diversificação sustentável dos meios de subsistência". • "Porcentagem da população (em uma determinada região) que vive abaixo da linha de pobreza internacional, obtendo ativamente renda de economias relacionadas a drogas ilegais (desagregado por natureza do envolvimento - cultivo, produção, tráfico)".
---	---

27 Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

	Garantir a saúde e bem-estar das populações tem sido um desafio mundial. Muitos países do mundo possuem graves problemas de transmissão de HIV e hepatite C em função de drogas injetáveis. Para desenvolver ações de prevenção adequadas, o levantamento dos problemas associados ao uso de drogas faz-se necessário. Nesse sentido, sugere-se exemplos de indicadores como: • “Prevalência de transtornos por uso de substâncias”. • “Proporção de indivíduos com transtornos por uso de substâncias que têm acesso a tratamento voluntário baseado em evidências/redução de danos/cuidados contínuo com o HIV (testagem e tratamento) na população em geral/em prisões”. • “Prevalência de mortalidade por overdose de drogas”. • “Proporção do total de fundos de políticas de drogas dedicados ao tratamento/redução de danos, por região/jurisdição”.
	Um dos desafios mundiais se refere ao combate da desigualdade de gênero. As mulheres que atuam no mercado ilícito e/ou fazem uso de drogas ilícitas sofrem com maior gravidade às respostas do estado, ausências de serviços, violência e na própria dinâmica do tráfico de drogas. Nesse sentido, sugere-se exemplos de indicadores como: • “Número de mulheres encarceradas e/ou com antecedentes criminais pela primeira vez em delitos não violentos relacionados a drogas”. • “Disponibilidade/cobertura de tratamento com foco em gênero e serviços de redução de danos na população em geral/nas prisões”. • “Número de mulheres grávidas presas por delitos relacionados a drogas e número de crianças vivendo em prisões com suas mães presas por delitos relacionados a drogas”. • “Número de mulheres presas por delitos relacionados a drogas que são chefes de família com um ou mais filhos/parentes dependentes” • Número de mulheres vítimas de violência relacionada ao mercado de drogas (envolvendo atores criminosos ou governamentais).
	A promoção de paz e justiça tem sido um dos grandes desafios mundiais. Criar mecanismos para que as instituições do sistema de justiça criminal atuem a partir de estratégias que possam cumprir suas funções de maneira eficaz é um desafio para diversos países. Nesse sentido, sugere-se exemplos de indicadores como: • “Número de resultados letais de intervenções policiais e militares relacionadas com drogas”. • “Populações deslocadas devido à violência relacionada com as drogas”. • “Proporção de decisões pós-prisão para delitos de drogas não violentos que resultaram em sanções criminais/não criminais/aprisionamento/detenção pré-julgamento”. • “Proporção de policiais formalmente investigados por violência física e psicológica contra (suspeitos) infratores da legislação antidrogas, incluindo prisões e detenções arbitrárias, e proporção de investigações que levaram a ação disciplinar ou perseguição”. • “Número de investigações/processos para casos de corrupção/lavagem de dinheiro relacionados a drogas envolvendo funcionários do governo”.

Fonte: INTERNATIONAL EXPERT GROUP ON DRUG POLICY METRICS, 2018, p. 10, 12, 14, 15.

No âmbito da América Latina, a CICAD/OEA desenvolveu o relatório intitulado Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM). Este trabalho busca apoiar as práticas de monitoramento e avaliação acerca de políticas sobre drogas em diversos países da região. No ano de 2019 foi publicado um relatório a respeito da realidade brasileira.

O MAM faz uma avaliação a partir de cinco eixos, que são: 1) Fortalecimento Institucional; 2) Redução da Demanda; 3) Redução da Oferta; 4) Medidas de Controle; e 5) Cooperação Internacional (CICAD/OEA, 2019). Cada um deles conta com objetivos definidos. O documento considera recomendações da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS, 2016) assim como dos ODS da ONU.

O relatório faz um mapeamento de ações e legislações do Brasil a partir de cada uma das diretrizes, sendo um importante documento que organiza informações, assim como contribui para uma discussão dos parâmetros necessários para uma política que lide de forma integral com a questão das drogas.

O monitoramento de políticas sobre drogas, seja no âmbito de um acompanhamento por organismos internacionais ou por políticas nacionais sobre a temática, requer informações de qualidade, assim como algum consenso sobre os dados levantados nos diferentes países.

3.1.1 Observatórios de drogas – instrumentos para sistematização de dados e indicadores

Observatórios sobre drogas podem ser encontrados em diversos países do mundo e são fundamentais para a sistematização e monitoramento de indicadores sobre drogas. Na Europa, há o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA²⁸, sigla em inglês) que produz pesquisas e reúne dados há 30 anos. A Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA) também reúne diversas informações a respeito da temática das drogas. Além disso, nos países latino-americanos, é possível verificar a existência de diversos Observatórios Nacionais sobre Drogas (OND), os quais produzem estudos com intuito de colaborar com políticas sobre drogas de seus países.

ONDs são importantes por uma série de fatores, dentre eles: 1) o comprometimento dos Estados-membros das Nações Unidas que pactuaram a disponibilização de informações sobre drogas em seus países; 2) a elaboração de políticas baseadas em evidências²⁹ que, desde a década de 1990, tem sido um conceito amplamente difundido pelo mundo, o qual busca subsidiar a gestão pública com as melhores informações disponíveis; e 3) a produção de dados que também

28 *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction.*

29 *Contra-pondo-se às políticas baseadas em opiniões que dependem da utilização seletiva de dados ou de pontos de vista não comprovados de indivíduos ou grupos, muitas vezes inspirados por posições ideológicas, preconceitos ou especulações (EMCDDA; CICAD/OEA, 2015).*

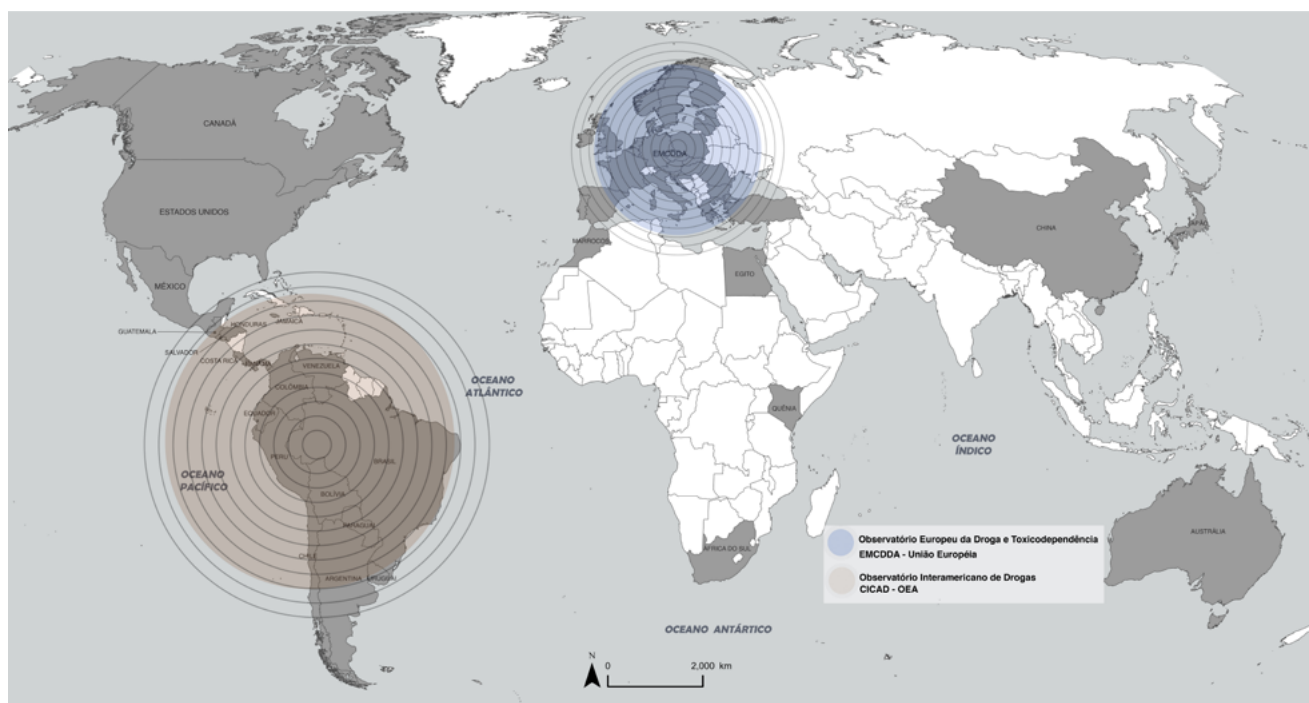
deve ser compreendida como parte do monitoramento para avaliar os resultados das estratégias adotadas no âmbito de cada política sobre drogas (EMCDDA; CICAD/OEA, 2015).

Box 2 - Observatórios Nacionais sobre Drogas pelo Mundo



No seguinte mapa, são representados na cor cinza um levantamento de países com identificação de observatórios nacionais sobre drogas. Além disso, em destaque, dois observatórios que englobam regiões inteiras, que é o caso das Américas e Europa.

Figura 35 - Levantamento de países com OND



Elaboração própria.

As fronteiras e nomes mostrados, bem como as designações utilizadas neste mapa, não implicam endosso ou aceitação pela Organização das Nações Unidas.



AMÉRICA LATINA

Observatório Interamericano de Drogas CICAD -OEA

Argentina

Observatorio Argentino de Drogas/Secretaría de Políticas Integrales de la Nación Argentina

Bolivia

Observatorio Boliviano de Seguridad Ciudadana y Lucha contra las Drogas/Ministerio del Gobierno Boliviano

Brasil

Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas/Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas e Gestão de Ativos

Chile

Observatorio Nacional de Drogas/Servicio Nacional para la Prevención y Rehabilitación del Consumo de Drogas y Alcohol Ministerio del Interior y Seguridad Pública.

Colômbia

Observatorio de Drogas de Colombia/Ministerio de Justicia y del Derecho

Costa Rica

Observatorio Costarricense sobre Drogas/Instituto Costarricense sobre Drogas

El Salvador

Observatorio Salvadoreño de Drogas/Comisión Nacional Antidrogas del Ministerio de Seguridad

Ecuador

Observatorio Nacional de Drogas/Consejo Nacional de Control de sustancias estupefacientes y psicotrópicas (CONSEP)

Guatemala

Observatorio Nacional Sobre Drogas/Secretaría Ejecutiva de la Comisión Contra las Adicciones y el Tráfico Ilícito de Drogas

Honduras

Observatório Hondurenho

Jamaica

National Council on Drug Abuse/Organização sem fins lucrativos com apoio da Secretaria de Abuso de Drogas

México

Observatorio Mexicano de Salud Mental y Consumo de Drogas/Comisión Nacional contra las Adicciones - Secretaría de Salud

Panamá

Observatorio Panameño de Drogas/Ministerio Publico

Paraguay

Observatorio Paraguayo de Drogas/Secretaría Nacional Antidrogas

Peru

Observatorio Peruano de drogas/Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas

Uruguai

Observatorio Uruguayo de Drogas/Junta Nacional de Drogas

Venezuela

Observatorio Venezolano de Drogas/Superintendencia Nacional Antidrogas

AMÉRICA DO NORTE

Canadá

Canadian Centre on Substance Use and Addiction (CCSA)

Estados Unidos

National Institute on Drug Abuse (NIDA)

EUROPA

European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA)

Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Turquia.

United Kingdom

National Drug Evidence Centre (NDEC)
University of Manchester

ÁFRICA

África Do Sul

South African Community Epidemiology Network on Drug Use

Egito

Egyptian National Committee for the Control of Narcotics and Psychotropic Substances:

Marrocos

Observatoire Marocain des Drogues et de l'Addiction (OMDA)

Quênia

National Authority for the Campaign Against Alcohol and Drug Abuse (NACADA)/Ministry of Interior and Coordination of National Government

ÁSIA

China

National Bureau of Statistics (NBS) of China

Japão

Japan Drug Abuse Prevention Center (JDAP)

OCEANIA

Austrália

National Drug and Alcohol Research Centre (NDARC)
University of New South Wales in Sydney

3.2. Indicadores sobre drogas: um levantamento sobre o Brasil

Há no Brasil, considerando sua grande extensão territorial e sua complexidade federativa, um grande desafio com relação às estratégias de sistematização e monitoramento de indicadores sobre políticas de drogas.

Com relação às informações sobre o uso de drogas, é possível observar ausência de séries históricas. Além disso, as bases de dados das pesquisas existentes não permitem a comparabilidade, tendo em vista que foram produzidas a partir de diferentes metodologias. A figura abaixo sintetiza alguns dos levantamentos existentes:

Figura 36 - Levantamentos epidemiológicos sobre drogas no Brasil (pelo ano da publicação)



Fonte: BASTOS, REIS (2014) – com atualização das informações pelo Cdesc.

* Em andamento (até o momento da publicação deste relatório)

Verifica-se, portanto, alguns obstáculos a respeito do levantamento e produção de dados da oferta e da demanda de drogas no Brasil, devido à baixa periodicidade de suas pesquisas e coletas e muitas vezes não comparáveis, uma vez que são realizadas a partir de diferentes metodologias.

Com relação à redução da oferta de drogas ilícitas, assim como à repressão e à fiscalização do mercado ilícito e as organizações criminosas, há algumas lacunas, como por exemplo, de informações unificadas a respeito das apreensões de drogas que permitam abranger as esferas federal, estadual e municipal (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2022).

Com relação ao esforço de padronização e geração de dados comparáveis, o UNODC tem produzido manuais para o aprimoramento e priorização de estatísticas sobre diferentes tipos de criminalidade. O quadro exposto abaixo é uma sugestão de classificação dos principais tipos de informações, de acordo com uma escala de prioridade, dentre as quais aquelas relacionadas a atos violentos acabam tendo maior destaque.

Quadro 5 - Categorias criminais prioritárias para produção de informações sugeridas pelo UNODC

Classificação Internacional de Crimes para Fins Estatísticos (ICCS³⁰)
1. Atos que levem à morte ou com a intenção de causar a morte
2. Atos que causem dano ou tenham a intenção de causar dano à pessoa
3. Atos lesivos de natureza sexual
4. Atos contra a propriedade envolvendo violência ou ameaça contra uma pessoa
5. Atos apenas contra a propriedade
6. Atos envolvendo substâncias psicoativas controladas ou outras drogas
7. Atos envolvendo fraude, engano ou corrupção
8. Atos contra a ordem pública, autoridade e disposições do Estado
9. Atos contra a segurança pública e a segurança do Estado
10. Atos contra o meio ambiente
11. Outros atos criminosos não classificados em outra parte

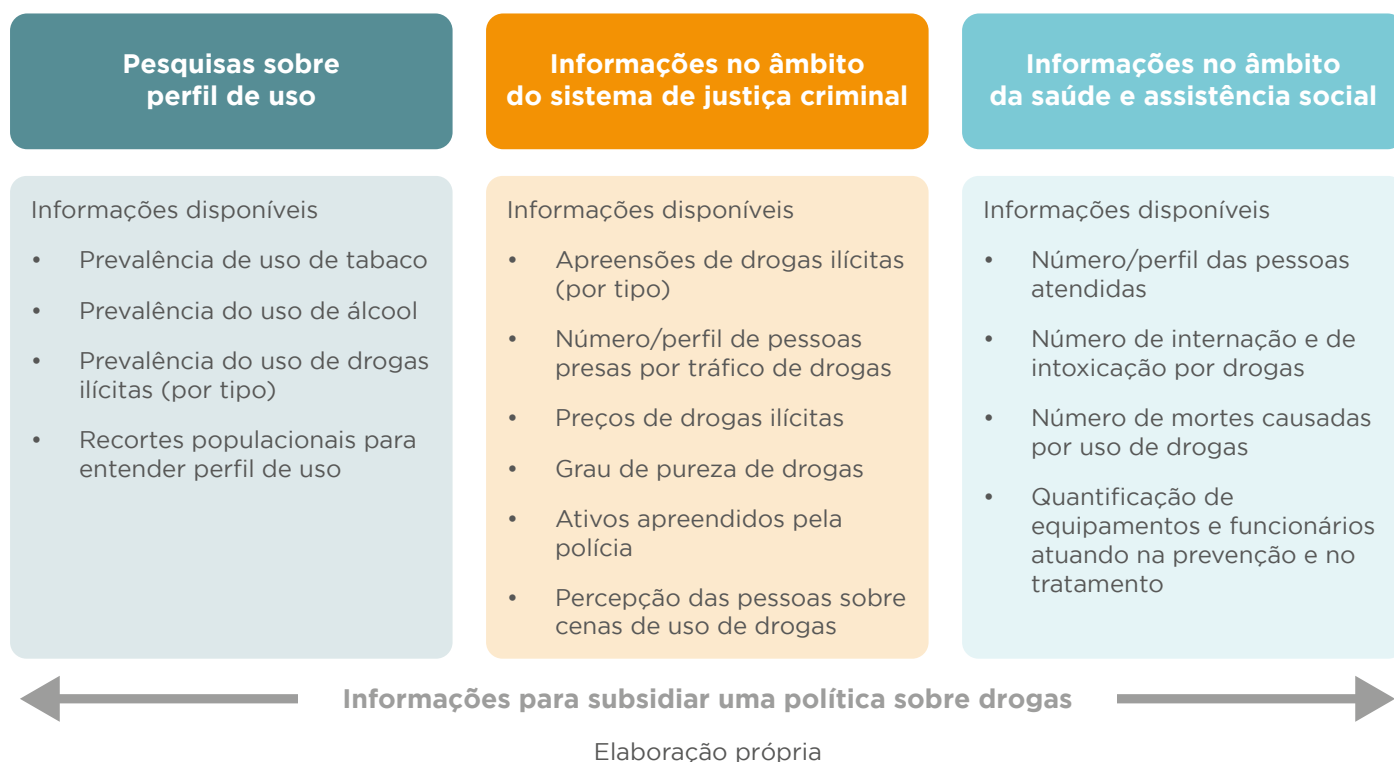
Fonte: UNODC, 2015, p. 14.

30 Sigla do inglês *International Classification of Crime for Statistical Purposes*.

Considerando o escopo da presente publicação, destacamos o **item 6** do quadro acima com intuito de debater como fomentar uma política sobre drogas em um contexto em que outras temáticas acabam por receber maior visibilidade, devido à sua natureza violenta ou por abordar a questão de atos contra a propriedade. Ausências a respeito do indicador mencionado acima acabam por dificultar o planejamento de políticas públicas para o enfrentamento ao tráfico de drogas. Tendo em vista o caráter clandestino das atividades ilícitas, a informação é escassa por este fato em si. Neste cenário, faz-se necessária a produção de dados que possam mensurar o contexto do mercado ilícito. Dentre eles, levantamentos constantes a respeito dos preços de drogas ilícitas podem ajudar a compreender determinadas dinâmicas em um território, assim como compreender o trabalho policial. Da mesma forma, a coleta de dados sobre o grau de pureza da cocaína permite melhor entendimento das atividades criminais, assim como uma importante informação para subsidiar políticas no âmbito da saúde.

Sem a intenção de exaurir este debate, mas, sim, de colaborar para seu fomento, a figura abaixo traz um resumo de algumas das principais informações que podem contribuir para formulações de uma política sobre drogas, destacando-se três grandes grupos: 1) pesquisas sobre uso; 2) informações do sistema de justiça criminal e; 3) informações da área da saúde e assistência social:

Figura 37 - Quadro-síntese de variáveis que podem contribuir para uma política de drogas



Como tem se argumentado, a produção de informação qualificada é um aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma política pública que seja capaz de lidar com os desafios gerados a partir da temática das drogas. No cenário sobre os dados sobre drogas há: 1) uma relativa escassez; 2) baixa padronização na forma em que são compilados; 3) dissenso a respeito da conceituação de algumas substâncias; 4) diferentes visões institucionais na forma de utilização da informação; e 5) fluxos complexos dos órgãos que lidam com a temática. Posto este isso, produzir estatísticas oficiais no âmbito de uma política sobre drogas é consideravelmente desafiador.

Uma política sobre drogas costuma ter aspectos transversais, pela própria natureza complexa da problemática. Portanto, uma ampla diversidade de informações deve ser considerada para estruturação de ações e indicadores qualificados e baseados em evidências científicas. No caso do presente relatório, a pureza de cocaína é um exemplo de levantamento a respeito de uma variável que contribui para o conjunto de dados que ajudam a compreender alguns aspectos do mercado de drogas ilícitas.

Box 3 - Princípios das Nações Unidas para Estatísticas Oficiais



O UNODC lançou, em 2022, a publicação *Guidelines for the Production of Statistical Data by the Police*, como uma estratégia de qualificar a produção de estatísticas pelos Estados-membros. Este é um desafio importante para fomentar a qualidade e confiabilidade das informações. Os seguintes princípios devem ser fomentados e considerados no âmbito de uma política pública de um Estado-membro:

Princípio 1 – Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso: estatísticas oficiais são consideradas como componente importante das sociedades democráticas, as quais servem para diversas finalidades. Elas devem ser disponibilizadas de forma imparcial como um direito das pessoas pelo acesso à informação.

Princípio 2 – Padrões profissionais, princípios científicos e ética profissional: órgãos oficiais devem tomar decisões baseadas em preceitos estritamente profissionais, científicos e éticos em todas as etapas da produção estatística: desde a coleta, processamento, armazenamento e apresentação dos dados.

Princípio 3 – Accountability e transparência: órgãos oficiais devem facilitar uma interpretação correta da informação disponibilizada. Os dados devem estar em conformidade com parâmetros científicos.

Princípio 4 – Prevenção de uso indevido: órgãos oficiais podem se manifestar a respeito de interpretações equivocadas ou uso indevido das estatísticas oficiais.

Princípio 5 – Fontes de estatísticas oficiais: os dados podem ser coletados de todos os tipos de fontes, sejam pesquisas ou registros administrativos. Os órgãos oficiais devem considerar a qualidade, custos e possíveis ônus as pessoas respondentes.

Princípio 6 – Confidencialidade: os dados coletados pelos órgãos oficiais devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Princípio 7 – Legislação: as leis e regras que regulamentam os sistemas estatísticos devem ser públicas.

Princípio 8 – Coordenação Nacional: uma coordenação entre órgãos de estatísticas oficiais dentro de um país é essencial para atingir consistência e eficiência na construção de um sistema estatístico.

Princípio 9 – Uso de padrões internacionais: a utilização de conceitos, classificações e metodologias internacionais promovem a consistência e eficiência das estatísticas dos órgãos oficiais.

Princípio 10 – Cooperação internacional: A cooperação bilateral e multilateral contribui para melhoria dos sistemas estatísticos oficiais.

Fonte: UNODC (2022a, p. 59, 60).

3.2.1 Fluxos das informações de apreensões de drogas no Brasil

Atualmente, no Brasil, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), criado pela Lei nº 11.343 de 2006, estabelece medidas para prevenção ao uso de drogas e normas para a repressão à produção e tráfico de entorpecentes. A lei estabelece que as substâncias psicoativas, precursores e outras sob o controle do Estado são estabelecidas e atualizadas pela portaria nº 344 de 1998 do Ministério da Saúde³¹.

A aplicação da lei fica sob responsabilidade de diversas autoridades no país, distribuídas entre as esferas federal e estadual. Instituições de caráter ostensivo ou de fiscalização atuam nas apreensões de drogas ilícitas, as quais encaminham para as polícias judiciárias (PF e Polícias Civis dos estados) que possuem a responsabilidade de apurar os fatos e responsabilidades através do instrumento chamado inquérito policial, que é utilizado no sistema de justiça criminal para prosseguimento de denúncias e decisões do Poder Judiciário.

A produção das informações a respeito da constatação definitiva ou outras informações a respeito das apreensões de drogas ilícitas se concentram na esfera das polícias judiciárias, que solicitam perícias às instituições de perícia criminal oficial, que no caso da esfera federal é o INC/PF. No âmbito estadual, a perícia feita em substâncias químicas fica sob responsabilidade das Polícias Científicas³² estaduais (que podem ou não ter vínculo com a polícia civil local). A figura abaixo descreve de maneira conceitual o fluxo mais recorrente³³ de como as organizações brasileiras se organizam no processo de apreensão e análise das substâncias apreendidas.

31 Estabelecida no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A referida portaria menciona as três convenções da ONU sobre drogas, assim como legislações brasileiras a este respeito.

32 Estas instituições passaram por diversas mudanças nos últimos anos. Portanto, esta nomenclatura, pode não ser adotada em todas as Unidades da Federação, embora haja um esforço para que se busque um consenso em torno deste nome. Contudo, historicamente, também são conhecidas pela função de Perícias Criminais Oficiais, sob diversas denominações, como “Perícia Criminal”, “Polícia Técnico-Científica”, “Polícia Científica”, “Perícia Criminal”, entre outros. Para mais informações a respeito, o CdE publicou o estudo “Diagnóstico dos Laboratórios de Química e Toxicologia Forense das Polícias Científicas do Brasil” (CDE, 2022).

33 As apreensões podem seguir outros fluxos. A figura ilustra o que parece ser o percurso mais comum das instituições brasileiras no trabalho de fiscalização e apreensão de drogas ilícitas.

Figura 38 - Possibilidades corriqueiras do fluxo de trabalho de instituições de repressão e fiscalização às drogas



Elaboração própria

Considera-se que, pela natureza da atribuição da PF, esta instituição acaba por investigar e receber apreensões tipicamente do mercado atacadista, sobretudo aquelas que costumam ter conexões internacionais. As polícias civis, por sua vez, além de investigar e receber apreensões do mercado atacadista, também lidam com o tráfico de drogas varejista, que costuma atuar no nível local, sendo o segmento que atua com maior probabilidade na venda final para pessoas que fazem uso de drogas ilícitas nas cidades brasileiras.

Segundo relatos de peritos criminais federais e estaduais, para além da identificação e confirmação do tipo de droga ilícita, normalmente o exame do grau de pureza de cocaína não é realizado no âmbito estadual de maneira sistemática. Além da informação não ser rotineiramente solicitada pela investigação, nem todas as polícias científicas possuem equipamentos e métodos estabelecidos para obtenção dessa informação e/ou lidam com a existência de passivo de laudos³⁴ (CDE, 2022), o que acarreta um considerável volume de trabalho em suas atribuições legais em que o quantitativo da equipe não é o suficiente para viabilizar a realização de alguns procedimentos. Esse quadro dificulta o levantamento de exames mais complexos, como o grau

³⁴ Passivo de laudos se refere a uma situação em que há acúmulo de laudos a serem analisados. Em algumas situações isso ocorre devido ao volume de trabalho ser mais elevado do que a capacidade de atender a demanda. Também pode ocorrer devido a mudanças no fluxo de trabalho, criando uma situação de revisar laudos de anos anteriores.

de pureza da cocaína. A PF tem realizado o levantamento deste tipo de informação no âmbito do projeto PeQui desde 2006. Segundo interlocutores peritos federais, o exame do grau de pureza da cocaína é realizado na maior parte das apreensões deste tipo de droga, sendo enviadas para o INC em Brasília amostras de apreensões acima de 20kg realizadas em todo o Brasil.

As informações sobre o mercado ilícito, como apreensões de drogas, são registradas pelas diversas instituições que atuam na fiscalização e repressão ao tráfico. Isso significa que não há uma estatística unificada a respeito das apreensões, assim como o detalhamento do papel de cada uma destas organizações. No âmbito federal, a informação utilizada com maior frequência se refere aos registros feitos pela PF. Nos estados, esta compilação pode variar, sendo feita pela polícia civil ou órgão estatístico da secretaria de segurança estadual³⁵.

No âmbito do MJSP, há o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp). Esta ferramenta busca padronizar as informações estaduais e pode ser uma possibilidade para unificação dos registros de ocorrência no país, colaborando, assim, com o planejamento da segurança pública e fortalecendo um papel de coordenação de ações pelo governo federal brasileiro.

Box 4 - O Sinesp como uma ferramenta de padronização de informações



Os dados coletados e divulgados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) remetem ao ano de 2001, período em que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) vinha empregando esforços na coleta de dados e informações de interesse da segurança pública.

Em 2004, teve origem o “Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal” – SinespJC com a coleta informatizada de dados. Este sistema reuniu dados agregados das Unidades da Federação. As informações coletadas tinham origem a partir das informações dos boletins de ocorrência registrados pelas Polícias Cíveis dos estados. A partir dessa experiência foi possível compilar informações sobre o número de ocorrências, natureza do fato registrado, perfil da vítima, perfil do autor, meios empregados, dentre outras, possibilitando ao governo federal aprimorar suas políticas públicas com base em evidências.

Em 2012, foi instituído do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, por meio da Lei nº 12.681 de 2012, e foram iniciados os projetos para a coleta automatizada de dados e a integração dos sistemas estaduais de registro de ocorrências policiais. Posteriormente, a aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), pela Lei nº 13.675, de 11 de 2018, definiu a nomenclatura atual do Sinesp. O Susp atribui ao Sinesp, como uma de suas funções, a integração das atividades de segurança pública.

Os dados a respeito de diversos temas relacionados às drogas são coletados e produzidos por diversas instituições, por meio de diversos fluxos estabelecidos entre elas. Também são elaborados a partir da Coordenação de Pesquisas. Contudo, o processo de transformar estas infor-

³⁵ Ou órgão congênera.

mações em indicadores de uma política pública faz parte de um processo mais complexo que envolve a tomada de decisão no âmbito de uma gestão pública.

Uma política sobre drogas costuma ter aspectos transversais, pela própria natureza complexa do problema. Portanto, uma ampla diversidade de informações deve ser considerada para estruturação de ações e indicadores qualificados e baseados em evidências científicas. Nesse sentido, o fortalecimento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid) como um órgão que seja capaz de agregar e processar dados, pode ser uma ferramenta importante para o Estado brasileiro na elaboração de políticas sobre drogas.

Como um esforço para esse processo, o presente relatório aborda a pureza de cocaína como um exemplo de variável que contribui para o conjunto de dados que permitem compreender alguns aspectos do mercado de drogas ilícitas.

3.2.2 Dados oriundos de fontes abertas sobre apreensões de drogas

O Brasil é um dos principais países consumidores de cocaína no mundo e está em uma posição geográfica estratégica, o que o torna um atrativo importante para organizações criminosas. Embora o Brasil não figure entre os principais produtores de cocaína no mundo, a droga entra no seu território por diferentes rotas que atravessam as fronteiras com países como Colômbia, Peru e Bolívia. Nesse sentido há, ao longo dos anos, o aumento expressivo de operações e ações policiais.

Entendendo que as informações de apreensões são uma fonte importante para compreender as dinâmicas e comércios ilegais, esse relatório apresenta os resultados das apreensões feitas pela PF, PRF e Receita Federal ao longo do ano de 2022³⁶. Esta estratégia não substitui os dados oficiais das instituições brasileiras. Contudo, a partir deste tipo de levantamento, é possível extrair informações estratégicas a respeito do mercado de drogas ilícitas.

Iniciando a análise pela cocaína, ressalta-se que nem todos os casos de apreensões permitiram identificar a quantidade de droga apreendida. Tendo essa questão em mente e considerando apenas os casos em que houve esta informação, o montante de cocaína apreendido ao longo de 2022 representou quase 78 toneladas (naturalmente, nesta estratégia de coleta de dados não é possível captar a totalidade do trabalho de apreensão). A quantidade máxima apreendida em apenas uma ação foi de 4.600 quilos. Uma outra informação interessante é que a quantidade mais comum de cocaína apreendida é de 2 quilos; um quarto de todas as apreensões não ultrapassam a quantidade de 3 quilos.

36 A presente estratégia de coleta de dados busca oferecer uma visão geral de apreensões de drogas tendo em vista a não existência de um sistema integrado de informações sobre esta atividade policial. Foram utilizadas fontes abertas, por meio de técnicas de web scraping. Embora tenha sido realizado um trabalho de checagem de cada evento reportado nas notícias, as informações apresentadas podem ter inconsistências, tendo em vista que, no momento em que são noticiadas, todas as etapas do processo policial não foram findadas.

Tabela 6 - Informações descritivas das apreensões de cocaína e HCl (em kg)

Média		102
Mediana		13
Moda		2
Mínimo		0.004
Máximo		4600
Soma		77912
Percentis	25	3
	50	13
	75	64

Os dados de apreensões de crack, assim como pasta base, são quantitativamente menores que aquelas que envolvem cocaína/cloridrato. Não apenas o número de ações que geraram apreensões é menor, como também o montante apreendido, assim, enquanto a soma de cocaína/cloridrato apreendida ultrapassa 78 toneladas, a quantidade de crack não ultrapassa 16 toneladas.

Tabela 7 - Informações descritivas das apreensões de crack e pasta base (em kg)

Média		60
Mediana		19
Moda		1
Mínimo		0.009
Máximo		2200
Soma		15211
Percentis	25	6
	50	19
	75	55

Todas as estatísticas descritivas de apreensões de crack são menores quando comparadas às ações que originaram apreensões de cocaína/cloridrato. Duas informações são exceções, a saber: o valor mínimo de quantidade de droga apreendida e a mediana. Isso pode indicar que, mesmo com uma quantidade menor de substância apreendida, quando se compara um quarto

das menores quantidades de apreensões de crack e cocaína, há uma tendência das apreensões de crack serem maiores.

Tendo em mente os dados apresentados de maneira mais generalizada, a próxima subseção irá aprofundar tais análises por meio de um marcador social importante para entender o tráfico de drogas, a saber, a questão de gênero.

3.2.3 Mulheres no tráfico de drogas

O relatório “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados” (UNODC, CDE, SIMCI, 2022b) trouxe informações relacionadas às perspectivas de gênero no tráfico de drogas e os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres nessas atividades. A presente seção pretende ampliar esse debate, a partir do levantamento de novos dados do contexto brasileiro.

As questões de gênero no crime organizado e, mais especificamente, no tráfico de drogas, assim como os diferentes impactos vivenciados por homens e mulheres nessas dinâmicas, ainda são elementos poucos explorados no debate acadêmico, embora tenham aumentado na última década (GIACOMELLO, 2013). Um dos motivos para esse fato pode advir da maioria masculina em diferentes economias criminosas, mas também da ideia de que estas são “atividades masculinas” (INSIGHT CRIME, 2020). No entanto, ao analisar os fenômenos do tráfico de drogas com uma lente de gênero, é possível observar que a participação das mulheres vem crescendo rapidamente e se diversificando (UNODC, 2022d).

As questões de gênero estão presentes nas relações sociais e também são estruturantes para as dinâmicas do tráfico de drogas, influenciando na maneira como as mulheres e homens se envolvem e interagem entre si. Nesse sentido, pesquisas indicam que os papéis desempenhados pelas mulheres no tráfico de drogas são, em sua maioria, de subordinação aos homens. Também é observada uma linha tênue no que tange a contextos de vitimização envolvendo outras atividades criminosas, como o tráfico de pessoas e a exploração sexual (UNODC, DPU, MJSP, 2023).

De acordo com as estatísticas disponíveis, a maioria das mulheres encarceradas no mundo foi condenada por atos relacionados às drogas, significando a primeira ou segunda causa principal de encarceramento entre as mulheres (UNODC, 2018c). Na América Latina, observou-se um crescimento de 52% da população prisional feminina na última década (2009-2019); porém, a situação é ainda mais grave no Caribe, com um aumento de 85%. Especificamente no Cone Sul, o aumento foi de 63%. Com relação à população carcerária total, as mulheres continuam sendo minoria, variando entre 4,5% e 10%, dependendo do país (ALVARADO, VÉLEZ-GRAJALES, 2019; WORLD PRISON BRIEF, 2023).

Ao olhar especificamente para o Brasil, há também uma tendência de crescimento da população carcerária feminina. A tabela abaixo mostra dados de 2000 a 2021. A segunda coluna apresenta o número de mulheres presas conforme os dados do SISDEPEN, a terceira coluna é a porcentagem de mulheres com relação ao total da população carcerária do país e a última coluna indica a taxa de encarceramento feminino por 100 mil habitantes da população nacional.

Tabela 8 - Situação prisional de mulheres no Brasil 2000-2021

Ano	Número de mulheres presas	Porcentagem referente ao total da população carcerária	Taxa de encarceramento feminino (por 100.000 habitantes da população nacional)
2000	10,112	4.3%	5.8
2005	20,264	5.6%	10.8
2010	34,807	7.0%	17.7
2014	36,495	5.9%	18.0
2021	42,694	5.1%	19.9

Fonte: Adaptado de World Prison Brief (2023)

Uma pesquisa realizada em 14 países da América Latina e Caribe, incluindo o Brasil, e que entrevistou mais de 11 mil pessoas presas, traz informações sobre a mulher latino-americana em situação prisional (ALVARADO, VÉLEZ-GRAJALES, 2019). A maioria das mulheres entrevistadas foi presa por delitos relacionados às drogas, com idade média de 36 anos. Quase metade das mulheres entrevistadas (39%) declarou ter o/a companheiro/a afetivo também privado/a de liberdade, enquanto apenas 5% dos homens afirmaram ter o/a companheiro/a na mesma situação. Com relação aos delitos cometidos por mulheres, foi identificada a menor utilização de armas no cometimento dos delitos, correspondendo a 17% das mulheres em comparação com 37% dos homens. As mulheres também apresentaram menor índice de reincidência criminal.

Com a intenção de apresentar fragmentos sobre o perfil das pessoas que foram abordadas nos casos de apreensão de substâncias derivadas da cocaína, a seguir serão apresentadas algumas informações de acordo com o sexo da pessoa, idade e a quantidade de droga apreendida. A coleta de dados foi feita utilizando técnicas de web scraping, por meio das informações disponibilizadas no domínio “gov.br” durante o ano de 2022³⁷, conforme também explicitado na seção anterior. Vale lembrar que as informações disponíveis são sobre o sexo da pessoa envolvida, sendo utilizada nesse documento como uma proxy sobre o gênero dos envolvidos.

37 A presente estratégia de coleta de dados busca oferecer uma visão geral de apreensões de drogas tendo em vista a não existência de um sistema integrado de informações sobre esta atividade policial. Foram utilizadas fontes abertas, por meio de técnicas de web scraping. Embora tenha sido realizado um trabalho de checagem de cada evento reportado nas notícias, as informações apresentadas podem ter inconsistências, tendo em vista que, no momento em que são noticiadas, todas as etapas do processo policial não foram findadas.

Para esta análise foram levantados 1938 casos de apreensões de substâncias derivadas de cocaína, sendo que 1691 desses casos continham informações sobre o sexo das pessoas, que foram considerados válidos para as análises a seguir. As análises estão categorizadas pelo tipo de droga apreendida: cloridrato de cocaína ou cocaína, crack e pasta base, e por último, as apreensões com todas as substâncias³⁸.

Com relação aos casos envolvendo a apreensão de cloridrato de cocaína ou cocaína, foi possível observar que em 25% dos casos houve participação de mulheres. Ao comparar a quantidade de cloridrato apreendido nos casos em que havia apenas homens, a média é de 73 quilos, e a mediana de 14 quilos; enquanto para os casos com apenas mulheres, a média é de 19 quilos, e a mediana de 5 quilos, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

Tabela 9 - Quantidade apreendida em casos de apreensão de cloridrato de cocaína (em kg)

Todos os casos	Válido	767	Todos os casos	Válido	533	Todos os casos	Válido	189
Média		102	Média		73	Média		19
Mediana		13	Mediana		14	Mediana		5
Moda		2	Moda		2	Moda		2
Mínimo		0	Mínimo		0	Mínimo		0
Máximo		4600	Máximo		1500	Máximo		785
Soma		77912	Soma		38748	Soma		3515
Percentis	25	3	Percentis	25	3	Percentis	25	2
	50	13		50	14		50	5
	75	64		75	55		75	13

Já nos casos de apreensão de crack e pasta base, houve no total 25% de participação de mulheres. A variação com relação a quantidade de droga apreendida entre homens e mulheres continua considerável, sendo a média 70 quilos para homens e 18 quilos para mulheres.

³⁸ A caracterização das substâncias derivadas da cocaína e a nomenclatura técnica utilizada neste Relatório foram explicitadas no tópico 1.1 deste relatório.

Tabela 10 - Quantidade apreendida em casos apreensão de Crack/Pasta base

Todos os casos	Válido	255	Todos os casos	Válido	202	Todos os casos	Válido	66
Média		60	Média		70	Média		18
Mediana		19	Mediana		23	Mediana		6
Moda		1	Moda		1	Moda		1
Mínimo		0	Mínimo		0	Mínimo		0
Máximo		2200	Máximo		2200	Máximo		276
Soma		15211	Soma		14136	Soma		1173
Percentis	25	6	Percentis	25	8	Percentis	25	2
	50	19		50	23		50	6
	75	55		75	66		75	20

De forma geral, de acordo com os casos que possuíam informações de idade, a idade média das mulheres presas é de 27 anos, com a idade mais comum reportada de 23 anos de idade. Com relação à quantidade de drogas, as mulheres são apreendidas com valores muito menores, ou com quantidade expressivamente menor que os homens. Esse fato também foi observado em estudo realizado sobre mulas de tráfico internacional de drogas no Brasil, em que a maioria dos casos era de mulheres, com idade média de 36 anos, que transportavam cerca de metade da quantidade de drogas em comparação aos homens (UNODC, DPU, MJSP, 2023). Os dados reforçam os estudos feitos no contexto brasileiro, em que cada vez mais mulheres se envolvem nessas atividades como microtraficantes, ou como transportadoras de drogas (incluindo para dentro de prisões) e até mesmo mulas (GIACOMELLO, 2013).

Apesar dos dados não corresponderem a dados oficiais e totais, representam uma aproximação para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas do mercado de drogas considerando uma perspectiva de sexo/gênero, ressaltando-se, ainda, a necessidade de novos trabalhos que incluam outros marcadores sociais da diferença. Tais análises podem subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que sejam mais abrangentes e sensíveis aos diferentes papéis desempenhados e impactos provenientes do envolvimento com economias criminosas.



CAPITULO 4

POSSIBILIDADES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA PARA APOIAR A POLÍTICA SOBRE DROGAS

4.1. Principais conclusões e recomendações

Este relatório buscou fazer uma reflexão a respeito de indicadores capazes de colaborar com políticas sobre drogas baseadas em evidências. O caso tratado como um exemplo de informação que pode agregar nesta construção é a produção de dados sobre o grau de pureza da cocaína. Essas informações foram coletadas no âmbito de um projeto mais amplo, conhecido como “Monitoramento do Mercado Ilícito”, o qual foi coordenado pelo Cdesc³⁹ e Simci⁴⁰ e buscou desenvolver, em caráter piloto, a coleta sistemática de informações sobre preços de drogas ilícitas no Brasil.

O intuito é também expandir a discussão sobre variáveis do mercado ilícito como forma de consolidação da metodologia proposta pelo referido projeto. Agregar a variável do grau de pureza da cocaína e correlacionar com informações sobre preços de drogas ilícitas (e outras) significa juntar diferentes tipos de dados que podem colaborar para a compreensão da dinâmica das organizações criminosas.

Além disso, entender as características relacionadas à produção, ao tráfico e consumo da cocaína colabora para a produção de respostas adequadas aos diferentes problemas relacionados ao tráfico de drogas, sob o aspecto do controle das organizações criminosas e da prevenção ao uso problemático de substâncias ilícitas.

As informações contidas neste relatório, assim como nas publicações “Monitoramento de Preços de Drogas Ilícitas: Lições aprendidas na Colômbia e possíveis desafios no Brasil” e “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados”, relacionam-se entre si no que se refere à consolidação da metodologia capaz de gerar evidências cada vez mais robustas sobre o fenômeno do tráfico de drogas no Brasil. O trabalho buscou, primordialmente, implementar procedimentos a respeito do planejamento, pactuação, coleta, análise e publicação de informações para aprimorar o entendimento sobre o mercado de drogas ilícitas no Brasil.

Sugere-se que a continuidade desta proposta seja incorporada pelo Estado brasileiro, sendo coordenada pelo MJSP, visando à aplicação sistemática da coleta de dados específicos sobre o mercado de drogas no país, tal como realizado ao longo de todo este projeto. Como fundamentação deste trabalho, foi articulado que policiais científicos(as) de SP, PR, PE e MT selecionassem 100 amostras de cocaína, sendo 50 na forma de pó e 50 outras na forma base de cocaína⁴¹. As amostras foram analisadas em parceria com o INC/PF, tendo em vista a criação de metodolo-

39 Projeto fruto de parceria entre Senad/MJSP, PNUD e UNODC do Brasil.

40 Do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul

41 Este tipo de estudo se justifica em função de não haver coleta sistemática desta informação no âmbito estadual, criando-se uma lacuna sobre o tipo de cocaína comercializada internamente no Brasil.

gia consolidada para identificação do grau de pureza de cocaína, assim como a presença dos adulterantes: cafeína, lidocaína, fenacetina, aminopirina e levamisol. Além da quantificação dessas substâncias, as análises conduzidas também permitiram a identificação qualitativa de outras substâncias adulterantes.

Foi constatado que, nos quatro estados analisados, há uma tendência de a base de cocaína (crack) possuir maior grau de pureza em relação ao cloridrato de cocaína. Com relação às especificidades de cada estado, São Paulo se destaca por ter o maior número de amostras de cloridrato de cocaína com os menores graus de pureza, e Mato Grosso os menores níveis de pureza em relação à base de cocaína (crack). Por outro lado, o Paraná possui a maior concentração de amostras de cloridrato com os maiores índices de pureza, enquanto Pernambuco apresentou os graus de pureza mais elevados em relação à base de cocaína (crack).

A. Uma política sobre drogas necessita de informações qualificadas e inovadoras

A problemática das drogas levanta questões bastante complexas e abrangentes. Partindo da premissa de que essa afirmação é verdadeira, soluções propostas precisam adotar respostas intersetoriais, com capacidade de abranger diferentes campos de conhecimento. Para isso, cria-se a necessidade de estabelecer um robusto planejamento baseado em informações sólidas e seguras. Assim, estabelecer estratégias inovadoras que possam fortalecer indicadores que contribuam para o aprimoramento e o entendimento sobre o problema das drogas deve ser uma prioridade do Estado brasileiro.

Lição 1

A respeito da oferta de drogas ilícitas, rotineiramente, no Brasil, são utilizadas informações das apreensões realizadas pela polícia. Contudo, verifica-se uma série de dificuldades com relação a este tipo de dado, tais como 1) não há padronização na forma de coleta a respeito dos dados de apreensões, 2) a categorização do tipo de droga apreendida não costuma ser uniformizada e 3) a polícia necessariamente apreende apenas uma parcela pequena do que é traficado no mercado ilícito; portanto, a informação isolada de contexto e de dados auxiliares dificulta a realização de inferências sobre as ações das organizações criminosas.

Considerando estes aspectos sobre a informação de apreensões de drogas ilícitas, a coleta de dados sobre o preço das drogas, em conjunto com seu grau de pureza, pode ser um caminho para melhor compreender aspectos do mercado ilícito, especialmente se a coleta for realizada de maneira sistemática, possibilitando a rápida identificação e o monitoramento de possíveis mudanças no comportamento das organizações criminosas pelas autoridades.

Lição 2

Verifica-se que a produção de informação sobre grau de pureza é feita rotineiramente apenas pela PF. Contudo, boa parte da atuação do enfrentamento ao tráfico de drogas é realizada pelas polícias estaduais, principalmente das drogas utilizadas pela população residente no Brasil.

A possibilidade de produção desta informação encontra-se nas polícias científicas e nas perícias criminais oficiais das polícias civis das 27 Unidades Federativas do Brasil. Contudo, verifica-se baixa capacidade destes órgãos na realização deste tipo de exame, seja em função de não possuir equipamentos disponíveis para isso ou por falta de efetivo que dê conta desta atribuição. Recomenda-se, assim, que o governo federal fomente a coleta desse tipo de informação, seja através de intercâmbio com a PF ou por meio da adoção de estratégias para que cada estado consiga produzi-la.

B. Informações sobre grau de pureza contribuem para aprimorar o conhecimento sobre o mercado ilícito

Como tem sido abordado nesta publicação, o tráfico de drogas é composto por diversas etapas, desde a produção até o tráfico no varejo. A respeito do mercado da cocaína, é possível que haja esta adulteração em diversas etapas do segmento. Contudo, verifica-se que, em apreensões feitas no segmento atacadista ou em grandes volumes de drogas, a cocaína costuma ter maior pureza do que no segmento varejista. A informação sobre o grau de pureza pode trazer, portanto, elementos que permitam compreender o tipo de mercado em que as ações policiais estão empregando os recursos investigativos.

Lição 1

Sabe-se que as organizações criminosas costumam dominar a operação do segmento atacadista de drogas. O estudo sobre preços produzido no âmbito do projeto “Monitoramento do Mercado Ilícito” constatou que a cocaína vendida no atacado em SP, PR e MT possuía um desvio padrão mais do que três vezes menor do que no segmento varejista (UNODC, CDE, SIMCI, 2022b). Esta menor variação dos preços no atacado pode significar que se trata de um mercado com maior estabilidade. Este cenário pode apontar que o Estado necessita buscar mecanismos mais eficazes para controlar o segmento.

Lição 2

A identificação do tipo de adulteração permite compreender a convergência do mercado ilícito com o mercado lícito, uma vez que a maioria das substâncias que servem de insumo para a adulteração da cocaína são comercializadas legalmente, algumas com algum tipo de restrição, tais como os insumos para área da saúde (como anestésicos). Trata-se de uma lista de substâncias

bastante variada, o que dificulta o trabalho policial, no caso das investigações e apreensões. Ao identificar quais substâncias estão sendo utilizadas, a investigação pode ser direcionada para incluir a disponibilização destas informações.

C. Estudar a composição química da cocaína contribui para ações no âmbito da saúde pública

O estudo revelou ser bastante comum a presença de adulterantes, tanto no cloridrato de cocaína quanto na base de cocaína (crack). Considerando que não se trata de um mercado lícito e regulamentado, é bastante relevante que as autoridades responsáveis por formular políticas de saúde pública e assistência social estejam informadas a respeito dos componentes presentes na cocaína.

Lição 1

Considerando estudos que comprovam a relação danosa à saúde sobre o levamisol, assim como o conhecido incidente de uso de carfentanil como adulterante de cocaína em Buenos Aires, o rápido monitoramento das substâncias encontradas na cocaína é de suma importância para adoção de medidas de seu controle, assim como para formulação de políticas de prevenção ao uso de drogas.

Lição 2

A identificação dos adulterantes da cocaína pode fomentar novos estudos a respeito dos riscos e dos danos à saúde e trazer novas formulações administrativas para o controle de determinadas substâncias. No presente estudo, identificou-se que o irganox (antioxidante presente em embalagens plásticas) é utilizado na adulteração de mais de 80% das amostras de cloridrato de cocaína e da base de cocaína (crack) do Mato Grosso. Recomenda-se o fomento de estudos a respeito desta substância, sobretudo em seu uso inalado e aspirado.

D. Articular informações sobre preço da cocaína e o grau de pureza dessa substância pode trazer inovações para uma agenda de pesquisa

Como tem-se argumentado, estudar aspectos que envolvem o tráfico de drogas é desafiador, sobretudo pela sua natureza clandestina. Portanto, cada informação de qualidade produzida deve ser considerada como uma peça deste complexo quebra-cabeça. Correlacionar informações a respeito das apreensões de drogas, preços e pureza delas pode trazer avanços consideráveis no entendimento sobre atuação das organizações criminosas.

No âmbito do UNODC, tem sido desenvolvida a metodologia a respeito dos fluxos financeiros ilícitos (UNCTAD; UNODC, 2020). Neste tipo de metodologia, busca-se estimar de maneira mais

realista o mercado ilícito como um todo. Cada nova variável de contexto pode aprimorar o conhecimento a respeito desta temática, assim como também possibilitar identificar e compreender interconexões com o mercado lícito.

Lição 1

Considerando que os mercados lícitos e ilícitos estão integrados em diversas regiões do mundo, recomenda-se que se aproveite a articulação do UNDOC com diversos países do mundo para coleta de informações padronizadas de tal forma que facilite a compreensão de maneira integral sobre os problemas relacionados às drogas.

Lição 2

Dada a diversidade de adulterantes e formas de adulteração identificadas nas amostras de cocaína nos quatro estados participantes da atual pesquisa, recomenda-se que essa coleta seja expandida para demais estados da Federação, assim como repetida com frequência para que o monitoramento dessas dinâmicas seja possível no longo prazo. Além disso, a estrutura de laboratórios clandestinos existentes no país nesses processos de adulteração identificados pode ser tópico de interesse para próximos estudos sobre a temática.

4.2. Recomendações para política pública

O Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad) estabelece ações que devem ser coordenadas pelo governo federal. Dentre elas, destaca-se o objetivo estratégico de número 9: “Aumentar a disponibilidade de estatísticas e avaliações da política sobre drogas” (CONAD, 2022). Além disso, o Acórdão nº 280/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU) determina a instituição de mecanismos de implementação e avaliação das políticas sobre drogas.

Portanto, ações de coletas de dados que visem construir indicadores que facilitem na condução e coordenação do governo federal para realização de políticas públicas baseadas em evidências deve ser consideradas prioridade. O projeto piloto “Monitoramento do Mercado Ilícito” revelou que o levantamento de informações auxiliares a respeito do tráfico de drogas, dentre elas, os preços de drogas ilícitas e o grau de pureza da cocaína, podem trazer inovações analíticas para o fomento de políticas públicas no campo da segurança, saúde e assistência social.

Considerando dificuldades oriundas do aspecto federativo do Brasil, em que cada Estado pode realizar a coleta de informação a partir de critérios próprios, o presente projeto demonstrou a importância de estabelecer instâncias de pactuação e padronização na produção da informação

sobre o mercado de drogas ilícitas. Os workshops⁴² de capacitação para coleta da informação realizadas em SP, PR, PE e MT foram espaços em que os profissionais das forças de segurança locais, assim como os gestores das Secretarias de Segurança⁴³, chegaram a um consenso de como coletar os dados, assim como aproveitaram o espaço criado pelo projeto como uma oportunidade de discussão para o aprimoramento da produção da informação no âmbito estadual.

A partir do projeto apresentado nesta publicação, recomenda-se que o governo federal:

- Fomente espaço de pactuação entre instituições federais e estaduais para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa que priorize o entendimento acerca do tráfico de drogas;
- Realize a coleta de dados sobre os preços de drogas ilícitas com periodicidade mensal, considerando a precisão territorial onde as drogas foram comercializadas, assim como o tipo de mercado em que foram transacionadas (atacado/varejo);
- Facilite a coleta do grau de pureza de cocaína apreendida pelas forças de segurança estaduais, bem como promova o intercâmbio com a PF e/ou facilite a aquisição de equipamentos para as polícias científicas e perícias criminais oficiais das polícias civis;
- Promova e fortaleça articulações internacionais com as polícias da América do Sul, de tal forma que haja trocas de informações sobre as atividades ilícitas na região;
- Contribua para a realização de estudos inovadores que sejam capazes de subsidiar a construção de indicadores para a condução de políticas sobre drogas baseadas em evidências no território nacional.

42 Detalhamento a respeito das informações coletadas, assim como a dinâmica dos encontros é descrita na publicação “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados” (UNODC; CDE; SIMCI, 2022b).

43 Ou órgão congênere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALLARD, Julien; ANCELET, Claire; DENIER, Christian. Cocaine and Levamisole Cerebral Toxicity. **American Neurological Association**, Volume 89, n° 6, 2021.

ALVARADO, Nathalie; VÉLEZ -GRAJALES, Viviana. **Dentro de Las Prisiones de América Latina y El Caribe: Una Primera Mirada Al Otro Lado de Las Rejas**. Washington, D.C., September, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0001858>. Acesso em 19 jul. 2023.

BAPTISTA, Gustavo; NASCIMENTO, Nívio. **O que é possível saber sobre o tráfico de drogas ilícitas: intersecções entre estatísticas para as políticas de segurança pública e sobre Drogas**. In: LIMA, R.; BARROS, B. Estatísticas de segurança pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022

BASTOS, Francisco; REIS, Neilane. **Epidemiologia do uso de drogas no Brasil**. Brasília, 2014.

BERGMAN, Marcelo. **Illegal Drugs, Drug Trafficking and Violence in Latin America**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

BOTELHO, Élvio; CUNHA, Ricardo; CAMPOS, Alex Fabiano; MALDANER, Adriano. Chemical profiling of cocaine seized by Brazilian federal police in 2009-2012: Major components. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, v. 25, p. 611-618, 2014.

CAULKINS, Jonathan. **Developing Price Series for Cocaine**. Santa Monica: RAND, 1994.

CEOFANB. COMANDO ESTRATÉGICO OPERACIONAL DE LA FUERZA ARMADA NACIONAL BOLIVARIANA. **Desmantelados dos campamentos con más de 5.000 kilos de cocaína colombiana**. Caracas: CEOFANB, 2021. Disponível em: <https://ceofanb.mil.ve/desmantelados-dos-campamentos-con-mdesmantelados-dos-campamentos-con-mas-de-5-000-kilos-de-cocaina-colombianaas-de-5-000-kilos-de-cocaina-colombiana/>. Acesso em 19 jul. 2023.

CDE - CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA A REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS. **Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia**. Brasília: SENAD/MJSP, PNUD, UNODC, 2021.

CDE - CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA A REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS. **Diagnóstico dos Laboratórios de Química e Toxicologia Forense das Polícias Científicas do Brasil**. Brasília: SENAD/MJSP, PNUD, UNODC, 2022.

CI-AD/OEA - COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS/ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Mecanismo de Avaliação Multilateral- (MAM) - Brasil: Relatório de Avaliação sobre Políticas de Drogas**. Washington, D-C: OEA - CICAD, 2019.

CIENA - CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS CONTRA EL NARCOTRÁFICO. POLICÍA NACIONAL DE COLOMBIA. Dirección de Antinarcóticos. **Infraestructuras para el procesamiento de drogas ilícitas y sustancias químicas artesanales.** CIENA, 2018. Disponível em: <https://www.policia.gov.co/centro-estudios-narcotrafico/productos>. Acesso em 19 jul. 2023.

CIENA - CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS CONTRA EL NARCOTRÁFICO. POLICÍA NACIONAL DE COLOMBIA. Dirección de Antinarcóticos. **Análisis del mercado de cocaína 2020.** Bogotá: CIENA, 2020. Disponível em: <https://www.policia.gov.co/centro-estudios-narcotrafico/productos>. Acesso em 19 jul. 2023.

CONAD - CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS. **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

DEA - DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION. **Carfentanil: A Dangerous New Factor in the U.S. Opioid Crisis - Officer Safety Alert.** Washington D.C., DEA, 2018.

EMCDDA - OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA; CI-AD/OEA - COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLO DO ABUSO DE DROGAS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Criação de um observatório nacional sobre droga: um manual conjunto.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. **European Drug Report - Trends and Developments.** Luxemburgo: EMCDDA, 2022a.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. **EU Drug Market: Cocaine.** Luxemburgo: EMCDDA 2022b.

GIACOMELLO, Corina. **Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina.** Consorcio Internacional sobre Políticas de Drogas, 2013. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf. Acesso em 19 jul. 2023.

INSIGHT CRIME. **Women and Organized Crime in Latin America: beyond victims or victimizers.** 2020. Disponível em: <https://insightcrime.org/investigations/introduction-gender-organized-crime/>. Acesso em 19 jul. 2023.

INSIGHT CRIME. **Coca Growing, Cocaine Production Reach New Heights in Honduras.** Insight Crime, 2022. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/coca-growing-cocaine-production-reach-new-heights-in-honduras/>. Acesso em 19 jul. 2023.

INCB – INTERNATIONAL NARCOTICS CONTROL BOARD. **Report of the International Narcotics Control Board for 2019**. INCB, 2020. Disponível em: <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report-2019.html>. Acesso em 19 jul. 2023.

INTERNATIONAL EXPERT GROUP ON DRUG POLICY METRICS. **Aligning Agendas: Drugs, Sustainable Development, and the Drive for Policy Coherence**. New York: International Peace Institute, 2018.

JONG, Mat; FLOREA, Anca; VRIES, Anne-Mare de; NUIJS, Alexander; COVACI, Adrian; DURME, Filip; MARTINS, José; SAMYN, Nele; WAEL, Karolien. Levamisole: a common adulterant in cocaine street samples hindering electrochemical detection of cocaine. **Analytical chemistry**, v. 90, n. 8, p. 5290-5297, 2018.

JUANENA, Carolina; CAPPELETTI, Florencia; PASCALE, Antonio; NEGRIN, Alba; DURANTE, Sebastián; GRACIANO, Rafael; ROCHA, Alfredo. Cocaína adulterada con levamisol: reporte de tres casos clínicos. **Revista Médica del Uruguay**, 33(2), p. 138-144, 2017.

KOSMICARE. **Serviço de Drug Checking Móvel – RIDE: relatório bimensal**. Lisboa: Kosmicare, 2022.

KRUSCHINSKI, Taíza. **Levantamento dos Principais Adulterantes Encontrados em Amostras de Cocaína: uma revisão de escopo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

KUDLACEK, Oliver; HOFMAIER, Tina; LUF, Anton; MAYER, Felix; STOCKNER, Thomas; NAGY, Constanze; HOLY, Marion; FREISSMUTH, Michael; SCHMID, Rainer; SITTE, Harald. Cocaine adulteration. **Journal of chemical neuroanatomy**, v. 83, p. 75-81, 2017.

MEASHAM, Fiona; SOUTH, Nigel. **Drugs, Alcohol and Crime**. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert. *The Oxford Handbook on Criminology*. 5ª edição. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Single Convention on Narcotic Drugs of 1961**. ONU, 1961.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. ONU, 2015.

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Características e intervención a las infraestructuras clandestinas se producción ilícita de drogas de origen natural**. OEA, 2018. Disponível em: <http://www.cicad.oas.org/apps/Document.aspx?Id=4703>. Acesso em 19 jul. 2023.

OGLOBO. **Operação da PF prende quadrilha que mantinha laboratório do narcotráfico na fronteira com a Bolívia.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/03/01/operacao-da-pf-prende-quadrilha-que-mantinha-laboratorio-do-narcotrafico-na-fronteira-com-a-bolivia.ghtml>. Acesso em 19 jul. 2023.

PAWLIK, Evelyn; MAHLER, Hellmut; HARTUNG, Benno; PLÄSSER, Gerd; DALDRUP, Thomas. Drug-related death: adulterants from cocaine preparations in lung tissue and blood. **Forensic science international**, v. 249, p. 294-303, 2015.

PICHINI, Simona; BUSARDÒ, Francesco; GREGORI, Adolfo; BERRETTA, Paolo; GENTILIA, Stefano; PACIFICIA, Roberta. Purity and adulterant analysis of some recent drug seizures in Italy. **Drug Testing and Analysis**, p. 485-490, v. 9, 2017.

PINTO, Jairo. **Detection of geospatial objects linked to drug trafficking: an approach based on geospatial intelligence and artificial intelligence**, 2022. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/81059>. Acesso em 19 jul. 2023.

PRIETO, José Pedro; SCORZA, Cecilia; SERRA, Gian Pietro; PERRA, Valentina; GALVALISI, Martín; ABIN-CARRIQUIRY, Juan Andrés; PIRAS, Giovanna; VALENTINI, Valentina. Caffeine, a common active adulterant of cocaine, enhances the reinforcing effect of cocaine and its motivational value. **Psychopharmacology**, v. 233, n. 15, p. 2879-2889, 2016.

REUTER, Peter. **Do Middle Markets for Drugs Constitute an Attractive Target for Enforcement?** Rand Corporation: Santa Mônica, 2003.

SANT'ANA, Luiza; SOUSA, Valeria; SANTOS, Frances; SABINO, Bruno; CARDOSO, Amadeu; LIMA, Marco; CASTRO, Rosane. Evaluation of cocaine samples seized in the streets of the state of Rio de Janeiro, Brazil. **Química Nova**, v. 42, p. 379-386, 2019.

SAR - SUBSISTEMA DE ALERTA RÁPIDO SOBRE DROGAS. **4º Informe: Fentanil: caracterização e presença no Brasil.** Brasília: Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública, CdE, UNODC, PNUD, 2023.

SUNAD - SUPERINTENDENCIA NACIONAL ANTIDROGAS. **Destruídos 2 campamentos y 8 laboratorios con 13 toneladas de drogas en el Zulia.** SUNAD, 2021. Disponível em: <https://www.sunad.gob.ve/destruidos-2-campamentos-y-8-laboratorios-con-13-toneladas-de-drogas-en-el-zulia/>. Acesso em 19 jul. 2023.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT; UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Conceptual Framework for the Statistical Measurement of Illicit Financial Flows**. Viena: UNCTAD; UNODC; 2020.

UNGASS – SPECIAL SESSION OF THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY ON THE WORLD DRUG PROBLEM. **Outcome document of the 2016 United Nations General Assembly Special Session on the World Drug Problem**. Nova York: ONU, 2016.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; CDE – CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA A REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS; SIMCI – SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Monitoramento de Preços de Drogas Ilícitas: Lições aprendidas na Colômbia e possíveis desafios no Brasil**. Brasília: SENAD/MJSP, PNUD, UNODC, 2022a.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; CDE – CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA A REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS; SIMCI – SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados**. Brasília: MJSP; PNUD; UNODC, 2022b.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Ecuador Monitoreo de Cultivos de Coca 2009**. UNODC, 2010.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF CRIME FOR STATISTICAL PURPOSES (ICCS)**. Viena: UNODC, 2015.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Terminology and Information on Drugs**. Viena: UNODC, 2018a.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Comunidad, bosque y coca: un camino para la acción**. UNODC, 2018b.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2018**. Vienna, UNODC, 2018c.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Cocaine Insights 2 - Cocaine – a spectrum of products**. Viena: UNODC, 2021.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **GUIDELINES FOR THE PRODUCTION OF STATISTICAL DATA BY THE POLICE**. Viena: UNODC, 2022a.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. Viena: UNODC, 2022b.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Methodological Guidelines For Monitoring the Prices of Illicit Drugs. Side Event Session 65th of the Commission on Narcotic Drugs**. Viena: UNODC, 2022c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fSD-VWr7nfk>. Acesso em 19 jul. 2023.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Cocaine Insights 3 - Women in the cocaine supply chain**. Vienna, UNODC, 2022d.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2023**. Viena: UNODC, 2023a.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global report on Cocaine 2023 – Local dynamics, global challenges**. Viena: UNODC, 2023b.

UNODC, DPU, MJSP – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Estudo sobre Vítimas de Tráfico de Pessoas Exploradas para Transporte de Drogas**. Brasil, 2023.

UNODC-SIMCI - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2016**. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2017.

UNODC-SIMCI - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Informe de Monitoreo de Precios de Drogas – 2017**. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2018.

UNODC-SIMCI - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; SISTEMA INTEGRADO DE MONITOREO DE CULTIVOS ILÍCITOS. **Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2018**. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2019.

WEXLER, P. **Encyclopedia of Toxicology**. 3rd Edition ed. Academic Press, 2014.

WORLD PRISON BRIEF. **World Prison Brief Data**. 2023. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>

ZACCA, Jorge; BOTELHO, Élvio Dias; VIEIRA, Maurício; ALMEIDA, Fernanda; FERREIRA, Luciana; MALDANER, Adriano. Brazilian Federal Police drug chemical profiling – The PeQui Project. **Science and Justice**, 54, p. 300-306, 2014.



Nações Unidas
Escritório sobre
Drogas e Crime



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

